

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

**RICARDO ANDRÉ CECCHIN**

**QUANDO TRABALHAR É BRINCAR JUNTO:**  
**recortes de uma pesquisa-intervenção na Casa dos Cata-Ventos**

**PORTO ALEGRE**

**2018**



RICARDO ANDRÉ CECCHIN

**QUANDO TRABALHAR É BRINCAR JUNTO:  
recortes de uma pesquisa-intervenção na Casa dos Cata-Ventos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosemarie Gartner Tschiedel.

PORTO ALEGRE

2018



## FOLHA DE APROVAÇÃO



*Uso a palavra para compor meus silêncios.  
Não gosto das palavras fatigadas de informar.  
Dou mais respeito às que vivem de barriga no chão tipo água pedra sapo.  
Entendo bem o sotaque das águas  
Dou respeito às coisas desimportantes e aos seres desimportantes.  
Prezo insetos mais que aviões.  
Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis.  
Tenho em mim um atraso de nascença.  
Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.  
Tenho abundância de ser feliz por isso.  
Meu quintal é maior do que o mundo.  
Sou um apanhador de desperdícios: amo os restos como as boas moscas.  
Queria que a minha voz tivesse um formato de canto  
porque eu não sou da informática: eu sou da invencionática.  
Só uso a palavra para compor meus silêncios.*

*(O apanhador de desperdícios - Manoel de Barros)*





## AGRADECIMENTOS

À CAPES e à UFRGS pela estrutura, sem a qual esta pesquisa e estes estudos não seriam possíveis.

À Rosemarie, pela ternura com que orientou este trabalho. Ainda tenho muito que aprender contigo sobre delicadezas, levezas e outros modos de se fazer presente e ao lado.

À Raquel, minha gata e companheira, pela existência compartilhada, pelo amor oceânico, pelo cosmos, pela vida vivida com o entusiasmo de um beija-flor. Foi com você que eu quis fazer um mestrado. Agradeço teu apoio com muito amor. Também, reconheço o teu esforço em vir morar aqui no sul e suportar o frio dos invernos. Agradeço as dicas de leitura e outras contribuições; a alegria das conversas ilimitadas do café das manhãs ao vinho das noites.

À equipe da Casa dos Cata-Ventos, que potencializou minha pesquisa com o empenho de quem está junto para brincar e conversar. Em especial, à Ana Gageiro e à Sandra Torossian, pelo acolhimento e aposta nessa parceria.

Às crianças da Vila São Pedro e à Jéssica, pela confiança e pelos aprendizados.

Aos colegas do grupo de pesquisa, em especial à Thaís, pela parceria que fez esse percurso acadêmico menos solitário.

À Analice, professora e amiga, pela muda de manjeriço e pelo fertilizante.

Ao Diego pela ajuda no projeto. Eu podia ser melhor, mas alguém já pensou primeiro.

À minha mãe, pelo pão e pela educação.



## RESUMO

Nesta dissertação são apresentadas produções de uma pesquisa-intervenção com a Casa dos Cata-Ventos, projeto de extensão universitária do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da UFRGS. Esta casa, localizada na Vila São Pedro, acolhe crianças e adolescentes para brincarem e conversarem com os adultos, principalmente profissionais e estagiários de psicologia, durante alguns turnos na semana. A aposta desse dispositivo é que, a partir do uso da palavra, seja possível elaborar coletivamente as questões que atravessam suas vidas. Nesta pesquisa, com um acordo de parceria, o pesquisador trabalhou junto da equipe por mais de um ano e registrou a experiência em um diário de bordo. Também foi realizado o acompanhamento terapêutico da mãe de três meninas frequentadoras da Casa. Com uma metodologia cartográfica, a produção de conhecimento acontece no encontro com o campo de pesquisa, articulando impressões e análises com as ferramentas conceituais da análise institucional e da Filosofia da Diferença. O desenho construído com as forças presentes no contexto precisou ser dividido a partir de alguns analisadores do processo, os quais se chamou de recortes. Como um material clínico, esses analisadores foram capazes de multiplicar algumas perspectivas e deslocar outras. O relevo dado pela atenção do pesquisador a algumas questões, como uma discussão coletiva sobre comoção, o funcionamento não deliberativo da equipe, a construção de cenas do brincar e outros recortes, exigiu uma análise de implicação e até mesmo suas escolhas linguísticas ao escrever são problematizadas ao final da obra. Como quando se constrói um par de óculos de papel em uma brincadeira, a principal produção não está no final, mas está no processo de fazer junto.

**Palavras-chave:** Clínica. Brincar. Cartografia. Acompanhamento terapêutico.



## ABSTRACT

In this dissertation are presented productions of an intervention research with the House of Cata-Ventos, project of university extension of the Department of Psychoanalysis and Psychopathology of UFRGS. This house, located in Vila São Pedro, welcomes children and adolescents to play and talk with adults, mainly professionals and trainees of psychology, during some shifts during the week. The bet of this device is that from the use of the word it is possible to collectively elaborate the issues that cross their lives. In this research, with a partner agreement, the researcher worked with the team for more than a year and recorded this experience in the logbook. Also, the therapeutic follow-up of the mother of three girls attending the House was carried out. With a cartographic methodology, the production of knowledge happens in the encounter with the field of research, articulating impressions and analyzes with the conceptual tools of the institutional analysis and the Philosophy of Difference. The drawing constructed with the forces present in the context had to be divided from some process analyzers, which were called clippings. As a clinical material, these analyzers were able to multiply some perspectives and displace others. The emphasis given by the researcher's attention to some questions, such as a collective discussion about commotion, the team's non-deliberative functioning, the construction of play scenes and other clippings, required an analysis of implication and even his linguistic choices when writing are problematized at the end of the work. Like when building a pair of glasses of paper in a joke, the main production is not in the end, but it is in the process of doing together.

**Keywords:** Clinic. Playing. Cartography. Therapeutic follow-up.



## RÉSUMÉ

Dans cette dissertation sont présentées des productions d'une recherche-intervention dans le projet d'extension universitaire Casa dos Cata-Ventos (Maison des Girouettes). Cette maison, située à Vila São Pedro, accueille les enfants et les adolescents pour jouer et parler avec des adultes, généralement des professionnels et des stagiaires en psychologie, pendant certains quarts de travail au cours de la semaine. Le pari de ce dispositif est que par l'utilisation de la parole il est possible d'élaborer collectivement les questions qui traversent leur vie. Dans cette recherche, avec un accord de partenariat, le chercheur a travaillé avec l'équipe pendant plus d'un an et a enregistré cette expérience dans le cahier de terrain. De plus, l'accompagnement thérapeutique de la mère de trois filles à la Maison a été effectué. Avec une méthodologie cartographique, la production de connaissances se produit dans la rencontre avec le champ de recherche, en articulant les impressions et analyses avec les outils conceptuels de l'analyse institutionnelle et de la schizoanalyse. La conception construite avec les forces présentes dans le contexte a dû être découpée en sous-positions par certains analyseurs de processus. En tant que matériel clinique, ces analyseurs ont pu multiplier certaines perspectives et déplacer d'autres. L'accent mis par l'attention du chercheur sur certaines questions, comme une discussion collective sur la compassion, le fonctionnement non délibératif de l'équipe, la construction de scènes de jeu et d'autres coupures de presse, nécessitait d'une analyse de l'implication et même ses choix linguistiques lors de l'écriture sont problématisés à la fin du travail. Comme lors de la construction d'une paire de lunettes en papier dans un jeu, la production principale n'est pas à la fin, mais il est dans le processus de faire ensemble.

**Mots-clés:** Clinique. Jeu. Cartographie. Suivi thérapeutique.





## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>TRAÇADO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>DESENHO .....</b>	<b>21</b>
2.1	USO A PALAVRA PARA COMPOR MEUS SILÊNCIOS .....	21
2.2	NÃO GOSTO DAS PALAVRAS FATIGADAS DE INFORMAR.....	22
2.3	DOU MAIS RESPEITO ÀS [PALAVRAS] QUE VIVEM DE BARRIGA NO CHÃO, TIPO ÁGUA PEDRA SAPO.....	22
2.4	ENTENDO BEM O SOTAQUE DAS ÁGUAS .....	25
2.5	DOU RESPEITO ÀS COISAS DESIMPORTANTES E AOS SERES DESIMPORTANTES .....	27
2.6	PREZO INSETOS MAIS QUE AVIÕES.....	30
2.7	PREZO A VELOCIDADE DAS TARTARUGAS MAIS QUE A DOS MÍSSEIS.....	31
2.8	TENHO EM MIM UM ATRASO DE NASCENÇA .....	32
2.9	EU FUI APARELHADO PARA GOSTAR DE PÁSSARINHOS.....	33
2.10	TENHO ABUNDÂNCIA DE [NÃO] SER FELIZ POR ISSO.....	34
2.11	MEU QUINTAL É MAIOR DO QUE O MUNDO .....	37
2.12	SOU UM APANHADOR DE DESPERDÍCIOS: AMO OS RESTOS COMO AS BOAS MOSCAS.....	39
2.13	QUERIA QUE A MINHA VOZ TIVESSE UM FORMATO DE CANTO, PORQUE EU NÃO SOU DA INFORMÁTICA: EU SOU DA INVENCIONÁTICA.....	41
2.14	SÓ USO A PALAVRA PARA COMPOR MEUS SILÊNCIOS .....	43
<b>3</b>	<b>RECORTES.....</b>	<b>45</b>
3.1	O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E A COMOÇÃO .....	45
3.2	TESTEMUNHO DA CONFIANÇA E RESTITUIÇÃO DA INTIMIDADE .....	50
3.3	O CASO DE UM DESLOCAMENTO POSTO EM CENA.....	56
3.4	A APOSTA NO BRINCAR E NO GESTO MÍNIMO .....	59
3.5	POLÍCIA, BANDIDO, SIMULACROS .....	61
3.6	UMA CENA DA PATIFARIA .....	65
3.7	UM MODO DE CLINICAR EM EQUIPE, SEM DELIBERAÇÃO.....	70
3.8	MUITAS MÃES, UMA MÃE.....	73
3.9	ESTRUTURAS DOLTO NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA CIDADÃ .....	77
<b>4</b>	<b>ÓCULOS DE PAPEL .....</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>



# 1 TRAÇADO

*No fundo, a generalidade da definição de traço, tal como ela vem me interessando há muito tempo, é que no fundo ele dá tudo a ver, mas não é visto. Ele dá a ver sem se dar a ver. (DERRIDA, 2012, p. 166).*

Para fazer um desenho utiliza-se, no mínimo, uma superfície, uma ferramenta e um gesto. Foi com essa simplicidade que esta dissertação se construiu, ao propor uma cartografia da Casa dos Cata-Ventos, um lugar para crianças brincarem e conversarem na comunidade, e que funcionou como um papel donde essas garatujas pudessem esboçar algo que não se sabia o que seria quando chegasse ao seu termo.

A Casa dos Cata-Ventos é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com o Instituto APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). A proposta é de um trabalho com a comunidade da Vila São Pedro, em Porto Alegre, em especial, com crianças e adolescentes. O desrespeito aos direitos e à cidadania de seus moradores chama a atenção pela naturalidade com que a cidade lida com suas próprias exclusões. O projeto da Casa para brincar e conversar, entre outros interesses, também se configura como um dispositivo estratégico de fazer a cidade ver suas produções de indiferença social. A Casa conta com uma metodologia de trabalho e uma ética clínica que compreendem o brincar como atividade terapêutica em si, a palavra como substituta da violência e que é importante que as crianças digam algo da vida que se vive ali.

Para esta pesquisa, estabeleceu-se uma parceria com a coordenação do projeto, de tal modo que o pesquisador trabalharia com a equipe nos turnos de brincadeira, sustentando uma cartografia como pesquisa-intervenção. No decorrer dessa trajetória de mais de um ano, que acompanhou o percurso do mestrado acadêmico, outras atividades foram incluídas como campo de pesquisa-intervenção. A saber, um trabalho de acompanhamento terapêutico com uma mãe que tem suas filhas como frequentadoras da Casa e, também, ações pontuais na construção de elos na rede institucional do projeto, como reuniões com a escola, com o Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAPS) e com a creche comunitária.

Os rabiscos desta pesquisa foram feitos em uma experiência de trabalhar e brincar junto das crianças e da equipe.

Brincar, aqui, toma um sentido outro, extra senso, pois este verbo no infinitivo parece dizer de uma disponibilidade para transformar e dar sentido ao que vem ao encontro, sejam peças de jogos, lápis, cores, livros, fantasias, árvores, cordas, balanço, tesoura, cola, sons, cheiros, gestos,

risos, choros, qualquer coisa ou palavra, corpos humanos e não humanos.

Trabalhar, aqui, também toma outro sentido, como psicólogos, de analisar e intervir, analisar intervindo; intervir analisando. Pode-se dizer que este verbo é um emaranhado de outros verbos, pois na prática a teoria é outra. Trabalhar, com a equipe da Casa dos Cata-Ventos, é como uma mescla de analisar, intervir, brincar, habitar, potencializar, estudar, transformar, pesquisar.

Essa experiência de brincar e conversar, assim como esta pesquisa cartográfica, instituem-se como rabiscos que, com o tempo, vão se tornando traços. Estes, em vago momento, começam a apontar para alguma forma, algum desenho. O deambular do lápis que traça encontra, às vezes, linhas de fuga para um desenho.

Como popularmente se diz das crianças brincantes: elas são ‘arteiras’. Pode-se, de alguma forma, dizer que as brincadeiras têm algo em comum com as obras de arte: a inutilidade. Tanto uma como a outra não servem para nada, pois a funcionalidade é tarefa para as ciências. E quando as brincadeiras e as obras de arte chegam a uma certa conclusão, um ponto terminal, notamos o quão prazeroso foram seus processos e como não se pode reduzir uma vida a seus propósitos de conservação e reprodução, nem a metas pré-estipuladas. A vida pede expansão! Mais arte, brincadeira, inutilidade!

Os brincantes e os artistas habitam o devir, alçando voos na vizinhança das palavras e das coisas. É na experiência de afetar e ser afetado por um devir-criança, ou por um devir-artista, que se torna aquilo que se experiencia. As crianças, ao brincarem de escritor, mesmo sem saberem ler e escrever, tornam-se escritoras; ou mesmo ao brincarem de policial, de dançarina, de batuqueira etc. Do mesmo modo o artista torna racional sua sensibilidade, nessa mágica de tornar-se aquilo com o que brinca, experimenta-se a própria máquina da vida (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

Como clínicos, terapeutas, psicólogos, a ética aponta para essa expansão da vida, em sintonia com suas máquinas desejantes. Em uma experiência como a desta cartografia, aprender com “o que dizem as crianças”, com seus questionamentos, explorações e traçados, leva a um desenho coletivo, inevitavelmente. Tanto que se é chamado a brincar junto a traçar com elas os mapas dos meios e dos trajetos da experiência. Cartografamos com elas o meio, que não é o ‘ambiente’ composto de formas e objetos. O que é traçado são fluxos materiais, forças, partículas moleculares - que transbordam o mundo dos objetos, das formas, da família e dos adultos (DELEUZE, 1997).

As ferramentas para desenhar são escolhidas e utilizadas, tanto por aqueles que brincam como por aqueles que pesquisam, por critérios circunstanciais e precisos. Aqui, nesta cartografia, as filosofias de Friedrich Nietzsche, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Walter Benjamin, Vinciane Despret e afins mostram-se plásticas (no sentido de que dão forma ou são

capazes de dar forma ou de alterar uma forma) o bastante para compor com a intempestividade do campo pesquisado e com a própria metodologia.

O gesto aqui, como ato metodológico, implica em justificar sua pertinência e sua coerência quanto aos resultados obtidos durante e ao fim da obra. O método cartográfico utilizado segue as pistas metodológicas de Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliane da Escóssia, Regina Benevides e outros parceiros da pesquisa brasileira. Os possíveis achados desta cartografia não estavam prontos, nem dados, aguardando um olhar atento que os encontrassem. De acordo com esta metodologia, o campo não pode ser apreendido em sua totalidade, porque não é possível. O que se pode encontrar no percurso da pesquisa são apenas restos, rastros, pistas, cacos, estilhaços. E é com eles, enquanto analisadores<sup>1</sup> do processo de pesquisar, que se podem levantar questões, deslocá-las e produzir um conhecimento encarnado na experiência.

No próximo capítulo, ‘Desenho’, são apresentados o campo, o pesquisador, os dilemas, os preâmbulos, as ferramentas clínicas e metodológicas, as políticas engendradas, o território, os dispositivos e as instituições emaranhados, misturados, ‘coengendrados’. Nessa contextualização da pesquisa, com uma narratividade intempestiva busca-se afirmar as discontinuidades, contaminações, disrupções, atravessamentos e paradoxos do próprio pesquisar. Assimila-se o flunar de Benjamin dirigindo a experiência no campo e, também, na escrita como um gesto estético. Portanto, o texto do segundo capítulo expressa o processo de sua escrita no embaralhamento dos estratos do projeto por uma recusa a um sumário linear. A divisão em pequenos subcapítulos tenta arejar a leitura por meio de pequenas pausas e flexionar sua série a um poema de Manoel de Barros.

No terceiro capítulo, ‘Recortar’, são apresentados aforismos, pequenos ensaios de como os cacos encontrados no campo puderam ser montados como em uma coleção, um acervo, um jogo de encaixe e de aprendizagem analítica e investigativa. Os restos, rastros e cacos encontrados no caminho, ao mesmo tempo em que rasgam o desenho, também o compõe com novas formas. As ferramentas de recorte, tesouras e estiletos seguem os traços rabiscados e desenhados pela experiência no campo de pesquisa e tiram dele uma certa produção de conhecimento. Esta, enquanto artesanaria do processo cartográfico, faz de devires-imperceptíveis um material clínico, analisadores capazes de multiplicar algumas perspectivas e deslocar outras.

Por fim, no capítulo “Óculos de papel”, é feita a alusão a uma brincadeira que surgiu com

---

<sup>1</sup> Analisador, de acordo com o referencial da Análise Institucional, é um conceito que se refere a pistas que levam a possibilidades de interpretação, mas principalmente à construção de sentidos no campo de pesquisa e intervenção; de forma semelhante ao sintoma na análise individual. O analisador é uma expressividade heterogênea em sua materialidade, que contém os elementos para disparar o processo de análise e pode ser espontâneo ou construído, ou seja, pode ocorrer ao acaso, um acontecimento, ou pode ser produzido intencionalmente pelo analista/pesquisador para problematizar algo no campo pesquisado (BAREMBLITT, 2002).

as crianças que frequentam a Casa dos Cata-Ventos. Utiliza-se cola e técnicas de dobradura para confeccionar não uma obra pronta, mas uma provisória, parcial e heterogênea. Nesse último capítulo, trata-se de uma metaestabilidade teórica que não implica em respostas ou conclusões, mas em outras questões que se abrem e se desdobram em uma multiplicidade de possíveis.

## 2 DESENHO

*[...] as bordas, a moldura; aquilo que, encontrando-se no exterior do desenho, vem de algum modo preencher ou determinar o que está dentro; o que inscreve o desenho numa superfície, que o transborda ou [...] o inscreve em especulações teóricas, discursos. (DERRIDA, 2012, p. 164).*

### 2.1 USO A PALAVRA PARA COMPOR MEUS SILÊNCIOS

Uma pesquisa que se apresenta como intervenção, como esta, demanda uma exegese composta por uma série suficientemente boa de contextualizações e análises de onde se fala, para quem se escreve, como se escreve, qual foi o recorte da realidade produzido, quais instituições a atravessam, quais os efeitos tomados por pistas cartográficas e outros tantos modos de complexificar o processo de pesquisa. Com um método cartográfico, compreende-se que não há como apresentar o campo de pesquisa nem o pesquisador como simples dados: tanto um como outro se constroem nas suas relações, e cabe ao segundo a tarefa de escrever sobre seus processos de aproximação e silenciamento.

O que assusta aqui não é essa complexificação, o caráter processual da pesquisa, as incertezas ou o trabalho arriscado de uma escrita encarnada; mas a simplificação e o reducionismo de pesquisas científicas, aquelas em psicologia e outras ciências, que acreditam estar apenas observando e descobrindo verdades ocultas. Assusta o uso dessas pesquisas que beiram o senso comum e não associam suas ‘descobertas’ à reprodução de saberes e poderes arcaicos, muitos dos quais sustentam preconceitos e outras relações de exploração, dominação, abusos e perversidades. Pode-se ver notícias, crônicas e outros textos baseando seus argumentos em artigos científicos para perpetuar racismos, sexismos, machismos, misoginias e outras formas de dominação e hierarquia social. Com isso, se é levado a pensar na implicação como pesquisador que vê e escreve sobre o que vê, lê e pensa. Parece não haver pesquisa ingênua, como não há uma posição ingênua, uma escolha de palavras ingênua, uma escolha de referências ingênua. Não há como sustentar uma ingenuidade que permita a um cientista escrever ignorante da complexidade e do silenciamento de algumas relações de seu campo.

Percebe-se, em alguns modos de construir e utilizar pesquisas científicas, um perigo que advém da corroboração de discursos maniqueístas, verdades inexoráveis e métodos infalíveis. Alguns conhecimentos científicos são construídos sem levar em conta a complexidade das relações entre sujeito e objeto, método, relações sociais, culturais, raciais, de gênero, entre outras tantas. São, por vezes, reproduções sem crítica, como se fossem produções. Assusta nisso o

silêncio dos inocentes e a verborragia dos ingênuos. Talvez, o que se vê, o que se diz e o que se escreve em nome da ciência seja apenas efeito de diferentes graus de implicação e de distância do senso comum.

## 2.2 NÃO GOSTO DAS PALAVRAS FATIGADAS DE INFORMAR

O parágrafo anterior parece ser mais um daqueles preâmbulos e prefácios que se fazem necessários na introdução de um texto acadêmico. Este também funcionará como tal: são necessários muitos preâmbulos mesmo! Gilles Deleuze afirmava a tarefa de combater o senso comum e o bom senso habitando o paradoxo, pois com ele “se destrói o bom senso como sentido único e o senso comum como designação de identidades fixas” (DELEUZE, 2011, p. 3). Como escrever uma dissertação de mestrado a partir de um projeto de pesquisa que seja estratégico na sua produção de conhecimento é uma das primeiras questões que se apresentam neste momento inicial. O conhecimento que se produzirá irá servir pra quê? Para quem? Como será usado? Qual identidade se beneficiará mais? Precisa ser útil mesmo? Útil para quem? Vale mais abrir as questões do que respondê-las? Habitar o paradoxo? Como?

Sim, serão necessários muitos preâmbulos antes de dizer qualquer coisa sobre a pesquisa, o campo pesquisado, os encontros, as interferências, as forças, o pesquisador e qualquer produção que possa ser referenciada a ela. No projeto desta pesquisa, após uma breve introdução, o título do primeiro capítulo foi ‘Contextualizações’ - não por acaso. O sentido dado ao que se lê nem sempre é o mesmo depois de ler seus preâmbulos, e vice-versa. Manoel de Barros (1993, p. 9), na sua didática da invenção, disse que “Desaprender oito horas por dia ensina os princípios”. Seria, assim, mais interessante desconstruir algumas imagens já dadas pelo senso comum e pelo bom senso, para então começar a dizer o que quer que seja sobre os contextos, sujeitos e objetos desta pesquisa. Os preâmbulos terão a função de desconstruir, estilhaçar, dessubstancializar, rachar imagens e conceitos dados como naturais ou representativos. “Usar palavras pra destroncar as imagens”, dizia Manoel de Barros.

## 2.3 DOU MAIS RESPEITO ÀS [PALAVRAS] QUE VIVEM DE BARRIGA NO CHÃO, TIPO ÁGUA PEDRA SAPO

Na tragédia de Sófocles, *O Édipo Rei*, a verdade foi descoberta pelo protagonista quando passou a seguir indícios, pistas, referências e marcas que estavam em seu caminho. Essa peça, como uma metáfora médico-judiciária, narra a operação de Édipo nos jogos de saber-poder,



quando veio salvar a cidade da ameaça da peste. Essa arte de descobrir edipiana, que transforma aquele que não sabe naquele que sabe, evidencia um aspecto importante desse modo de operação da verdade: é ele mesmo quem resolve a questão, sem confiar em mais ninguém, é o próprio Édipo que vai manifestar a verdade, que se tornará o Senhor da Verdade. Conquanto, no duplo sentido da palavra ‘sujeito’, sujeito numa relação de poder e sujeito numa relação de saber, fazer uma análise das relações entre Sujeito do conhecimento e Poder apresenta-se muito mais como atitude do que como tese. Tal atitude não consistiria em estabelecer e fixar o conjunto de posições nas quais o sujeito se mantém em um dado sistema, mas desenhar o vestígio dos movimentos, os pontos de passagem em que cada deslocamento pode modificar, não o conjunto da curva, mas pelo menos a maneira como podemos lê-la (FOUCAULT, 2014).

A partir de uma recusa foucaultiana da noção de ideologia, por se tratar da formação das práticas discursivas, afirma-se que não há poder incontestado, inevitável, dado de fato, necessário e que “não há legitimidade intrínseca do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 72). Tem-se que o exercício do poder como governo dos vivos (biopolítica) funciona por meio de regimes de verdade. Estes determinam as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação da verdade. Como acontece num processo do Ministério Público, com suas avaliações escritas por profissionais especializados, ou mesmo na nota da prova avaliada pela professora da escola, há um regime de verdade que constrange o indivíduo a reconhecê-las e aceitá-las como verdade de si mesmo. Essa vinculação de si mesmo como objeto de saber e manifestação da verdade, como na tragédia do Édipo Rei, articula obrigações e constrangimentos dos regimes de verdade. Disso, surge a possibilidade de se contar uma história da vontade de saber, que no Ocidente, desde as matrizes greco-romanas, principalmente devido à filosofia platônica, estabelece uma divisão entre discursos falsos e verdadeiros. Essa história pode questionar essa vontade de saber ao apresentar os procedimentos de exclusão e qualificação de quem pode e de quem não pode falar, do que é aceito ou não como verdadeiro. Com a compreensão dessa disputa discursiva, pode-se privilegiar e dar relevo às lutas sociais, às minorias e às resistências que defendem a expansão da vida para além do que é governado (FOUCAULT, 2012).

A questão epistemológica que abre a escrita desta dissertação, sobre qual produção de conhecimento pode ser estratégica quanto aos seus possíveis usos (Para que(m)? Contra quem? Como?), escorrega para uma questão estética e política, a saber: como mudar o modo de ler este conhecimento? Como deslocar de si mesmo, enquanto pesquisador, os constrangimentos dos regimes de verdade que impelem essa vontade de saber edipiana a excluir os saberes minoritários?

Ao que essas reflexões parecem indicar, pode-se ousar numa afirmação: de que o conhecimento tem valor enquanto produtor de transformação, de deslocamentos e de desvios. O

ato de conhecer e produzir conhecimento teria, assim, como pano de fundo ético, um *modus operandi* semelhante ao ato clínico, no sentido de *Clinamen*, ou seja, de produzir desvios nos sujeitos envolvidos (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2001).

A clínica, que historicamente vem sendo associada a práticas curativas, comumente é associada à matriz etimológica *clino*, que se refere ao movimento de inclinar-se, debruçar-se. Desse viés, o paciente espera em seu leito uma cura, uma ação que lhe tire o incômodo da posição em que se encontra. Da mesma forma que o Édipo rei, o que se espera é uma confissão daquele que pacientemente espera, que seu corpo fale os signos de sua ignorância e que, em troca, receba a redenção. A partir de uma leitura deleuziana, a clínica pode ser entendida em um outro sentido, ligado ao conceito de *clinâmen*, cuja sentido não diz de uma fixidez, repouso ou passividade, mas nos conduz ao movimento de produção do diverso. A clínica, dessa forma, implica em uma aposta, uma investida no indefinido e no imprevisível trágico das intervenções (ROOS; MARASCHIN; BEDIN DA COSTA, 2015).

Assim como uma clínica pode deslocar ou cristalizar lugares e referências, o conhecimento produzido também pode vir a promover desvios de verdades tomadas como inexoráveis ou colaborar com os estratos estruturais e instituídos e corroborá-los. Uma produção de conhecimento também pode reproduzir as lógicas que sustentam relações de opressão, coerção e subalternidade. Tais lógicas, como as que embasam o racismo, por exemplo, possibilitaram inclusive a instituição da lógica capitalista, ao desumanizar alguns grupos, colocando-os na condição de escravos ou servos para a produção de excedentes privados (CARVALHO, 2018). Foram produções teóricas eugenistas fundamentadas pela ciência, que vieram a corroborar as práticas de controle social e discriminatórias.

Discriminar um povo e torná-lo outra raça é uma condição de possibilidade do capitalismo. Para que o capitalismo pudesse se globalizar – quando falamos em globalizar, estamos retomando as embarcações de Pedro Álvares Cabral –, foi preciso que houvesse marcadores de distinção entre humanos. Esse tipo de marca é próprio desse período, e só a partir dessa condição o capitalismo pôde fazer o que fez: distinguir quais seriam os continentes explorados e quais seriam os exploradores; que povos poderiam sofrer, e quais não. (CARVALHO, 2018).

Nesse sentido de *clinos*, de um inclinar-se, apenas declarar em um artigo científico que crianças analfabetas, que vivem em condições miseráveis, estão privadas da categoria infância, ou se têm saúde ou resiliência, ou se há empatia nelas, não desloca nada nem ninguém de suas condições de possibilidade. Nem as crianças, nem os leitores que buscam conhecimento sobre esse grupo tão vulnerável a especulações serão atingidos por uma força iluminadora ou libertadora. Pelo contrário, ao se falar da situação constatando uma verdade, mantêm-se as relações de

subalternidade, de distanciamento e de objetificação das crianças como incapazes de manifestar alguma verdade, algum saber. Também, ao operar a ciência como discurso de verdade, permanecem inquestionáveis as condições daquele que produziu um conhecimento assim, da mesma forma que não se questionam as possibilidades daquele que consegue ler artigos científicos. As manifestações de verdade, como a produção de conhecimento científico, estão permeadas por relações de poder, e vice-versa.

## 2.4 ENTENDO BEM O SOTAQUE DAS ÁGUAS

Esta pesquisa em psicologia social alia trajetórias pessoais e profissionais em torno de campos como infância, vulnerabilidade social, instituições, clínica e política. O campo escolhido como ponto de partida para este pesquisar/intervir foi a Casa dos Cata-Ventos, localizada na Vila São Pedro, na cidade de Porto Alegre. Os motivos dessa escolha, postos em análise, geram uma problemática: porque eles são parte de um fluxo de desejo e, como tal, múltiplo, inconstante e heterogêneo. As razões e as justificativas para pesquisar um espaço de cuidado para crianças pobres decorrem, em parte, da história pessoal do pesquisador e sua trajetória como psicólogo social. Desde a graduação, e com a Residência em Saúde Mental Coletiva, houve uma ênfase no trabalho com políticas públicas e foram percorridos vários serviços do Sistema Único de Saúde, especialmente da saúde mental. Também fazem parte desse percurso de formação profissional as atividades de extensão universitária que levaram a uma formação militante (Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e comunidades populares; Coletivo de rádio Potência Mental), à participação em movimentos sociais (Luta antimanicomial, Marcha da maconha, Associação de moradores da Casa do Estudante Universitário, Diretório Acadêmico da Psicologia) e a outras experiências. Na formação seguinte, na Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental Coletiva da UFRGS, entre os anos de 2010 e 2012, formamo-nos uns com os outros e tornamo-nos especialistas na arte de escutar, visibilizar e acolher o sofrimento singular e coletivo. Contudo, aprendemos a reconhecer, nesses encontros com a loucura, muita vida e potência.

Foi em um dos campos de formação em serviço da Residência, no Serviço Residencial Terapêutico Morada São Pedro, que foi conhecida a Vila São Pedro. Ali, a miséria de vidas invisibilizadas pelo jogo de escanteio neoliberal trouxe muitas inquietações quanto às (im)possibilidades de trabalho junto a essa comunidade. Naquela época, não havia a Casa dos Cata-Ventos, só havia um posto médico precário. A escola estava fechada, a associação de moradores pouco ativa, a polícia militar não parecia estar a serviço da comunidade e o comércio de substâncias ilícitas era a oferta de trabalho mais interessante aos jovens. Esse foi o primeiro

contato com a Vila São Pedro.

Ainda durante a Residência, outra experiência balizou essa escolha por uma pesquisa engajada nas questões sociais: a construção da casa própria na Vila Pitinga, localizada na periferia da cidade de Porto Alegre. As crianças da vizinhança viviam brincando na rua e em terrenos baldios, quase sempre sem o olhar de suas mães. Aprendendo com elas e com os jovens adolescentes, houve uma integração ao local, o ganho de um apelido e a confiança dos vizinhos. As crianças buscavam a atenção do imigrante para conversar, pois, de certo modo, nós compartilhávamos o mesmo status de recém-chegados naquele mundo. Em geral, elas tinham mãe e muitos irmãos de pais diferentes. Muito raramente alguma criança tinha seu pai presente. A escola ficava longe e não era vista como interessante; e havia o comércio ilegal de substâncias psicoativas funcionando como um grande empregador de jovens. A cultura local, do funk, drogas e igrejas, de certa forma parecia limitar as possibilidades de invenção de outros modos de vida. Ou seja, de certo modo, pode-se traçar semelhanças da Vila Pitinga com o panorama social da Vila São Pedro e de outras tantas vilas e bairros da periferia de cidades brasileiras.

Anos mais tarde, já morando na cidade do Rio de Janeiro, um trabalho na ONG Casa da Árvore foi favorecido pelas experiências dessa convivência com as crianças nos estágios, projetos de extensão universitária e na Vila Pitinga, pelas suas particularidades. Essa experimentação carioca, que inspirou a construção da Casa dos Cata-Ventos em Porto Alegre, inspirou, em grande parte, este projeto de cartografar um trabalho com a Casa dos Cata-Ventos no mestrado acadêmico em Psicologia Social e Institucional. Foi a partir de tal olhar sobre o mundo, em que as desigualdades sociais parecem o mais urgente a ser visto e analisado, que esta pesquisa veio a se desenhar.

Essa trajetória profissional é parte de uma vida e não se reduz a ela. Falar dos caminhos por onde a formação profissional acontece exige, também como nesta pesquisa, outras contextualizações. Ser pesquisador no Brasil é um privilégio de poucos, pois, sendo o acesso ao ensino superior muito restrito, mesmo quem consegue ingressar nele raramente encontrará condições para trabalhar em uma pesquisa e sentir-se um cientista, sendo ainda mais complexo se a pessoa for mulher, negra e pobre. Fato agravante disso é o momento histórico desta pesquisa, que iniciou em 2016 e termina em 2018.

Em 2016, com o golpe jurídico-misógeno-parlamentar que afastou a presidenta Dilma Rousseff, a democracia vê-se abalada mais uma vez, e estamos vivendo desde então um retrocesso na garantia de direitos no país. Tendo a crise econômica como justificativa para medidas de austeridade (PEC 55, Reforma trabalhista etc.), assiste-se ao avanço do neoliberalismo em nosso país a partir do argumento econômico e financeiro. Os direitos à saúde e à educação estão cada

vez mais sendo questionados pelos que defendem o Estado mínimo. O aumento do desemprego e o interesse em oferecer mão de obra barata aos empresários (in)justificou a perda de direitos trabalhistas. Os interesses de empresas privadas e o mercado financeiro promovem o desmonte das instituições de seguridade social e as privatizações. O aumento da criminalidade, decorrente da vulnerabilidade social, serve como argumento para reivindicar a redução da maioria penal, decretar intervenção federal-militar e promover uma ascensão do fascismo na sociedade com o forte apelo do dito já popular “bandido bom é bandido morto”. As crianças e adolescentes, assim como outras populações vulneráveis, correm o risco de perder seu caráter prioritário nas políticas públicas. O cenário político atual é de crise econômica e política, perda de direitos e resistência com movimentos contestatários.

Para quem viveu o período de redemocratização brasileira durante sua juventude, parecia cronicamente inviável qualquer retrocesso na questão de direitos civis, sociais e humanos. Conceitos como cidadania, identidade de grupos minoritários, diversidade, acessibilidade, políticas públicas, ações afirmativas, participação popular, equidade, entre outros, estavam na “boca do povo” que reivindicava um outro mundo possível para o Brasil do século XXI.

[...]  
*Se você correu, correu, correu tanto  
 E não chegou a lugar nenhum  
 Baby, oh Baby, bem vinda ao Século XXI.*  
 [...]  
 (Século XXI - Raul Seixas e Marcelo Nova, 1989).

## 2.5 DOU RESPEITO ÀS COISAS DESIMPORTANTES E AOS SERES DESIMPORTANTES

Com essa trajetória pessoal e profissional, com esse campo escolhido para pesquisar e intervir, uma análise se faz importante: uma análise de implicação que explicita o que é falado e o que é escrito, de onde e para quem. São questões urgentes para um debate em uma política da narrativa, visto que muitas produções com pretensões de neutralidade e universalidade são disseminadas como se fossem verdades.

Ao encontro desse problema, ao mesmo tempo epistemológico e político, o conceito de “lugar de fala” vem mostrando sua força no debate acadêmico mais recente. Desde as críticas acerca da identidade no século passado, atualmente muitos pesquisadores têm discutido, no Brasil, o problema das representações e de falar pelos outros, em geral – privilegiados falando de subalternizados. Situar as condições de um homem branco, cisgênero, heterossexual e de origem proletária se faz necessário, não para evitar preconceitos ou justificá-los, mas para evitar uma fala

universal e descarnada, que se pretenda neutra e objetiva.

Este conceito, lugar de fala, toma corpo com a filósofa Djamilia Ribeiro (2017), situando o feminismo e a negritude em uma interseccionalidade<sup>2</sup> e alertando para a importância da autodefinição como uma estratégia de enfrentamento aos discursos dominantes e colonizadores. Ela afirma que todo mundo tem lugar de fala, ainda que muitos não tenham autorização discursiva. O conceito de lugar de fala pode interromper os discursos hegemônicos e o epistemicídio, operando em uma via de emergência de vozes historicamente caladas. Pensar com este conceito exige uma postura ética, porque a manifestação do lugar de onde se fala apresenta-se como fundamental para pensarmos as hierarquias sociais, o racismo, o sexismo, o elitismo e outras formas de discriminação. De acordo com a filósofa, com esse posicionamento do lugar de fala, é preciso que homens brancos cisgêneros estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos, para conseguir ver as hierarquias produzidas a partir desses lugares privilegiados. O racismo e outras formas de discriminação não devem ser assunto apenas de quem é subalternizado, pois essas relações hierárquicas de autorização discursiva são estruturais e devem ser pensadas e discutidas por ambas as perspectivas (RIBEIRO, 2017).

Pesquisador de psicologia social, de infâncias e de políticas, aqui quem escreve é um homem branco cis. Sua história, desde a infância, foi marcada pelo trânsito da ‘colônia’ (zona rural) para a cidade. É alguém que trouxe consigo muitos processos de subjetivação decorrentes da história da Serra Gaúcha, da industrialização, do êxodo rural, do racismo decorrente da política de branqueamento, do apito disciplinar, do machismo das fábricas, da moral cristã etc. É alguém que teve, também, condições para brincar enquanto criança nas ruas sem pavimentação do bairro, explorar os matos e a vida rural com os avós, andar de bicicleta, brincar de casinha, jogar taco-bola, fazer catequese, colecionar figurinhas, montar e desmontar brinquedos.

O período subsequente, a adolescência, não teve aquela história comum dos livros de psicologia. A partir dos doze anos, órfão de pai, a necessidade exigiu muito cedo que se fosse trabalhar em uma metalúrgica, para ajudar nas contas da família, e estudar à noite. Precocemente encerrado entre quatro paredes de uma fábrica e dois ponteiros de um relógio, o futuro psicólogo sentiu no corpo os conceitos de mais-valia, fadiga, disciplina, *bullying*, coerção, entre outros que se estuda em psicologia do trabalho. Na escola, não teve aulas de sociologia, literatura, língua estrangeira e filosofia; e, no turno noturno, alunos e professores compactuavam uma mescla de rotina severa com alguns subterfúgios (ausências) para manter uma certa saúde do trabalhador. As

---

<sup>2</sup> Interseccionalidade, segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177 apud SILVEIRA; NARDI, 2014), “é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”.

questões sociais, psicológicas, culturais e filosóficas passaram longe dessa ‘fase’, cuja sustentação era dada pelo sonho da autonomia financeira e do carro próprio. Os dilemas existenciais vieram muito depois... Só muito tardiamente veio a compreensão de que muitas das forças constitutivas e constrangedoras estavam descritas em manuais, compêndios, livros e artigos científicos enquanto regularidades, estatísticas e modelos. E, ainda mais tarde veio a compreensão de que essas teorias, na psicologia, baseavam-se em linhas duras e tendenciosas da ciência e dos próprios pesquisadores.

Ainda que essa infância e adolescência tenham lá sua singularidade, também estiveram dentro da estrutura social, racial, sexual, econômica e brasileira que privilegia alguns em detrimento de outros. O fenótipo da descendência de imigrantes europeus, com certeza, abriu oportunidades que outras ascendências não teriam possibilitado. Manifestadamente, as pessoas com fenótipos afrodescendentes não têm o mesmo lugar social na região da Serra Gaúcha, em Caxias do Sul. A cidade é conhecida pelo racismo estrutural desde sua fundação, no final do século XIX, pois sua colonização, realizada por imigrantes europeus, estava dentro do projeto eugenista brasileiro de branqueamento da população. A própria história dos negros não é contada, pois se estruturou uma invisibilidade das pessoas negras na região de imigração italiana que reforça o preconceito e a discriminação, como um branqueamento da história (GIRON; RADUNZ, 2012).

A história que constituiu este mestrando e pesquisador precisou ser contada tantas vezes e de tantas formas. Experimentando, também com os verbos em primeira pessoa, passei a entender a importância de mudar a narrativa, afirmar acontecimentos, contextualizar escolhas e localizar o lugar de fala. No discurso de formatura, por exemplo, pude falar do privilégio de me formar psicólogo na UFRGS, o orgulho dessa conquista por um metalúrgico explorado tantos anos, e agradecer tanto à minha família como à assistência estudantil, que viabilizou a conclusão dessa graduação com o Restaurante Universitário de cada dia e a Casa do Estudante Universitário.

É na política das narratividades que se localiza um problema interessante. Marina Rocha Rodrigues (2017) pesquisou, com a Casa dos Cata-Ventos, a possibilidade de desenhar novas narrativas, de multiplicar as histórias vividas com uma crítica a histórias únicas, de sentido único, que apagam as singularidades, as diferenças, e produzem homogeneizações.

Trata-se de produzir aberturas, rachaduras e brechas em que se possam entrever outras versões, povoar o mundo com outras histórias a desestabilizar o que é colocado como dado. [...] considerando um certo exercício relacional de compor o mundo em que vivemos, propõem uma estratégia de pesquisa de “deixar o material falar”, ou seja, de não se colocar o problema de início, e sim de deixar que o campo produza o problema. (RODRIGUES, 2017).

Referenciando-se ao pensamento de Donna Haraway (1995), a partir de uma perspectiva feminista, compreende-se que a produção de um conhecimento pretensamente neutro e desengajado será masculinista, visto que há uma disputa quanto à validade dos saberes. De onde se olha determina-se o objeto, pois o olhar é produtor e produto de relações que estão em jogo no campo das visibilidades. A não consideração de onde se narra, afirmando indiretamente um sujeito pretensamente neutro e universal, irá inevitavelmente encobrir as disputas narrativas locais e situadas (RODRIGUES, 2017).

## 2.6 PREZO INSETOS MAIS QUE AVIÕES

As narrativas, de acordo com Walter Benjamin, transformam vivências em experiência. É pelo ato de narrar que se pode inferir um sentido ao que se sente e se vive. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1996, p. 201).

E quem pode ou tem interesse em ouvir a vivência alheia? Alheia, para quem? É uma questão de abertura ao outro e suas vicissitudes, suas singularidades. A alteridade tanto é assunto para a psicologia quanto para a antropologia. O que se pode aprender com as narrativas de outrem diz respeito também a quem escuta, no plano individual, e a um plano comum compartilhado, a sociedade e a cultura. Pode-se dizer que “cada caso é um caso” e que o caso é uma ficção (SOUZA, 2000). No entanto, essa ficcionalidade não deve fechar o caso em si mesmo, em um método que sacraliza o indivíduo às custas de uma análise social e cultural. Nem, por outro lado, generalizá-lo, ao reificar os processos coletivos numa abordagem sociológica que simplificará grosseiramente a realidade. É possível chegar a generalizações a partir de dados particulares, pois a própria diferença entre quem escuta e quem é escutado é um artifício da análise. Nessa forma de raciocínio, é a particularidade mais ínfima que mantém aberta a rota do universal para novas hipóteses (FONSECA, 1999).

Se um analisador, o artifício de análise, pode ser tomado como o que distingue quem narra e quem escuta, como material para análise, isso é potencializado quando se torna coletivizado. Alguns trabalhos, como o da Casa dos Cata-Ventos, dão-se em um espaço de experimentação, ou seja, já há de antemão um propósito de elaboração de uma intenção/intensão. Em outras palavras, há ali uma força analítica posta para operar com a diferença e a alteridade. E, de um certo modo, a experimentação da Casa dos Cata-Ventos se aproxima da experimentação cartográfica desta pesquisa-intervenção por afinidades e por uma certa filiação ética e política, entre outras.



O funcionamento da equipe se dá de modo coletivo, tanto no espaço da Casa com as crianças como na sua organização interna. São muitos os tempos para narrar coletivamente os efeitos recolhidos nos turnos de brincadeiras: há um tempo para os plantonistas se encontrarem imediatamente após o término dos plantões, reuniões semanais de supervisão dos estagiários e residentes, de administração por parte da equipe fixa<sup>3</sup> e de discussão clínica de casos de crianças e cenas do brincar. Ou seja, nestes vários espaços de elaboração das vivências individuais e coletivas há uma produção de realidade comum que se passa na ordem da experiência, da experimentação. Colocar-se no ponto de vista do que o outro pensa torna-se necessário, quando se pretende coletivizar um tempo. O tempo para compreender o que o outro compreendeu depende do quanto será possível decifrar a temporalidade do outro, sem cair nas armadilhas da certeza antecipada ou da urgência (KESSLER, 2017).

## 2.7 PREZO A VELOCIDADE DAS TARTARUGAS MAIS QUE A DOS MÍSSEIS

Entretanto, em um trabalho experimental, social e beneficiário de crianças e adolescentes, a questão da vontade de saber traz consigo alguns problemas. A relação de poder estabelecida, quando uma equipe universitária se dispõe a “escutar os vulneráveis”, precisa ser contextualizada, para não cair em julgamentos epistemológicos e morais. O trabalho feito pela Casa dos Cata-Ventos não se propõe a um cuidado ou atenção como nas instituições saúde, assistência e educação. Sua derivação das estruturas Dolto implica uma ética e uma metodologia de trabalho que se propõem a não serem disciplinares nem pedagógicas.

Outro ponto relevante dessa problemática diz respeito à vulnerabilização da infância. Esta, enquanto potência, é depositária de muitas angústias, frustrações e ressentimentos de quem já a ultrapassou e de quem a tem consigo como um ente descendente. Trata-se de um processo histórico e cultural de subalternização da infância enquanto categoria demandante de cuidados especiais e, ao mesmo tempo, enaltecida como “semente do futuro”. Mesmo não havendo a possibilidade de deixar uma criança abandonada à própria sorte, “olhá-la como a promessa de um futuro melhor, como a materialização de um desejo gerado pela imaginação de um outro, pode representar o seu aprisionamento no circuito repetitivo do eterno retorno” (PEDROSO, 2013, p. 18).

---

<sup>3</sup> Alguns membros da equipe, fundadores e outros psicólogos que escolheram seguir no projeto após o estágio ou a residência, fazem parte da chamada “equipe fixa”. Eles discutem, em espaço separado do grupo de estagiários e residentes, as questões administrativas, burocráticas, entre outras, que não dizem respeito direto aos estudantes transeuntes.

Essa ideia do infantil como objeto de afeição e investimento é compreendida como resultado de um processo histórico ocidental de matriz europeia. Notadamente, a medicina social, a higiene, a psicanálise e outras jovens ciências engendraram saberes à ordem disciplinar que, ao longo do século XIX, dirigia os tentáculos do poder a essa ideia de infantil. Nessa construção, os discursos psicológicos reforçaram a categorização da infância como carente de uma atenção especial, de um cuidado que, na prática, facilmente se configura em controle (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

## 2.8 TENHO EM MIM UM ATRASO DE NASCENÇA

A *História Social da Criança e da Família*, escrita por Philippe Ariès (1978), em seu célebre livro de 1960, é uma referência clássica das ciências sociais nestes temas. No entanto, por uma política autoral em enfatizar as especificidades locais e históricas da realidade produzida nesta pesquisa, evitar-se-á utilizar a história da criança europeia como se se tratasse de uma mesma e única história. A história das crianças brasileiras traz consigo quase quatro séculos de escravidão moderna, o genocídio dos povos nativos e as consequências das desigualdades sociais, decorrentes, em grande parte, da violenta concentração de capital neste país. Não há como compreender as expressões da violência através das brincadeiras das crianças na Casa dos Cata-Ventos sem contextualizar, no mínimo, estes mais de quinhentos anos de história brasileira.

A relação da psicologia com a infância também merece um destaque assim, pois nem sempre houve interesse científico pela infância; assim como nem sempre houve psicologia e nem sempre houve ciência. Ou, ainda, cabe lembrar que a infância com direitos e deveres assegurados pelo Estado é uma realidade recente e em luta permanente para afirmação de sua prioridade nas políticas públicas. Nem sempre o Estado se preocupou com crianças e adolescentes, antes dele, iniciativas filantrópicas preocupavam-se mais com o direito dos animais do que com crianças abandonadas (SANTOS, 2010). Crianças negras quase não tinham valor de mercado e pouco importava aos senhores de escravos se elas viveriam ou não, pois valiam mais pelo leite que as suas mães, tornadas amas de leite, forneceriam aos filhos do senhor ou de outrem por meio de um serviço de aluguel (RITTER, 2011).

No livro organizado por Mary Del Priore (2010), intitulado *História das Crianças no Brasil*, lê-se essa incompatibilidade de tradução direta da obra de Ariès (1978) para a realidade brasileira. Ariès apresenta a transformação social e cultural decorrente da escolarização, iniciada na França no século XVI, em relação à educação medieval; e a emergência da vida privada da família, com a valorização do foro íntimo, como fatos históricos que levaram a uma

supervalorização da criança, antes tida apenas como um adulto em gestação. Del Priore nos lembra de que no Brasil tanto a escolarização como a emergência da vida privada chegaram com grande atraso em relação aos países ocidentais onde o capitalismo se desenvolveu. O Brasil somente se preocupou com a escolarização das crianças a partir da sua tardia industrialização, no início do século XX. E, quanto à construção da noção burguesa da intimidade familiar, não podemos afirmar sua existência no Brasil, senão muito recentemente. A pobreza material e arquitetônica, lares monoparentais, cortiços e favelas inviabilizaram e inviabilizam sua emergência na geografia brasileira (DEL PRIORE, 2010).

## 2.9 EU FUI APARELHADO PARA GOSTAR DE PASSARINHOS

Exceto dissertações e trabalhos de conclusão de curso recentes, há poucas obras com referência direta às crianças da Vila São Pedro. A professora da UFRGS, Cláudia Fonseca, na década de 80, pesquisou etnograficamente as relações familiares, de gênero e violência entre os moradores da Vila São Pedro e da Vila São João. Esse trabalho resultou no livro *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*, em 2000, e é um importante registro dessa história da Vila São Pedro.

Os primeiros moradores da favela chegaram por volta de 1974, mas a erradicação de outras vilas de invasão vizinhas inflou sua população com lufadas sucessivas. Atualmente (1983), existem umas 150 casas construídas, a maioria de tábuas e telhas de brasilite recuperadas nas demolições. A proporção de não-brancos atinge os 60% contra 5 a 10% nos bairros circundantes. Quase todos são descendentes de trabalhadores agrícolas sem-terra. Na sua história recente, porém, essas famílias são distintamente urbanas, tendo-se mudado para Porto Alegre ou outra grande cidade há uma geração ou mais. Menos de 20% dos adultos são alfabetizados; poucas crianças frequentam a escola. Mesmo quando os pais o desejam, têm dificuldade em escolarizar seus filhos devido à burocracia da matrícula, os gastos (roupas, cadernos, etc.) e um programa escolar orientado para as necessidades de crianças da classe média. (FONSECA, 2000, p. 22).

Hoje, a Vila São Pedro está mais populosa, também pela erradicação das ocupações de pontes do Arroio Dilúvio em 2009, por exemplo. Ela segue o mesmo fluxo demográfico denunciado pela autora há vinte anos, com a diferença que agora há um movimento de verticalização das casas, dados os limites da área. Em 2013, a Vila São Pedro contava com aproximadamente mil e duzentos moradores (PEDROZZO, 2013).

A originalmente chamada Vila do Cachorro Sentado surgiu em um terreno do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre (capital do estado), atrás do mais antigo hospital psiquiátrico do estado, numa região habitada por famílias de classe média. Não está em uma região muito periférica, como outras favelas; pelo contrário, em frente há a Avenida Ipiranga

(uma das mais importantes da cidade) e um *shopping center*, que valorizou a especulação imobiliária da região. Contudo, sua remoção do território parece não ser uma ameaça, visto que é uma das poucas comunidades de Porto Alegre que conseguiu a regularização fundiária e o direito de permanecer nos terrenos ocupados (PEDROZZO, 2013).

A mudança do nome para Vila São Pedro surgiu em virtude do processo da Reforma Psiquiátrica, quando em 2001 teve início a reurbanização da parte da comunidade que faz fronteira com o hospital psiquiátrico São Pedro. O Projeto São Pedro Cidadão fundou o Serviço Residencial Terapêutico Morada São Pedro, apostando que o convívio entre egressos do hospital e os moradores da Vila traria melhorias para ambas as partes. O status da exclusão social compartilhado por todos ali, os ditos loucos e os ditos favelados, seria alvo de intervenções de várias políticas públicas (saúde, serviço social, educação, entre outras) com vistas à produção de uma vida mais cidadã naquele território. No entanto, desde essa época, reurbanizar o restante da Vila permanece como promessa política (PEDROZZO, 2013; BERTOLETTI, 2011).

A localização geográfica da Vila, a quatro quilômetros do centro da cidade, também favorece muito o comércio de substâncias psicoativas ilícitas. Ainda que na etnografia de Cláudia Fonseca não houvesse registros de tráfico de drogas, hoje quase não há como não perceber esse comércio quando se entra na Vila. Às margens da grande Avenida Ipiranga, o acesso de consumidores é fácil e intenso. Não obstante, tal panorama torna o ponto bastante visado por facções rivais e deixa os moradores da Vila em uma relação de vulnerabilidade ao poder de um tráfico externo e à truculência da polícia militar (PEDROZZO, 2013).

As histórias de crianças da Vila São Pedro parecem não interessar a muita gente, e é na Casa dos Cata-Ventos que elas podem ser escutadas. Ao brincar lá, muitas histórias são contadas, repetidas e inventadas. Esse material está sendo elaborado e registrado em alguns trabalhos de conclusão de curso dos estagiários, e também está disponível em algumas dissertações de mestrado publicadas a partir de pesquisas de colegas da Casa (PEDROZZO, 2013; GAGEIRO; TAVARES; ALMEIDA; TOROSSIAN, 2015; KESSLER, 2017; RODRIGUES, 2017; ROCHA, 2018).

## 2.10 TENHO ABUNDÂNCIA DE [NÃO] SER FELIZ POR ISSO

A invisibilidade da Vila São Pedro, no meio da cidade, assim como a das suas crianças, contrasta com os ideais políticos ligados à noção de infância. Tal abandono, hoje em dia, soa como um anacronismo, uma realidade em grande desacordo com a construção sócio-histórica que coloca a infância como prioridade nas ações do Estado brasileiro.

A construção da noção de infância como um grupo carente ou demandante de cuidados extrafamiliares começou no Brasil com práticas educativas da igreja católica e somente depois passou a integrar as políticas do Estado brasileiro. Até a metade do século XIX todas as iniciativas de assistência em relação à infância tiveram caráter religioso; visto que se tem desde os jesuítas um modo de governar por meio das crianças com a catequização. Somente houve algumas iniciativas do Estado brasileiro nesse sentido a partir de 1850. No entanto, foi apenas no século XX e nas grandes capitais brasileiras, motivadas pelo movimento médico higienista e pelos problemas da urbanização, que as crianças apresentaram alguma relevância (ARANTES, 1995).

Durante a República Velha (1889 a 1930), a assistência à infância majoritariamente caritativa recebeu críticas de médicos, juristas e educadores, por fomentar ainda mais a miséria e a improdutividade dos pobres. Buscando uma maior racionalidade dessa assistência, desta vez por intervenção do Estado, a dita *filantropia esclarecida*, impõe um modelo asilar fundamentado na disciplina e nos preceitos médico-higienistas, cujo fracasso foi chamado de “caridade oficial”, por Ataulpho de Paiva em 1903 (apud RIZZINI, 1995). No entanto, este modelo asilar permaneceu intacto até final da década de 80, mudando de nome e de siglas, e os internatos, reformatórios e institutos justificaram-se para a correção dos desqualificados, dos desvalidos, isto é, dos indesejáveis à ordem e ao progresso do país (RIZZINI, 1995).

A racionalidade desta “filantropia esclarecida” parece ir ao encontro da genealogia empreitada por Michel Foucault (2008) sobre o *Nascimento da Biopolítica*. Seria mais por uma questão de utilidade e gestão dos perigos que a assistência às “crianças desvalidas” torna-se um interesse do governo. Muito distante da questão de garantia de direitos, o que levou o Estado a investir no cuidado da infância foi uma racionalidade liberal interessada em gerir o capital humano em termos de saúde, educação, profissionalismo etc. A arte de governar o mínimo possível para manter a concorrência no mercado faz com que o Estado invista nos cidadãos improdutivos e indisciplinados, por meio de políticas assistencialistas, como foi o caso dos internatos e reformatórios (FOUCAULT, 2008).

Acompanhando a história brasileira no século XX, percebemos a relação do Estado com seus cidadãos sofrer grandes mudanças. Em poucos momentos dessa história houve condições para se desenvolver uma democracia com real garantia de direitos. O Estado brasileiro sofreu três alterações estruturais com significativa transformação institucional, a saber: o Estado Novo, caracterizado pelo autoritarismo populista de Getúlio Vargas (1930 a 1945); a ditadura militar e o retrocesso dos precários direitos políticos e civis, (1964 a 1985), e o período de redemocratização, a partir do ano de 1985 (PEREZ; PASSONE, 2010).

No período de 1930 a 1980 ocorreu a introdução, expansão e consolidação jurídica-

institucional dos mecanismos de garantia e proteção sociais. Ainda que seja um avanço insuficiente e com um caráter populista na constituição de direitos sociais no Brasil, tem-se a institucionalização da previdência social e da assistência; a construção de uma rede de ensino básico e científico; a política de atenção à saúde; e a política habitacional (PEREZ; PASSONE, 2010).

Com a consolidação da Constituição de 1988, há o reconhecimento dos direitos constitutivos de cidadania para todos os brasileiros. Os direitos da criança e do adolescente ganham então um novo status legal, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Desde então, a criança passa a ter direitos civis de cidadão brasileiro. A elaboração de novas políticas e a articulação de vários segmentos sociais e governamentais se justificam na promoção e na proteção desses direitos. Foi criado também um sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente que compreende conselhos, promotorias, varas da infância, defensorias, núcleos de assistência e atendimento específicos, entre outros.

No entanto, a experiência de implementação do ECA sofre com a concepção arcaica de infância e juventude presente no imaginário social da população brasileira. Por um lado, repudiam-se práticas assistencialistas, estigmatizadoras e segregadoras que sustentaram por muitas décadas a divisão entre ‘crianças’ e ‘menores’. Por outro, tenta-se redefinir os grupos sobre os quais as políticas devem incidir, mas esses grupos continuam sendo os mais vulneráveis aos efeitos da pobreza e da exclusão social e os que representam algum tipo de ameaça à sociedade. Há aí uma certa incompatibilidade com as propostas de garantia de direitos e as políticas de segurança pública, por exemplo. Também se privilegiou, por muito tempo, a situação das crianças que sobrevivem nas ruas, todavia sem o mesmo empenho na prevenção desse quadro com políticas sociais que evitassem sua migração para a rua (RIZZINI; BARKER; CASSANIGA, 1999).

Outra força no setor assistencial de crianças e adolescentes que surge de forma organizada e possível, com a Constituição Federal de 1988, é o Terceiro setor (ONG's, OSC's, Fundações filantrópicas), gerando uma nova relação entre Estado, sociedade e empresas. A Lei, ao afirmar que a tarefa pública é dever do Estado e da sociedade, ampliou a participação da sociedade na execução de políticas sociais. O Estado brasileiro redefine assim seu papel como fomentador, mas não necessariamente como executor das políticas sociais, buscando, com isso, diminuir seu tamanho, ampliar e fortalecer o empreendedorismo das organizações da sociedade civil e das organizações não governamentais (OLIVEIRA, 2005).

## 2.11 MEU QUINTAL É MAIOR DO QUE O MUNDO

Quanto às políticas sociais, a cidade de Porto Alegre nem sempre foi democrática como nos tempos áureos do Fórum Social Mundial (2002, 2003 e 2005), quando milhares de pessoas vinham conhecer as iniciativas governamentais por uma vida mais cidadã. A cidade é conhecida como uma das mais verticalizadas, arborizadas e alfabetizadas do país. Nem tão longe do centro, ao entrar na Vila São Pedro, a cena muda: casas precárias, quase não há árvores, quase não há leitores, a qualidade da vida ali parece ser um teste de sobrevivência. A dita exclusão social dos seus moradores é uma negação de acesso aos bens da cidade; é uma questão de cidadania negada. E quando se busca dados da Vila na internet, descobre-se que nem o veículo do Google, que cartografa o planeta, entrou ali. Quem se importa com essas pessoas?

Refinando a busca acadêmica por textos com as especificidades do público atendido pela Casa dos Cata-Ventos, ou seja, crianças e adolescentes filhos e filhas de famílias pobres ou miseráveis que sobrevivem às margens da sociedade porto-alegrense, encontram-se histórias que contextualizam, mas não justificam essa dura realidade. Não há como justificar injustiças, como não há como carregar água na peneira. O que se pode é registrar os fatos em uma genealogia e deixar a interpretação a quem interessar. Alguns livros e artigos publicados por pesquisadores com histórias de crianças e famílias da cidade de Porto Alegre colaboram a apreender os caminhos tortuosos por onde se construiu (e ainda se constrói) uma noção de infância na história da capital gaúcha.

O menino era ligado em despropósitos.  
 Quis mostrar os alicerces de uma casa sobre orvalhos.  
 A mãe reparou que o menino  
 Gostava mais do vazio do que do cheio.  
 Falava que os vazios são maiores  
 E até infinitos.  
 Com o tempo aquele menino  
 Que era cismado e esquisito.  
 Porque gostava de carregar água na peneira.  
 Com o tempo descobriu que  
 Escrever seria o mesmo que carregar água na peneira.  
 (MANOEL DE BARROS)

Na década de 1780, Porto Alegre tinha apenas trinta anos desde a chegada dos primeiros casais açorianos, e os negros escravizados compunham mais de um terço da população da capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Esta proporção se assemelhava à proporção demográfica encontrada nas paróquias açucareiras da Bahia e nos canaviais paulistas, cujas dinâmicas produtivas estavam consolidadas há muito mais tempo (GOMES, 2011).

Cabe referir que também fazem parte da história gaúcha os povos nativos dessa região hoje chamada de *Rio Grande do Sul*. Os povos indígenas Charrua, Minuano, Kaingang e Guarani sofreram um genocídio sistemático, tanto pela coroa espanhola como pela portuguesa – persistindo mesmo depois da proclamação da república brasileira. Desde as missões jesuíticas, os povos nativos desta região são expropriados de sua terra da mesma forma que seus modos de viver são desrespeitados. O aldeamento promovido com ideais positivistas no início do século XX não impediu que os povos nativos coabitassem o centro urbano da capital. Até hoje em dia observamos famílias das etnias guarani e kaingang com crianças no centro de Porto Alegre, trabalhando ou mendigando para sobreviver (STOCK, 2010). A partir da análise de escritos de viajantes do século XVIII que passaram pelo Rio Grande do Sul, sabe-se que as mulheres indígenas Guarani demonstravam muito amor por seus filhos e que elas eram responsáveis pela manutenção dos laços familiares. A infância indígena marcou a subjetividade gaúcha pela afeição familiar e pelas tarefas de aprendizagens no cotidiano dos núcleos familiares (RITTER, 2011).

Quanto à população de origem africana, não havia importação de crianças com os navios negreiros, conforme dados pesquisados nos arquivos públicos de Porto Alegre. O número de filhos de escravos era diminuto em relação aos de brancos até a abolição da escravatura, pois as possibilidades de formar uma família eram quase nulas no antigo regime. A proporção de mulheres adultas em relação aos homens era muito menor nas senzalas rurais do que na urbe de Porto Alegre, onde se encontravam três quartos da população feminina do estado. Elas eram úteis nas atividades domésticas e no trabalho para fora, como por exemplo, as amas de leite e as prostitutas (GOMES, 2011).

Para que a escrava se transformasse em mãe preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto. [...] a escrava transformada em ama-de-leite conhece, na negação de sua maternidade, a negação de sua condição de mulher. Por paradoxal que pareça, é sua fisiologia feminina – capacidade de lactação – que a contrapõe à realização de sua potencialidade materna. (GIACOMINI, 1988).

Com o comércio de mão de obra negra, o predomínio de pequenas posses escravistas em Porto Alegre e todos os infortúnios de ser negro e escravizado naquela época limitaram severamente a possibilidade dos escravos virem a constituir famílias numerosas. A formação de uma zona de periferia em Porto Alegre tem sua consolidação com a vinda dos imigrantes europeus.

Os trabalhadores negros que haviam sido os suportes da acumulação primitiva de capital nas charqueadas do Rio Grande do Sul, com o início do processo de imigração em 1824, vão ocupar cada vez mais as bordas do capitalismo emergente. Nas cidades, a maioria



morava nos piores lugares, nos cortiços, nos morros e zonas alagadas. (SANTOS, 2008, p. 93).

Para Milton Santos, temos o seguinte:

A cidade em si, como relação social e materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (SANTOS, 1993, p. 10).

A geografia da cidade de Porto Alegre evidenciava suas divisões sociais de modo muito peculiar até a metade do século XIX. Ritter (2011) nos conta que na cidade alta havia muralhas ao seu redor, trincheiras, a fim de proteger, das possíveis invasões espanholas, as famílias de maior representação social, como os militares, os altos funcionários e os comerciantes. A cidade baixa ficava excluída da proteção da muralha, ou melhor, a população amuralhada protegia-se daqueles habitantes da parte baixa da cidade, constituída por pessoas de menores posses. Esta área, também chamada ‘Emboscadas’, ficou marcada por ser um território negro, servindo de refúgio para escravos fugidos e também para criminosos que se aproveitavam do terreno acidentado para refugiarem-se entre macegas e moitas. Com o crescimento populacional da cidade de Porto Alegre em ritmo acelerado, as muralhas iniciadas em 1778 foram demolidas em 1845 (RITTER, 2011).

## 2.12 SOU UM APANHADOR DE DESPERDÍCIOS: AMO OS RESTOS COMO AS BOAS MOSCAS

Outro ponto que chama a atenção é o lugar das crianças filhas de famílias pobres de Porto Alegre no século XIX, em relação às instituições filantrópicas. Na arquivos da Roda dos Expostos da Santa Casa de Porto Alegre, há raros documentos que citam a causa do abandono e a legitimidade das crianças. No entanto, a institucionalização de crianças abandonadas aconteceu, hipoteticamente, com filhos e filhas legítimos e/ou ilegítimos, porém de classe social elevada, não se configurando como membros de famílias pobres. Observou-se que o número de crianças brancas expostas na roda de Porto Alegre era maior do que o número de crianças pardas (ou negras, morenas, mestiças etc.) expostas. Pode-se afirmar que o ato de abandonar crianças também contribuía para o equilíbrio familiar, ou seja, resguardava-se a moral instituída por uma parte da sociedade porto-alegrense, pois, para as mulheres com melhores condições sociais, o abandono seria uma via para ocultar filhos naturais (indesejados) ou adúlteros e, dessa forma, manter a herança e a moral estabelecida pela Igreja (RITTER, 2011).

Interessado em compreender as crianças marginalizadas no início do século XX, Cardozo

(2009) estudou os processos do arquivo do Juizado de Órfãos de Porto Alegre. De certa forma, esta instituição era como um espaço gestor dos padrões e das regras de comportamento social das famílias. As situações de crise entre pais e filhos colocavam em pauta a necessidade de se transferir a autoridade sobre a criança para outro adulto ou instituição. A análise dos processos mostrou que o mais importante era a criança permanecer ou estar em um ambiente onde, aparentemente, pudesse lhe ser proporcionada boa moral e bons costumes, nem que isso a levasse a servir como mão de obra barata. Era melhor que ela recebesse educação e ‘adestramento’ para o futuro do que permanecer, se fosse o caso, junto de seus familiares. Também, foram encontrados muitos processos do Juizado de Órfãos que mostram a remodelação, causada pela Belle Époque (1900-1930), do espaço urbano, das residências e dos negócios da população que habitava a capital dos gaúchos, o que foi dificultando a moradia da população pobre na área central da cidade (CARDOZO, 2009).

Nesse período, infância torna-se pauta na administração da cidade e algumas ações são feitas no espaço urbano. Quanto ao urbanismo, não houve somente remoções de famílias pobres para a periferia. No fim da primeira metade do século XX, havia uma preocupação por parte das autoridades do governo municipal em melhorar as condições de vida da população (ou de parte dela), por meio de planejamento urbano, construções de prédios públicos, praças, parques, obras de saneamento, alargamento de ruas e embelezamento da cidade. Também houve a necessidade e o interesse de investimento em educação, esporte e recreação, influenciados pelo movimento de educação física mundial, que poderia ser um meio de prevenção da delinquência juvenil aumentada na época. O professor Frederico Guilherme Gaelzer elaborou um dos primeiros planos de recreação para o meio urbano do Brasil, iniciado em 1926 nas praças de Porto Alegre, a experiência chamada de “Jardins de Recreio”. Em 1950, dá-se a promulgação da Lei Municipal n. 500, que cria o Serviço de Recreação Pública. O professor Gaelzer defendia que os municípios deveriam implementar serviços públicos de recreação para funcionarem nas horas livres dos trabalhadores, promovendo a recreação e o esporte para crianças e jovens, para assim evitar problemas sociais, como a delinquência e a violência urbana (FEIX, 2003).

Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há de ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo [...]. (MANOEL DE BARROS).

A cidade de Porto Alegre, em 2010, ganhou destaque pela ONU como a *Metrópole nº 1 em qualidade de vida* do Brasil por três vezes (PORTO ALEGRE, 2018). De acordo com dados do

mesmo ano, fornecidos pelo IBGE, a cidade contabilizava uma população (majoritariamente urbana) de cerca de um milhão e quatrocentos mil pessoas residentes. De acordo com a Carta de Conjuntura da Fundação de Economia e Estatística (FEE), de 2011, a cidade de Porto Alegre compõe uma região metropolitana que contém um terço da população pobre e extremamente pobre do estado do Rio Grande do Sul. Do total da população porto-alegrense, 14% têm de 0 a 14 anos de idade. Curiosamente, a cidade, conhecida pelo seu grande número de pessoas leitoras, conta com 10,6% de analfabetos no grupo de pessoas de cinco anos ou mais na pobreza e na extrema pobreza. Nas famílias com renda mensal até setenta reais, observa-se que 72,5% dos responsáveis pelo domicílio (chefes de família) são mulheres, e nas famílias com renda entre 71 e 140 reais, este dado chega a 61,8%. As mulheres responsáveis por estas famílias estão na faixa etária entre 20 e 24 anos (MARTINS, 2011).

### 2.13 QUERIA QUE A MINHA VOZ TIVESSE UM FORMATO DE CANTO, PORQUE EU NÃO SOU DA INFORMÁTICA: EU SOU DA INVENCIONÁTICA

Na Vila São Pedro, as crianças habitam as ruas cotidianamente e sabem em quais turnos encontrarão a Casa dos Cata-Ventos aberta, com pessoas dispostas para brincar e conversar. A Casa dos Cata-Ventos surge ali como experimentação e com uma declarada inspiração no trabalho da Casa da Árvore no Rio de Janeiro (LIMA, 2010) e na estrutura Dolto, de Paris. Ela propõe um espaço de escuta por meio do brincar e do conversar, para crianças de até onze anos, apostando que o brincar é por si só terapêutico, pela sua potência de produzir efeitos estruturantes e organizadores (GAGEIRO; TAVARES; ALMEIDA; TOROSSIAN, 2015). Diversificando sua atuação, este projeto acolheu outro, de contação de histórias, uma vez por semana. Posteriormente, instituíram-se uma oficina de capoeira, atividades voltadas ao letramento e outra para seus egressos adolescentes.

O projeto surgiu por iniciativa da psicanalista e professora universitária Ana Maria Gageiro, que logo encontrou apoio de colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Instituto APPOA). Este grupo, implicado com o compromisso da universidade pública e com as populações menos favorecidas de nosso país, buscou inicialmente um espaço para funcionar como um campo de pesquisa e intervenção, inspirado nas experiências da Maison Verte e da Casa da Árvore (PEDROSO, 2013).

A primeira Maison Verte foi inaugurada em 1979, por Françoise Dolto, em Paris. Esse

modelo tornou-se referência na abordagem das questões da primeira infância, principalmente das crianças que, a partir do início da vida escolar, eram encaminhadas ao psicanalista com problemas já estruturados. A Maison Verte foi, então, criada como um espaço de lazer e de palavra para receber crianças de até três anos, com o objetivo de auxiliá-las, e a seus pais, no processo de integração social e de separação do ambiente familiar, maternal, inserindo palavras quando há dificuldades em produzir sentido. Dolto buscava, na Maison Verte, a prevenção da violência e outros problemas relacionais futuros, com a introdução de uma palavra justa, que carregasse de sentido a angústia vivida pelas crianças. O espaço é visto como um lugar de convívio, de prazer, de brincar e falar, onde não há necessidade de se relatarem sintomas, nem de se promover uma reeducação. A fala que circula não é definitiva nem aprisionante; é simplesmente a expressão do esforço de cada um em se fazer entender por um outro (MILMAN, 2005).

Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes criancieiras a visão comungante e oblíqua das coisas. (MANOEL DE BARROS).

Em 2001, na cidade do Rio de Janeiro, surge a Casa da Árvore, como um projeto da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O primeiro espaço para experimentar a estrutura Dolto foi o Centro Comunitário Lídia dos Santos, no Morro dos Macacos. Desde então, a Casa da Árvore mudou de endereço várias vezes, chegando a administrar quatro casas em bairros diferentes da cidade. Hoje, ainda com o vínculo acadêmico, conta com o status de Organização Não-Governamental e busca sua sustentabilidade econômica com patrocínios de empresas privadas (LIMA, 2010).

A preocupação com a adaptação desse modelo francês à realidade das comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro acompanha o projeto desde a fundação da primeira Casa. Algumas modificações se impuseram de saída, pois as crianças chegavam desacompanhadas e, em sua maioria, tinham mais de seis anos. A proposta de um acolhimento integral resultou na criação de um dispositivo voltado para o atendimento de crianças de zero a doze anos, em que os maiores de seis anos estão isentos da obrigatoriedade da companhia de um responsável, e os menores, sobre os quais ainda recai essa exigência, podem recorrer à figura do irmão mais velho como a tutela necessária a sua frequência. À teoria da “palavra verdadeira” de Dolto somou-se o ‘brincar’ de Donald Winnicott, pela experiência criativa compartilhada em um ambiente seguro e confiável. Instituíu-se, assim, um modelo inovador de atendimento coletivo à infância, cuja proposta pode ser definida em termos bem simples: proporcionar um lugar para as crianças conversarem e brincarem (LIMA, 2010).

O atendimento na Casa da Árvore se efetiva por meio de turnos diários de três horas de duração com a presença de três psicólogos (estagiários e profissionais). Cada dia da semana fica sob o encargo de uma microequipe diferente e cada criança pode frequentar os plantões de sua preferência, conforme sua disponibilidade e seus interesses. O horário de entrada e saída fica a critério de cada criança, bem como o número de vezes que ela retorna durante a semana. Apenas o que se exige é que, enquanto permanecer na Casa, cada criança tenha o seu nome e idade anotados em um quadro negro (LIMA, 2010).

Em Porto Alegre, a escolha da Vila São Pedro mostrou-se pertinente para a equipe da Casa dos Cata-Ventos pela possibilidade de utilização de um espaço de uma ONG vinculada à Associação Médica do Rio Grande do Sul e pela boa aceitação das lideranças da Associação de Moradores da Vila São Pedro. Com o apoio dessas lideranças foi-se divulgando o trabalho junto a algumas famílias que tinham crianças pequenas, indo de casa em casa. Iniciou-se como curso de extensão universitária, com oito turnos semanais, oscilando entre dias sem público e dias com muitas crianças (PEDROSO, 2013).

A partir do início de 2012, houve a aproximação de outro projeto de extensão, coordenado pela professora Sandra Torossian, de contação de histórias em comunidades muito pobres. Também nesta época, a Casa dos Cata-Ventos foi inscrita como campo da Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental Coletiva da UFRGS, o que possibilitou um caráter multiprofissional à equipe (PEDROSO, 2013).

Conseguindo finalmente evitar a inconveniência da proximidade com o alto fluxo de veículos da Avenida Ipiranga, a Casa dos Cata-Ventos mudou novamente de endereço, indo se instalar no meio do território da Vila, onde se mantém até hoje. A partir de então, há um convívio mais intenso com as vicissitudes da comunidade, a atuação do tráfico, a truculência da polícia militar, a agressividade no trato com o outro, a fragilidade das condições socioeconômicas das famílias etc. E, nessa convivência, a Casa conquistou a confiança dos moradores e a equipe não necessitou mais do acompanhamento de um membro da Associação de Moradores para se movimentar pelas ruelas labirínticas da Vila (PEDROSO, 2013).

## 2.14 SÓ USO A PALAVRA PARA COMPOR MEUS SILÊNCIOS

O uso da palavra dá suporte a novas possibilidades de enunciação de si e do mundo do mesmo modo como viabiliza condições de suas invenções. O suporte não é aproveitado apenas pelas crianças e adolescentes que frequentam a Casa dos Cata-Ventos, pois a palavra engasga na

garganta da equipe. E para não se afogar no silêncio da solidão, a equipe que escuta seu público-alvo na Vila também se escuta em reuniões semanais, supervisões e orientações de pesquisa. A coletivização do que se passa neste trabalho possibilita aprendizados com a experiência daquilo que sem palavra seria violência.

Nesse método de trabalho, há um encadeamento entre narração-escrita, o qual se dá a partir dos diferentes tempos da intervenção. Dessa maneira, a discussão dos casos e construção da intervenção vai se dando entre todos do grupo de profissionais que compõem a Casa dos Cata-Ventos. (KESSLER, 2017, p. 26).

Esta cartografia é produzida de dentro da experiência coletiva da Casa dos Cata-Ventos. O acompanhamento dos turnos de brincadeiras na Casa, o acompanhamento terapêutico de uma família e as reuniões semanais de equipe para supervisão clínica, tudo isso, vivenciado por cerca de um ano, compõe o campo de intervenção desta pesquisa. Ou seja, muito material foi produzido e potencialmente pode ser transformado em dado de pesquisa a partir de recortes, com diferentes aberturas e potenciais de análise, problematização e restituição. Ou, ainda, dizendo de outro modo, pela análise institucional, esses recortes se apresentam como analisadores do processo de pesquisa e intervenção.

Foi tanto material que emergiu e tão heterogêneo, que em vez de costurar todos os retalhos e malhas com vistas a uma pretensa unidade, ou desfilar tudo em objetos parciais, considerou-se a pertinência de manter peças sem costura, rasgar outras e apresentar alguns recortes cartográficos e customizados. Os recortes, apresentados a seguir, são pequenos ensaios desenvolvidos com algumas inquietações, alguns analisadores, que pretendem deslocar imagens e desenhos consolidados no trabalho da Casa dos Cata-Ventos. Aposta-se que sejam análises passíveis de serem transpostas, se interessar, para outros trabalhos com crianças, grupos vulneráveis e subalternizados.

### 3 RECORTES

*E, incessantemente, sou tentado a reconduzir o desenho, na medida em que ele desenha alguma coisa e em que identifica uma figura, na medida em que é orientado pelo desígnio, isto é, por um sentido, ou uma finalidade, que permite sua interpretação, sempre sou tentado a puxar o desenho para o insignificante, isto é, para o traço. (DERRIDA, 2012, p. 169).*

#### 3.1 O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E A COMOÇÃO

O acompanhamento terapêutico (AT), como prática clínica, vem sendo utilizado no trabalho da Casa dos Cata-Ventos quando alguma demanda específica leva a equipe a intensificar um cuidado para além dos plantões. Isso acontece quando a equipe já vem acompanhando uma criança nos turnos na Casa e, ao construir seu caso em equipe, no modo de um estudo longitudinal, percebe a demanda por uma maior proximidade com ela e sua família.

Antes, vale lembrar que no início do projeto da Casa eram os moradores da Vila São Pedro que acompanhavam os plantonistas por suas ruelas; e, agora, são membros da equipe que acompanham algumas crianças e suas mães em percursos fora da Vila e, em alguns casos, dentro da Vila mesmo.

Historicamente, o AT surge em instituições psiquiátricas com a função de desinstitucionalizar pessoas por muitos anos afastadas do convívio social e da cultura da cidade. Várias experiências com este intuito, em projetos inovadores na Itália, na Argentina, no Brasil e na França, possibilitaram uma variedade muito grande, tanto de modalidades e referenciais teóricos a este dispositivo clínico, como de público beneficiado com esta prática. Como elementos comuns no AT, há o vínculo entre acompanhante e a pessoa acompanhada, uma abertura do *setting* terapêutico (qualquer lugar, um lugar qualquer que abra condições de possibilidades de algo novo surgir) e um tempo variável, de acordo com as necessidades, situações e a contratação. É uma aposta numa clínica-acontecimento em contato com o *socius* (ARAÚJO, 2007).

O AT pode ser utilizado como ferramenta clínica, em momentos pontuais e interessantes de uma psicoterapia, por exemplo. Ou, como dispositivo clínico, de um modo mais contratual, quanto à sua modalidade de agenciamento. As táticas de atuação deste modo de operar a clínica, tanto na modalidade de ferramenta como de dispositivo, consiste basicamente em colocar as pessoas acompanhadas em contato direto com a vida prática e com o *socius*. No trabalho de AT, os acompanhantes tornam-se testemunhas dos processos desencadeados pelos encontros dessas pessoas com a cidade e vice-versa. A cidade funciona, assim, como um terceiro sujeito nesta

tecnologia terapêutica (CABRAL; BELLOC, 2004).

Um caso foi acolhido no percurso desta pesquisa como demanda de AT e ganhou destaque nas reuniões que se seguiram. O AT iniciou com uma menina de doze anos, a Eva, que precisava fazer um acompanhamento psicológico no CIAPS, visto que sua mãe tinha dificuldades para acompanhá-la e para sustentar a frequência semanal. O contrato de como se daria este acompanhamento era feito a cada semana. Após pouco mais de um mês, o AT com esta menina mostrou-se prescindível e decidimos por findá-lo. As conversas com a mãe, Jéssica, no entanto, antes e durante o AT, foram importantes para manter o caráter processual da contratação e um vínculo mais próximo da Casa dos Cata-Ventos com esta família<sup>4</sup>. Tanto que, após um tempo, foi produzida uma demanda nova. A mãe manifestou interesse em manter a conversa com o acompanhante terapêutico, na modalidade de um encontro por mês na casa dela. Seu pedido foi acolhido pelo pesquisador e pela equipe, vista a importância de cuidar da cuidadora. Cabe observar que essa mudança no contrato e na direção do trabalho do AT tornou-se possível por se tratar de uma pesquisa na qual o problema de pesquisa é construído na experiência com o campo. A abertura a encontros inimagináveis, aos acasos-acontecimentos, mostra-se como uma grande pista da afinidade entre os modos de fazer funcionar o Acompanhamento Terapêutico, a Casa dos Cata-Ventos e a Cartografia.

O trabalho deste AT, inicialmente com a Eva, foi pautado nas reuniões de discussão clínica por semanas consecutivas, tanto, e tantas vezes, que se tornou uma questão nesta pesquisa: por que esta família comovia tanto a equipe? Eis aqui um analisador. Um e-mail enviado à equipe tornou-se disparador de um deslocamento, tanto da posição da equipe em relação a esta família quanto desta pesquisa-intervenção:

[...] ando pensando sobre minha pesquisa cartográfica, alguns deslocamentos feitos na análise processual da experiência de trabalhar COM a Casa dos Cata-Ventos. Destes, sou levado a questionar o lugar do caso Eva no trabalho clínico da Casa. O destaque, a **comoção** (grifo nosso) da equipe, o engajamento em ajudar a Eva e sua família na organização de suas vidas. É próprio da atenção o foco e o desfocamento, assim como o ver se dá concomitante ao não-ver. Portanto, a construção coletiva deste caso no modo como toma a atenção da equipe nas supervisões clínicas, nos relatos e no cotidiano do nosso trabalho pode estar (ou não) turvando o olhar a outras crianças. Pode ser que estejamos nos desimplicando na construção de outros casos e mesmo a uma diferenciação no modo de cuidar da Eva como mais uma das tantas crianças que frequentam a Casa. Digo isto sabendo que outros casos são pensados pela equipe e que beira a impossibilidade construir casos com todas as crianças que frequentam o espaço. Enfim, compreendendo a singularidade e a complexidade dos casos construídos na clínica vale pensar sobre o lugar que a Eva conquistou na equipe; assim como o lugar que a equipe construiu para o caso da Eva - apenas a título de reflexão, de problematização. (Texto

<sup>4</sup> Os nomes desta família são fictícios, mas correspondem aos mesmos nomes utilizados na dissertação de mestrado de Anderson Beltrame Pedroso (2013), *A Casa dos Cata-Ventos: variações sobre o futuro, a inutilidade e a sede*. Esta família vem sendo acompanhada pela equipe desde o início do projeto na Vila São Pedro.



extraído de e-mail enviado à equipe durante a pesquisa-intervenção, em julho de 2017).

Os efeitos deste e-mail foram marcantes, entretanto, na retomada do contrato desta pesquisa com a equipe; ocorreu uma certa atualização do lugar duplo de pesquisador e cataventeiro. Também, funcionou como uma pista metodológica, acenando para um modo de produzir conhecimento com a equipe da Casa. Seria possível, assim, produzir e restituir saberes coletivos em relação ao trabalho e à pesquisa. A repercussão deste e-mail foi intensa na reunião seguinte, quando ele foi pautado abriu espaço para conversarmos, em especial, sobre a relação da equipe com a Eva e sua família.

Nesta reunião, depois de várias interpretações e comentários dos integrantes da equipe - acontece um pequeno desvio, uma nuance é produzida na discussão dessa pauta. Foi problematizado um significante específico contido no relato compartilhado por e-mail, a palavra ‘comoção’. Uma psicanalista da equipe tomou este termo como problemático se realmente fosse empregado pela equipe. A comoção, disse ela, não pode conduzir as ações de um psicólogo e da equipe em relação a nenhum caso.

Comoção significa, de acordo com o dicionário Aurélio: abalo, perturbação, enternecimento, pena, pesar. No entanto, na cena em questão, o sentido dado ao termo pela psicanalista na reunião, ao que pareceu indicar, foi o de um sentimento pesaroso, compaixão e pena. Neste sentido, a filosofia de Nietzsche alerta para o demasiado humano de subjetivações carregadas de um niilismo cristão, afeito às suas penúrias, miséria, dor e sofrimento. De modo que um tipo de valoração como esse, como uma moral dos escravos, dos sujeitos impedidos de agir e legislar a seu favor, promove uma inversão dos valores morais ao ser motivada pelo ressentimento. Assim, quando a força da vida impõe sua conservação e expansão, o niilista passivo, o cristão, todos os depreciadores da vida, erigem um ideal decadente de além-mundo que valoriza tudo o que diminui essa força e passam a valorizar todos os infortúnios que possam diminuir a potência da vida. A comoção, a pena, o pesar, a compaixão, são sentimentos valorizados pelos depreciadores da vida e, segundo Nietzsche:

[...] a compaixão está em oposição a todas as paixões tônicas que aumentam a intensidade do sentimento vital: tem ação depressora. O homem perde poder quando se compadece. Através da perda de força causada pela compaixão o sofrimento acaba por multiplicar-se. O sofrimento torna-se contagioso através da compaixão; sob certas circunstâncias pode levar a um total sacrifício da vida e da energia vital. (NIETZSCHE, 2016, p. 13).

Quem sabe, problematizar a atividade e a potência das vulnerabilidades na vida dessas crianças seja mais clínico, no sentido de provocar desvios, do que reafirmar as hierarquias tão dadas na relação de poder que “cuidar dos vulneráveis” impõe. Comover-se, compadecer-se,

manter essa forma de dominação é atuar na sustentação de práticas morais por meio de relações de submissões, subalternidades e tutelas que impedem que a força da vida se exerça.

Ainda, ações que têm por objetivo “cuidar dos vulneráveis” e, concomitantemente, controlar os riscos desta vulnerabilidade, podem estar envoltas em uma associação entre vulnerabilidade social e criminalidade. As oscilações entre vulnerabilidade e risco, entre vítimas e criminosos, entre apoio e preocupação, entre piedade e controle, não obstante, configuram uma polarização moral entre compaixão e repressão. Quem busca cuidar dos vulneráveis, como psicólogos e assistentes sociais, ao intervir nas mazelas sociais da marginalidade, pobreza e violência, não encontra crítica, pois a compaixão não tem inimigos. O uso político daquilo que simboliza “estar vivo” – compaixão, dor, sofrimento – funciona como recursos de subjetivação de um “*ethos* da compaixão”: trata-se de um empenho em aliviar o sofrimento, afastando o olhar das suas próprias causas (PUSSETI; BRAZZABENI, 2011).

As causas de um olhar comovido estão seguras de qualquer crítica, protegidas pelo manto humanitário de herança católica. Ao observar o sofrimento alheio, esquece-se de uma cumplicidade com as causas políticas, econômicas e sociais, cujos efeitos colocam lado a lado privilegiados e indigentes. A relação de poder assimétrica da solidariedade, expressa pelo sentimento de compaixão, consente e desarma qualquer crítica. Ela sustenta um lugar de inocência e impotência a todo aquele que se solidariza com o sofrimento do outro. As pessoas que sofrem, inclusive, podem performar e tornarem-se ‘pacientes’, na medida em que fazem um uso estratégico da compaixão e da solidariedade de psicólogos humanitários. Há uma desresponsabilização possível e desejável, quando se está comovido com a miséria, ao não reconhecer as vítimas como sujeitos ativos (PUSSETI, 2017).

Agora, voltando ao que aconteceu, a cena disparada a partir de um relato compartilhado por e-mail, quando um signifiante, a comoção, opera uma reflexão sobre a própria ética do trabalho da equipe. Esse acontecimento instaurou um espaço para o pensamento. Isso se deve, em parte, ao processo de restituição desta pesquisa ao compartilhar, por meio de relatos escritos o trabalho realizado com o acompanhamento terapêutico. Compreende-se, com isso, a importância das supervisões clínicas, das discussões em equipe e dos estranhamentos estrangeiros para que haja condições de se pensar a ética nas práticas de quem trabalha com pessoas.

Explorou-se na supervisão clínica, a partir de uma análise de implicação, o acompanhamento, o rastreamento das formas e forças que atravessam este trabalho realizado com crianças e famílias naquele território dominado por psicólogos e psicanalistas. Por meio dessa análise da ‘comoção’ produziu-se um conhecimento processual e singular, sustentou-se a complexidade conceitual e do campo, mapeou-se as forças presentes e analisou-se os efeitos dos

encontros (com a equipe, o AT, os conceitos, o território, entre outros). Em situações problemáticas como essa, compreende-se a influência de forças sociais, históricas e culturais e as possibilidades de seu controle e inflexão com uma análise de implicação.

O pesquisador está inelutavelmente presente naquilo que pretende analisar e que só pode ver a partir do lugar que ocupa; o pesquisador não pode não ser perspectivo, mas pode explorar aquilo que condiciona seu olhar, sua intervenção. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2010).

E, nos meses que se seguiram a essa reunião de supervisão clínica, essa família e o caso que se fez dela não foram mais tomados pela equipe do modo como era antes. Desde essa discussão, a problematização do modo comovente com que a equipe trabalhava com ela efetivou um deslocamento tal, que, às vezes, esse tema da comoção voltava como marca na equipe. Alguns meses depois, a equipe lembrou essa discussão clínica reafirmando a importância dos estranhamentos estrangeiros e as análises que se sucederam.

Ainda, sobre este movimento de reincidência considerável da pauta do AT nas reuniões de equipe, cabe um apontamento. O lugar de fala do pesquisador, enquanto psicólogo homem branco, interferiu na maneira pela qual a escuta se deu. É notável o favorecimento deste lugar de fala na relação de poder estabelecida quando outras vozes não têm a mesma atenção do grupo. Conquanto a equipe da Casa dos Cata-Ventos tenha pautado e discutido sobre as questões raciais, de gênero e outras minorias, mesmo com uma sensibilidade para isso, não se pode inferir uma ausência total de hierarquias no grupo. E é importante esse reconhecimento, tanto da equipe como do pesquisador, pois este era, na época, um dos poucos homens nessas reuniões majoritariamente compostas por mulheres brancas. Esse lugar promove uma disparidade que não é numérica, mas de legitimidade e hierarquia social, para além das relações intragrupais.

O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *lócus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Analisando a implicação do pesquisador, urge reconhecer que, mesmo comprometido com a mudança social, foi tirado proveito desta autoridade discursiva para pautar a discussão clínica do acompanhamento terapêutico realizado por ele mesmo. Talvez, com um uso oportunista desse lugar de fala hegemônico, algumas vozes foram silenciadas ou menos escutadas: as vozes das mulheres, bolsistas de extensão, estagiárias e pessoas negras.

### 3.2 TESTEMUNHO DA CONFIANÇA E RESTITUIÇÃO DA INTIMIDADE

Com a perspectiva cartográfica, que privilegia o acompanhamento de processos, alguns conceitos foram chamados e postos para operar no pesquisar e no intervir durante o trabalho de acompanhamento terapêutico (AT) da Jéssica: o testemunho, o sigilo, a restituição, a confiança, a análise do desejo. Cabe agora um reconhecimento desses conceitos como intercessores<sup>5</sup> do processo de pesquisa e intervenção, numa aliança entre a produção clínica do AT e um agenciamento filosófico.

O conceito de testemunho surgiu como necessidade quando fui levado pela Jéssica a entrar num espaço 'íntimo', a construirmos juntos uma subjetividade privada. Durante as andanças do AT, após alguns meses de acompanhamento e com um vínculo de confiança bem consolidado, a Jéssica compartilhou histórias pessoais que nunca foram ditas a ninguém, segredos que ela manteve consigo durante décadas. Essas vivências marcantes, algumas da ordem do traumático, nunca puderam ser ditas, nem a familiares, nem a pessoas com quem ela construiu relações de amizade. Ficou a questão de como o indizível de uma experiência, em dado momento e em dada relação, consegue suporte para transpor o silêncio? Quando uma relação estabelecida com o psicólogo permite tal testemunho?

Buscando suporte a essas questões com o Projeto Clínicas do Testemunho<sup>6</sup>, encontra-se a afirmação de que o testemunho se dá por uma abertura à convivência e aos acasos-acontecimentos, por parte de quem escuta e anda junto. Da outra parte, é a possibilidade de transmitir afetos insuportáveis não como destino, mas como criação e como construção da experiência, a partir dos restos endereçados à escuta do outro. Pode-se, com o testemunho, construir tramas de sentido compostas com os traços e as marcas da violência. A partir das desconexões da memória e do silêncio do trauma, a impossibilidade de dizer abre espaço para a própria singularização do sujeito e para a reivindicação da própria expressão. Assim, é possível devolver aos protagonistas da crueldade, da violência e da barbárie a autoria de seus atos. Com o testemunho institui-se um caminho possível de subjetivação ao atualizar, na relação com quem escuta, os devires e os sentidos da própria história (PERRONE; GALLO DE MORAES, 2014).

---

<sup>5</sup> Intercessores, para Deleuze (1992), são forças externas que fazem com que o pensamento saia de sua imobilidade, ou melhor, intercessores são a condição para a emergência do próprio pensamento. Eles atuam como aliados na produção da diferença.

<sup>6</sup> Clínicas do Testemunho - RS é um projeto da Comissão da Anistia, ligada ao Ministério da Justiça. Em Porto Alegre, a Sigmund Freud Associação Psicanalítica sedia o projeto e visa acolher os testemunhos de pessoas afetadas pela ditadura civil-militar no Brasil, discutindo os efeitos psíquicos, sociais e políticos da violência de Estado.

A noção de testemunho é transposta ao pesquisar, orientando uma relação com o campo problemático e com uma política narrativa, de narrar e catar fragmentos que constroem cenas, como forma de transmissão e abertura ao pensamento. Aqui o testemunho também se apresenta como uma postura do pesquisar. Nesses encontros, não só catam-se ventos, também catam-se histórias. (RODRIGUES, 2017).

A partir do dia em que se escutou os segredos íntimos da Jéssica, houve uma impossibilidade de escrever um relato e compartilhá-lo com a equipe. Antes desses acontecimentos, a cada AT era escrito um relato, que era compartilhado para que algumas informações permanecessem com a equipe após o fim desta pesquisa. No entanto, com esses testemunhos do traumático e da intimidade da Jéssica, o sigilo entrou em questão, pois adentrávamos no território da psicoterapia. O sigilo, de acordo com Despret (2011a), por vezes, pode funcionar mais como uma proteção do analista do que do analisando. O dilema da cumplicidade acomete tanto um como outro, quem fala e quem escuta. O segredo produz tanto a intimidade como uma separação dos sentimentos e emoções, algo apartado do mundo, uma interioridade, como produz ao mesmo tempo a legitimidade e sua especificidade a quem escuta, o profissional da psique. O sigilo, enquanto segredo, separa o que pode ou não ser compartilhado com o restante da equipe.

E isto é outro aspecto do saber fundado sobre a prática do íntimo e do segredo: é um saber privado, de qualquer modo, que protege, ele também, da obrigação de prestar contas às outras pessoas interessadas pelo caso. O segredo, portanto, organiza não somente o que é público e o que é privado acerca do paciente; ele organiza aquilo que separa, mas produz a mesma organização na prática do profissional. É mesmo, pelo contrário, o que ele sustenta: aquilo que constrói o espaço “separado” do profissional na organização das profissões fabrica o espaço íntimo do paciente em terapia. (DESPRET, 2011a, p. 15).

O segredo não é produto da intimidade, mas seria, nessa perspectiva, o segredo que fabrica a intimidade. O sigilo e o segredo são, portanto, o que separa as coisas das quais se pode sentir orgulho daquelas que geram vergonha, privilegiando as últimas no espaço privado (DESPRET, 2011).

Durante o AT realizado com a Jéssica, em um dia de primavera, após uma longa caminhada errante, ela relatava e refletia sobre suas relações na vida, com suas filhas, com sua família, com seu ex-marido, com seu ex-namorado, com o trabalho e em outras tantas relações, como aquela com o homem pelo qual recentemente se apaixonara através do telefone. Ele não morava próximo a ela, mas mesmo sem se conhecerem presencialmente, ele fazia planos pelos dois e a colocava numa posição subalterna. Na época, as filhas estavam com dificuldade de frequentar a escola, e o Conselho tutelar ameaçava-lhe a guarda. No trabalho, havia uma mesma dificuldade de

sustentação de seu lugar de trabalhadora, com atrasos e faltas não justificadas. Na família, ela sofria com a reprovação de suas escolhas e conflitos frequentes. As narrativas da Jéssica, expressadas durante o AT, pareciam, em geral, demandar uma organização, uma recomposição do seu lugar no mundo. No entanto, seu apaixonamento por aquele homem parecia exigir mais tempo, mais elaboração, que todo o restante, essa questão a tomava por demais. Essa paixão, além de significar um inegável prazer que elevava sua autoestima, também expressava um processo de assujeitamento. Ou seja, havia nesse encontro uma diminuição das possibilidades de efetuar, por si mesma, “um certo número de operações sobre seu corpo, sua alma, seus pensamentos, suas condutas, e isso de maneira a produzir neles uma transformação” (FOUCAULT, 1990, p. 48). A sustentação de seus lugares enquanto filha, mãe e trabalhadora estava ameaçada pela relação assimétrica que ali ela e seu novo namorado estavam instituindo.

O testemunho, posto a operar, fazia com que, nessa relação terapêutica estabelecida pelo sigilo, fosse possível criar condições para um exercício do pensamento. Por meio de restituições do processo de escuta e testemunho, produziram-se algumas problematizações da própria experiência. Em uma das conversas andarilhas, por exemplo, na medida em que ela estava ali, numa relação de confiança com o psicólogo, foi possível, e talvez necessário, fazer um comentário acerca do que estava sendo testemunhado. No relato desse novo enamoramento, testemunhava-se mais uma submissão, e foi preciso manifestar algo sobre isso. Como uma interferência no seu discurso, o comentário feito a partir do testemunho, relatado a seguir, funcionou como uma restituição, um espelhamento e também um convite ao pensamento.

Questiono onde está seu desejo, pois ao que parece este é mais um homem como o pai de suas filhas e o ex-namorado, que mandaram nela e na sua vida. “São homens machistas à moda antiga, as mulheres mudaram muito de uns tempos para cá, estão mais empoderadas, sabem dizer o que querem e o que não querem”. Em certo momento da caminhada, parece que a toquei com um ditado popular: “Não se mexe em time que está ganhando”, me referindo a manterem a relação somente no virtual, sem contato real. Digo isto dando legitimidade ao sentimento e porque os dois estão tendo ganhos egóicos e prazer com esta relação. (Relato do AT, em novembro de 2017).

A restituição, a partir da perspectiva da análise institucional, pode se dar na forma de problematizações compartilhadas, ainda que parciais, no processo de análise e intervenção. São, por vezes, comentários ou respostas que se seguem logo após o que é escutado, ao que é sentido. Pode-se operar em ato uma ‘função-espelho’, como se diz em psicoterapia. Restitui-se aquilo que se escuta, às vezes, com a enunciação de algumas palavras, alguns sentimentos que emergiram no processo de acompanhamento. Às vezes, restitui-se ao analisando, mesmo sem dizer nada, pois a postura e os gestos do pesquisador já explicitam seus estranhamentos, cumplicidades e outros

afetos que podem ser produzidos no encontro (LOURAU, 1993).

Na cena relatada anteriormente, foi possível, por meio da confiança, intervir no discurso da Jéssica, fazendo uma restituição do que estava sendo escutado/testemunhado. Pode-se dizer que a confiança ocorre na potência do encontro, em zonas de indeterminação que nos lançam em trajetórias inventivas. Não é confiar em um resultado específico nem em um futuro previamente representado. Numa relação de confiança, aposta-se na promoção de uma experiência compartilhada que amplia as capacidades de agir, uma aposta na ampliação do território existencial (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). Confiando nisso, foi feita uma restituição – na forma de um convite para pensar sobre seu próprio desejo, sobre como, mais uma vez, ela atendia às ordens e ao desejo de um homem.

E, essa relação assimétrica de subalternidade, essa relação de poder, parece subsistir em outras relações que compõem a vida da Jéssica. Seria reducionista afirmar que se trata apenas de uma questão de gênero. Neste percurso de acompanhamento, foram testemunhadas diferentes formas de subalternidade, de submissão pelo poder de outrem. Listando agora alguns desses poderes que agem sobre ela: sua mãe e irmãos, suas filhas, seus companheiros, a chefia no trabalho, a diretora da escola, a diretora da creche e outros profissionais envolvidos com as políticas públicas e a justiça, que, encarnando o Estado, agem sobre ela. Isso sem contar pessoas e instituições que no passado agiram sobre ela, cujas relações estabelecidas na história da Jéssica se constituíram, em parte, em marcas indelévels no seu corpo. Até na relação com suas filhas fica difícil ver sua autoridade, sua filha mais nova, na época com cinco anos, entra em cena durante o AT na casa delas:

A Michele estava conosco assistindo vídeos de música na televisão e, ao aumentar o volume do som, não obedeceu aos pedidos de sua mãe para baixar o som. Percebi em ato a dificuldade dela em exercer uma função paterna, dizer um não firme e dar limites, um contorno na relação com a filha. Precisei intervir dizendo que ela não estava escutando sua mãe, e eu mesmo peguei o controle da TV e baixei o volume. A Jéssica emprestou o celular para ela se entreter em joguinhos. [...] A Michele pega um martelo, que é da vó, e sai de casa para quebrar o muro baixo da frente da casa, quebrou meio tijolo e correu quando percebemos o estrago. A Jéssica cede ao primeiro pedido da Michele e dá alguns biscoitos do presente feito na creche para a vó dela (hoje é dia dos avós). (Relato do AT, julho/2017).

A maternidade nunca foi uma questão fácil para Jéssica, conforme relatos da equipe da Casa dos Cata-Ventos, que a conhece desde a fundação do espaço na Vila. As filhas da Jéssica frequentam a escola e os espaços terapêuticos, principalmente porque o Conselho tutelar pode tirar-lhes de casa, por meio de uma ação extrema. Por isso, às vezes parece que esta família se move apenas com condicionamentos impostos pelo Estado, por meio de suas políticas de Saúde,

Educação, Justiça e Assistência Social. Por várias vezes, durante esse um ano e meio de acompanhamento, foram vistas as descontinuidades quanto à manutenção do vínculo com as instituições assistenciais e educacionais. As retomadas acontecem após prescrições da assistência ou condicionantes judiciais, sem os quais, parece que dificilmente haveria uma sustentação por vontade própria. O medo de perder o benefício do Programa Bolsa-família e a guarda das filhas conduz a Jéssica sem que ela consiga contestar ou afirmar-se enquanto cidadã e sujeito de direitos. Nota-se, contudo, outra relação de subalternidade, esta relacionada ao Estado, com o agravante social de ser uma mulher, pobre e analfabeta.

A Michele ficou um mês sem ir ao CIAPS, mas foi hoje com a mãe (depois que a terapeuta ligou para ela). A Eva desistiu do atendimento com a sua terapeuta assim como desistiu da escola. O abandono da escola implicou, ao que tudo indica, na perda do Bolsa-Família a partir do mês que vem. A Jéssica veio no Conselho Tutelar conversar sobre uma denúncia feita pela creche, de sabe-se-lá-o-quê, ninguém entendeu, nem o Conselho, qual era o motivo – não deu em nada. (Relato do AT, outubro/2017).

As relações entre Jéssica e as políticas públicas reproduziam, em grande parte, suas relações com familiares, com suas paixões e com o trabalho. Corria-se o risco de reproduzir da mesma forma essas relações de poder com o AT. A invenção de um espaço separado entre público e privado, a partir do sigilo instituído na relação psicoterapêutica, poderia tanto reafirmar sua subalternidade como reorganizar os fluxos de desejo e agenciar aqueles que aumentam sua potência de agir no social. Com o testemunho de segredos instaurou-se um problema que transitou sobre o risco de uma reterritorialização das relações de poder familiares e edípicas, e também de uma desterritorialização tal, que os afetos não teriam lugar além da angústia. Conquanto, talvez o *setting* aberto do AT tenha viabilizado a instituição de uma outra relação, uma cumplicidade frente à vida pública, na qual agir não significa reagir, nem obedecer. Uma aposta no gesto e na palavra sustentou a operação de uma clínica em movimento, ao afirmar o desejo como expressão da vida, sem descolá-lo do social (LOBOSQUE, 2003).

Não obstante, não há relação de poder sem resistência do lado subalternizado. Foucault (1999) afirma que o poder é exercido a partir de inúmeros pontos e apenas em meio a relações desiguais: as relações de poder nunca são externas e são imanentes a outros tipos de relação. A tensão presente nas relações de poder é garantida pela resistência do lado oprimido, constrangido. Ou seja, partindo da análise dos antagonismos, das oposições, “para compreender o que são relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações” (FOUCAULT, 1999, p. 234).



Ainda sobre o ex-namorado, conversamos sobre o risco de uma recaída de amor, alerta das amigas da Jéssica. Também, da importância do amor próprio e autoestima. Ela disse que combinou com uma amiga de caminhar todos os dias após o trabalho e comer menos – numa intenção de emagrecer um pouco. Se “subir as vontades de mulher”, disse ela, vai a um baile, arranja um homem para aquela noite e não precisa casar nem namorar (só usar o corpinho). Ainda que isso possa ser um delírio, é interessante perceber um movimento de deslocamento dos lugares instituídos, nem que seja apenas na intenção. (Relato do AT, outubro/2017).

Resistindo às capturas totalizantes do seu Ser, às relações de dominação, de apropriação do seu corpo e de sua intimidade, assistimos juntos à vida perder velhos sentidos quando foi possível narrá-la de outras formas. A relação de cumplicidade que o AT proporciona no espaço público da cidade viabiliza um espaço onde a liberdade e o risco podem ser compartilhados nos passeios por ruas e praças, com uma ética pautada por uma política da amizade. Ao colocar a sua diferença em contato com o *socius* invoca-se um novo direito relacional e a integração de singulares modos de vida na cidade (ARAÚJO, 2007).

A construção de uma relação de confiança possibilitou o testemunho de vivências nunca narradas, sentimentos nunca ditos e a invenção de uma intimidade. Esta produção, por meio do exercício de reinventar-se numa relação íntima com o finito ilimitado, muitas vezes, só é possível de se fazer acompanhado. Cartografar as estratégias que o desejo monta para sabotar e resistir a essa intimidade e suportar a criação de um outro plano de consistência é tarefa a ser repetida até saber/sentir que é possível conviver com isso, sem recorrer aos velhos vícios. Numa sensibilidade à desterritorialização, a análise do desejo acaba sendo, necessariamente, uma análise de suas linhas de fuga, linhas esquizo por onde se desmancham os territórios: uma esquizoanálise (ROLNIK, 2011).

A forma que este acompanhamento terapêutico tomou no seu percurso aproxima-se de uma psicoterapia, vista a relação transferencial e seus efeitos, mas com o seu *setting* analítico diluído na cidade. O que, no início, foi um singelo pedido para conversar com o psicólogo uma vez por mês, transformou-se, com o passar dos meses, em uma demanda de análise do desejo: os seus movimentos ao encontro de sua sexualidade, o querer namorar, a subalternidade, os sentimentos ambíguos da maternidade e em relação à sua família e outras mais. Coube aos dois inventarem como seria essa análise.

### 3.3 O CASO DE UM DESLOCAMENTO POSTO EM CENA

*Não tenho bens de acontecimentos.  
O que não sei fazer desconto nas palavras.  
(Manoel de Barros)*

A cartografia, como metodologia, implica no acompanhamento de processos do próprio pesquisar, atenta às pistas encontradas no seu percurso. No mapeamento das forças e formas do campo, podem ocorrer encontros e desencontros, cujos efeitos podem levar sua direção a percorrer caminhos inimagináveis, quando na construção de seu projeto, “não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2010). Na qualificação do projeto desta pesquisa-intervenção, o problema de pesquisa, notadamente, sofreu um abalo do qual ele não saiu incólume. O problema questionava como as crianças tornadas casos clínicos pela equipe da Casa dos Cata-Ventos poderiam ser deslocadas do dispositivo infância-faltante, e também se perguntava como esta cartografia poderia evidenciar tais deslocamentos.

Qual a resposta à pergunta? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a pergunta. O problema escapa à lógica do terceiro excluído, pois ele é uma multiplicidade dispersa: ele não será resolvido pela clareza de distinção da ideia cartesiana, visto que é uma ideia distinta-obscura; ele desobedece à seriedade do negativo hegeliano, visto que é uma afirmação múltipla; ele não se submete à contradição ser-não-ser, ele é. É preciso pensar problematicamente, mais que perguntar e responder dialeticamente. (FOUCAULT, 2010, p. 90-91).

A banca da qualificação (que funcionou como uma intercessora, no processo cartográfico, durante o período do mestrado) provocou um deslocamento da pergunta quando levantou a questão de que a equipe da Casa dos Cata-Ventos, talvez, não construa casos clínicos, pois na supervisão clínica são trabalhadas cenas do brincar. Cabe ressaltar que, numa cartografia, o estranhamento não está dado de início, é algo que se constrói no processo do pesquisar (PASSOS; KASTRUP; DA ESCÓSSIA, 2010). O problema de pesquisa do projeto foi deslocado, rachado, houve uma ruptura, uma descontinuidade, uma problematização que mudou drasticamente os rumos desta cartografia. O que seriam essas cenas do brincar? Em que se fundamentam? Que diferença há entre a construção de casos e a de cenas? Outras perguntas passaram a povoar o campo problemático desta pesquisa: “toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar<sup>7</sup>”.

De acordo com o referencial da psicanálise, a construção de um caso clínico pode ser entendida como uma ficção colocada entre parênteses, entre quem escuta (analista) e quem conta

---

<sup>7</sup> Referência ao refrão da música de mesmo nome, de autoria do compositor brasileiro Sérgio Roberto Veloso de Oliveira, mais conhecido pelo nome artístico ‘Siba’.

sua história no *setting* terapêutico. Tal construção, que implica em um esforço de transmissão do testemunho, revela, de certa forma, o seu autor. Neste sentido, o caso explicita não apenas o sofrimento daquele que conta sua história, mas também o do analista que a escuta e a hipótese teórica deste. Por isso, não se deve confundir a história do paciente com o caso construído pelo analista. O que mais?

No campo da saúde coletiva, a construção de um caso clínico tem como diretrizes a interdisciplinaridade, a integralidade e a intersetorialidade, com vistas a promover o agenciamento de diferentes perspectivas e saberes. Assim, o caso construído, desta vez, coletivamente, evidenciaria incoerências e inconsistências do próprio processo de trabalho, seus discursos e seus poderes. Mais especificamente, no campo da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), diz-se que “fazer caso é fazer política”, no sentido de abrir agenda, de pautar, em esferas tomadas por totais; como, por exemplo, fazer caso das mulheres indígenas, das empregadas domésticas, das prostitutas, das negras, das camponesas e outras tantas especificidades na Política de Assistência à Saúde da Mulher. Assim, ao se fazer caso das minorias, está se pautando a consideração das diferenças nas ações do Estado. A construção de casos, neste viés, evita a unidade e promove a diversidade. Sua potência está em abrir e minar as linearidades duras e unificantes da política estatal.

Em sua pesquisa na Casa dos Cata-Ventos, Marina Rocha Rodrigues (2017) trabalha as cenas de várias formas, como num jogo de *puzzle*: encontrando, montando e rachando. Pesquisando o encontro das pessoas de fora da Vila com as crianças da Vila São Pedro, e como são construídas as narrativas, ela cartografou seus modos de narrar, seus modos de trabalhar com as cenas, para, a partir disso, problematizar a posição de quem vê e narra. Diz ela que as próprias crianças encenam seus modos de viver a vida e explicitam as diferenças com os forasteiros. Na pesquisa, constatou-se um modo particular da equipe de pensar por pequenos acontecimentos que compõem seu próprio modo de narrar, contando em cenas os encontros com as crianças e jovens da Vila. Esse funcionamento, como um modo de pensar alguns textos psicanalíticos, denota que “o estabelecimento de cenas guia a interpretação” (RODULFO, 2004, p. 64). Sendo a interpretação, para este autor, a emergência de uma espacialidade produzida pela cena, onde algo diferente, ou mesmo novo, pode passar a existir. Assim, narrar em cenas é um modo de contar por acontecimentos.

Não há a intenção de uma totalidade narrativa, uma vez que o interesse está em pontuar certos encontros. Trata-se daqueles encontros em que algo de diferente emergiu e interrogou; encontros em que algo se fabricou e aconteceu ali – pela primeira vez, inclusive. As cenas são o modo de narrar algo que de inesperado surgiu nos encontros. (RODRIGUES, 2017, p. 115-116).

Na arqueologia da clínica empreendida por Foucault, tanto o caso como a cena podem ser deflagrados, quando utilizados nas relações de poder. No nascimento da clínica, “a prática do aforismo e do comentário foi substituída pela prática do caso, da coleta de casos, da aprendizagem clínica; conforme modelo para a medicina como disciplina advindo da história natural, anatomia e biologia” (FOUCAULT, 2012, p. 64). É na malha de estruturas disciplinares da biologia que a construção de casos instrumentaliza um governo dos vivos, uma biopolítica. Visto desta forma, os casos são ficções que revelam uma substituição de modos aforísticos na construção de saberes pela instituição de regimes de verdade. É importante atentar que, também, é a partir dessas construções de casos que se governam pessoas e populações.

As cenas, para Foucault (1998), são postas a operar como dispositivos de fazer ver e fazer falar. As cenas não apenas evidenciam algo, mas produzem um local de visibilidade e um campo de dizibilidade de práticas, como a psiquiatria, por exemplo. É por meio delas que se podem ver as relações de poder, o jogo de forças e as formas desenhadas no campo problematizado. As cenas, como meio privilegiado de fazer ver algo e como este se faz ver, faz delas um importante dispositivo genealógico e de problematização.

Uma cena: no filme *Cronicamente Inviável*, do diretor Sérgio Bianchi (CRONICAMENTE, 2000), em um dos momentos finais, um personagem, o professor Alfredo, chega à conclusão de que as pessoas vão interpretar suas teorias sociológicas como ficção, e que não adianta mostrar-lhes a realidade. Encostado em uma pilha de troncos gigantes de árvores cortadas da Floresta Amazônica, ele reflete pousando para foto:

A realidade não interessa às pessoas. Não adianta mostrar nada de real para elas. Elas sempre vão encarar tudo como ficção. Para quê perder tempo interpretando a realidade para as pessoas entenderem? Só para fingir que eu entendo melhor? Melhor só registrar os fatos e deixar a interpretação para depois. Assim pelo menos posso fingir cada vez de uma forma. Cada vez arrumar a realidade de um jeito, de acordo com o poder do momento. Ou nunca interpretar, o que seria perfeito. Registrar os fatos, nada mais (CRONICAMENTE, 2000).

Compreende-se, assim, uma potência, ao partir-se dos fragmentos e da parcialidade de uma cena: há uma abertura a diferentes interpretações e narrativas, que impede uma pretensa totalidade, unidade, neutralidade e mesma realidade. Quando se narra partindo de uma ou mais cenas, depende do olho que vê e da boca de quem vai falar. Ou seja, na montagem da cena, assim como na construção de um caso clínico, estão presentes também o narrador e suas condições.

Ao ler teu relato, me lembrei de uma linda música do Gil, *A linha e o linho*. Ele canta a compreensão

como a linha que borda uma pétala, constrói borda e fura o linho. Teu AT foi linha bordando. Ora furando discurso, ora construindo borda. Espero os novos desdobramentos, bordados preciosos desse AT. Importante dizer que o relato tem a função para toda a equipe: de construção de caso, coletivamente, no tempo de ler e depois discutir em grupo. Bordados imprescindíveis ao nosso dispositivo. (Renata Maria Conte de Almeida, psicanalista da Casa dos Cata-Ventos, em resposta a um relato do AT compartilhado com a equipe em novembro de 2017).

### 3.4 A APOSTA NO BRINCAR E NO GESTO MÍNIMO

Na Casa dos Cata-Ventos, há uma afirmação de que com o brincar nasce a possibilidade de um mundo em comum. Diz-se que com isso não se busca nada de útil, afirma-se “uma política da inutilidade”, visto que este fazer poderia ser capturado pelas lógicas econômicas de produção capitalística (PEDROSO; SOUZA, 2014). E, como foi dito anteriormente nesta dissertação, este projeto aposta que o brincar é, por si só, terapêutico, pela sua potência de produzir efeitos estruturantes e organizadores. Onde, a aposta como crença no mundo se faz necessária quando agimos nele. E, compreendendo a crença como uma “disposição para agir”, esta se apresenta como disposição para agir no porvir e no devir do mundo (PELBART, 2016). A equipe manifesta sua aposta na potência terapêutica do brincar, mas a potência, enquanto tal, pode estar também em outras relações e também nos próprios Seres ou entes que compõem o plano de forças da Casa dos Cata-Ventos. A aposta no elemento terapêutico do brincar implica numa aposta na intervenção, portanto, e ainda, em uma crença como disposição para agir na potência dos encontros.

A aposta no brincar não é uma aposta na criança em si, nem na criança como sujeito acabado. Filosoficamente, a partir da Filosofia da Diferença (SCHÖPKE, 2004), há sempre uma multiplicidade em cada Ser que é irreduzível a uma única expressão, forma ou estado. As possibilidades do Ser extrapolam, transbordam, excedem o próprio Ser pelo que ele Poderia Ser. É a partir dos encontros com os outros Seres e entes que se dão os devires, os fluxos de territorialização e instauração de modos de existência. Uma criança, como qualquer outro Ser, não está nunca acabada, determinada, estabelecida. Essa aposta é no virtual, no campo de possibilidades e nas suas condições. A aposta é uma crença no futuro, que algo possa acontecer, que possa diferir, que possa fazer diferença.

A crença pode ser entendida em dois sentidos distintos: primeiro, a crença fundada no hábito, como a crença na mecânica de um relógio, ou na resistência de uma cadeira. São crenças estabelecidas, que permitem prever sem a exigência de verificações. Acreditamos na precisão do relógio e que cadeiras irão suportar nosso peso por hábito. Outras, são as crenças como disposição para agir, pois estas se baseiam em uma confiança no futuro. E sendo que o futuro não está dado, não está determinado *a priori*, confia-se assim na indeterminação e na incerteza (PELBART, 2016).

Retomando, a aposta pode ser compreendida enquanto crença no futuro e baseia-se numa confiança. Ou ainda, uma disposição para agir confiando na indeterminação e na incerteza de um futuro. Fica claro aqui que não se trata apenas de uma disposição para brincar que leva a equipe da Casa dos Cata-Ventos a confiar no futuro. Há toda uma disposição para abraçar as crianças quando entramos na Vila. Às vezes, no meio de um caos dentro do espaço da Casa, os movimentos micropolíticos da equipe para dar contorno e intervir de um modo não-violento explicitam uma aposta no futuro. O modo como a equipe trabalha, no seu fazer coletivo e político, pode dar a entender que a aposta não é nela mesma, mas no que ela pode fazer no mundo, a aposta é em outros mundos possíveis, em multiplicar os possíveis, os quais extrapolam, e muito, o real duro e habitual. Há inúmeros gestos de cumplicidade, de amorosidade, de encantamento, de respeito; gestos que, por mínimos que sejam, trazem consigo essa aposta micropolítica enquanto confiança no futuro.

De outra perspectiva, a infância, geralmente, costuma ser colocada em um lugar de “promessa de futuro”. Ela tende a carregar este fardo, inclusive sob a chancela do Estado, que vê nas crianças seus futuros cidadãos e a possibilidade de prevenir muitos problemas atuais da sociedade. Muitas são as intervenções políticas e econômicas que incidem sobre as crianças, como a educação, a assistência social, a saúde, a justiça etc. (PEDROSO, 2014).

Sim, muitas são as expectativas depositadas nas crianças em geral, mas para algumas os ideais, utopias e sonhos não estão tão palpáveis assim e o futuro assusta pela sua incerteza. É o caso daquelas que frequentam a Casa dos Cata-Ventos, onde a indeterminação e a incerteza do futuro parecem substancializar-se numa impossibilidade do próprio futuro para elas. Por isso, é preciso ter a cautela de que o trabalho experimentado com elas não contenha uma utopia projetista, ideais polidos e acabados, que constriam o presente e o futuro delas à mera correspondência das projeções estrangeiras. Há uma atenção e uma sensibilidade da equipe em manter abertas as infinitas possibilidades do devir, que a indeterminação e imprevisibilidade do futuro sejam premissas e diretrizes ético-políticas das intervenções cataventeiras (PEDROSO, 2013).

Como nas experimentações de Deligny (2015) com os autistas, trata-se de traçar um plano comum e possível, manchado de gestos, desvios, temporalidades. A ausência de finalidade, esse trabalho inútil, prescinde de objetivos terapêuticos, pedagógicos, ocupacionais, políticos. Importa mais o que resta, esses gestos mínimos, agir para Nada, agir pelo resto do Tudo, sendo este totalização, truculência, violência. Para Deligny, o agir “é o gesto desinteressado, o movimento não-representacional, sem intencionalidade, que consiste em tecer, pintar, no limite, até mesmo escrever, num mundo em que o balanço da pedra e o ruído da água não são menos relevantes do

que o murmúrio dos homens” (PELBART, 2016, p. 299).

Portanto, os experimentos micropolíticos da Casa dos Cata-Ventos tendem a afirmar essa crença numa disposição para agir em prol de um futuro grávido de possíveis, mas não o que é nele dado como possível. Neste mundo contemporâneo, onde tudo parece possível, paradoxalmente, prevalece uma vontade de Nada, ou um Nada de vontade, e o futuro parece impossível. Diagnostica-se, com Peter Pel Pelbart (2016), esta indisposição para agir como niilismo: como uma sequela da interpretação moderna e moralista do mundo. E se torna um perigo ao fazer desacreditar nas instaurações da multiplicidade e do desejo enquanto fluxos ainda não codificados, enquanto virtualidade, forças do Caos, novidade, devir, vida em expansão. É preciso esgotar as possibilidades totalizantes para que o impossível se torne possível. Conquanto, é preciso estar atento ao que escapa às capturas da utilidade, do preferível, e afirmar esse olhar, os gestos mínimos, aquilo que resta dos sonhos e das totalizações. Não se trata de acreditar num além-mundo possível, mas que outros mundos são possíveis, outros futuros. Ter disposição para agir e para brincar despretensiosamente.

### 3.5 POLÍCIA, BANDIDO, SIMULACROS

O brincar na Casa dos Cata-Ventos é ação séria. Sustenta-se que nas brincadeiras são encenados pelas crianças seus dramas e dilemas. É como se a Casa fosse um palco, um plano de organização para cenas e afetos sem lugar.

Notadamente, a brincadeira que mais se repete, nos turnos em que abrimos a Casa para as crianças brincarem, é Polícia e Ladrão. Nem sempre da mesma forma, mas em geral, é um pega-pega caótico, onde quem foge é ladrão e quem abusa, é policial: “Mão na cabeça! Contra a parede! Abre as pernas! Deixa eu ver o que tu tem aí!”. São palavras de ordem que são repetidas como se todos ali tentassem entender como é possível uma coerção tamanha, violências e abusos de poder, com as pessoas que moram na Vila. A equipe da Casa também tenta entender tal realidade, ao se colocar na cena do brincar, ou melhor, sendo colocada pelas crianças, e, geralmente, na posição do bandido. Pensa-se, uma vez neste lugar, como se desprender de uma posição social dada de antemão, antes mesmo de nascer, onde quem não é polícia é obrigado a se submeter a humilhações e violências somente porque mora na Vila?

É preciso mesmo repetir a brincadeira muitas vezes! Até que no lúdico e na linguagem algum outro sentido possa insistir nessa relação tão instituída na sociedade porto-alegrense, gaúcha e tão brasileira. É a História que insiste em sua recongnição e não permite que outras narrativas a componham, quando se conta por aí que só há ladrão e bandido num lugar como a

Vila São Pedro. É a história de séculos de escravidão brasileira, a história da exclusão social e racial, é a história da militarização da polícia, no montante: é a história dos vitoriosos, a Grande História. Se o passado não é único, para cada memória do presente pode haver uma outra história, uma outra forma de narrar. Walter Benjamin (1996) preocupou-se ao ver soldados voltando das guerras empobrecidos da capacidade de narrar. Haveria, assim, com as guerras, uma barbárie na História, pois os esforços e as façanhas dos homens seriam reduzidos a uma única versão histórica. Para poder haver outras narrativas é preciso rachar a Grande História. Na Vila São Pedro, onde as vidas vivem em guerra com a polícia cotidianamente, há uma luta para fraturar a História que fixa suas identidades numa só verdade maniqueísta.

Esse tipo de brincadeira, de polícia e bandido, tende a se repetir, principalmente quando a realidade também parece se repetir no decorrer de algumas semanas, por exemplo, com uma sucessão de intervenções policiais na Vila. A persistência em repetir brincadeiras como essas faz a equipe pensar que ali se refere a algo na ordem do traumático, pois a cena montada parece presa a uma angústia. As marcas do trauma estariam, assim, em sua falta de registro, em não se saber o que acontece: como sintomas da história, cuja apreensão beira o impossível (KESSLER, 2017).

A sustentação do espaço do brincar na Casa produz na relação com as crianças, além de efeitos inimagináveis, também os efeitos esperados pela configuração do dispositivo. Ou seja, que as crianças possam aproveitar os recursos da Casa dos Cata-Ventos para brincarem descoladas de um real sócio-histórico duro e impassível de mudanças. Que as crianças possam criar outros modos de se relacionar, que saiam da simples reprodução automática dos lugares instituídos, da manifestação sintomática, da recongnição. Aposta-se em linhas de fuga, cesuras, aqueles desvios nos quais algo novo pode acontecer e algo novo pode ser narrado. Pois, na reprodução da brincadeira de polícia e bandido, denota-se uma linha dura, uma sequência, um estriamento de lugares já estabelecidos, um *continuum*. As linhas de fuga são aquelas que escapam do ideal de totalização e definição, são linhas de intensidade que promovem mudanças bruscas. Elas escapam, tanto da sobrecodificação das linhas duras, aquelas dos estratos instituídos, como das linhas maleáveis, flexíveis. Na perspectiva micropolítica, uma sociedade não se define por suas contradições, mas “por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 94).

A História contínua é como o trauma, aquela que relembra e reafirma a vitória dos vencedores, daqueles que não reconhecem outro lugar de fala nem o tempo do agora. É uma história construída por linhas duras, na qual nada acontece. Torna-se necessário fraturar, estilhaçar a História e suas determinações, para tirar de seus cacos e ruínas outras verdades e outras histórias.

Aconteceu que, numa manhã ensolarada, as crianças entraram na Casa e interessaram-se



em sentar e desenhar sobre folhas em branco. Utilizaram lápis preto, canetas esferográficas e hidrocor, mas também experimentaram tesouras. Eram cerca de quatro crianças e três adultos desenhando e recortando pássaros, casas, bichinhos e outros desenhos, como se estivessem em uma aula livre de artes. Conversava-se ao redor da mesa sobre amenidades e a vida e, de repente, chegam mais dois meninos, de modo agitado vão dizendo que querem brincar de polícia e ladrão. As crianças que estavam sentadas mostram interesse, mas sem largar os papéis das mãos, dizem que irão fazer as notas de dinheiro. Começa-se, a partir de uma linha de fuga, a manufatura de notas de dinheiro: desenha-se um retângulo e dentro dele algumas letras e números, recorta-se e pronto, temos mais uma cédula para ser roubada.

Enquanto a linha de montagem de dinheiro seguia seu ofício, íamos conversando: “Quem vai ser policial? Quem será ladrão? Quanto dinheiro precisa ser feito?”. Estava instaurado um espaço no qual a palavra substituiu a brincadeira muitas vezes repetida sem espaço de elaboração, *non sense*, correr, correr, pegar, fugir. Durante algum tempo, ninguém correu, ninguém encenou polícia e ladrão. Não houve um tiro sequer. Apenas desenhávamos, recortávamos e conversávamos. O planejamento da brincadeira sustentou a prevalência da palavra na construção de sentidos. Presentemente, acompanhava-se a produção dos efeitos esperados pelo dispositivo Casa dos Cata-Ventos.

Depois desse tempo de instauração, de planejamento, de conversação e de colaboração, não houve a correria própria da brincadeira de polícia e ladrão. Quando já havia uma quantidade considerável de notas de dinheiro, algumas crianças se interessaram pelo futebol de botão, outras seguiram desenhando e recortando outros objetos e outras foram brincar na cozinha de brincadeira. De um certo modo, pode-se inferir, a partir da teoria do desenvolvimento moral de Jean Piaget (1994), que naquele momento do jogo a autonomia se sobrepunha à heteronomia. Ou seja, quando a instituição de regras passa dos outros para as crianças mesmas, ao ponto que, como se vê na adultez, tem mais satisfação a discussão das regras do que o próprio jogar.

Notou-se também o lugar dado aos adultos na planejada brincadeira de polícia e ladrão. Os adultos seriam os bandidos e as crianças, os policiais. Colocavam-se em palavras os diferentes lugares da infância e da adultez, enquanto operava-se, ao mesmo tempo, uma inversão nas relações de poder. As crianças representariam, na suposta brincadeira, os agentes da lei, enquanto os ‘profes’ seriam os que roubariam o dinheiro e fugiriam das consequências da lei. De uma certa maneira, pode-se dizer que as crianças da Vila São Pedro são duplamente oprimidas, enquanto moradoras da Vila, pela violência do Estado, e enquanto crianças, pelo exercício do poder pelos adultos. E, numa visão freiriana (de Paulo Freire), compreende-se a linha dura na qual o oprimido sonha em se tornar o opressor, e que é difícil educar as crianças com essa dureza tão cristalizada

na sociedade. Como sair do círculo da violência contaminado pelo bacilo da vingança? Assim, nessa linha, será que essas crianças preferiram ser policiais para experimentar o lugar do opressor? Será que experimentam o lugar do outro para gozar a autoria da violência com as chancelas da lei?

Percebe-se o quão difícil deve ser para essas crianças conciliarem infância, adultez, lei e violência, quando os representantes da lei, adultos e policiais, também são autores de barbáries por meio da violência e do abuso de autoridade; quando os opressores também são oprimidos e vice-versa; quando os que defendem as leis também desrespeitam direitos sustentados por elas. A situação paradoxal remete a um caos. Quem representa o quê?

Representação aqui, para as crianças, deve ser um conceito distante daquele derivado da boa semelhança platônica. Os simulacros são a mais dura realidade e, talvez, na perspectiva deleuziana, sua redenção. Para Platão, na divisão entre essência e aparência haveria as boas cópias (cópias ícones) e os simulacros (cópias más ou pervertidas). Para Deleuze, trata-se de afirmar que “o simulacro não é uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo quanto a representação” (DELEUZE, 2011, p. 267). Visto desse modo, a representação da lei, seja pelos adultos, seja pelos policiais, não é questão de degenerescência do ideal quando estes mesmo exercem a violência e o abuso de autoridade – não há representação, não há ideal, não há modelo, não há simulação. Os policiais, os adultos e as crianças não encerram em si a representação de uma unidade totalizadora, pois na multiplicidade das situações e dos autores das ações eles podem outrar<sup>8</sup> do que é dito sobre eles. As histórias narradas não expressam a Verdade absoluta, mas sentidos possíveis do que se passa no tempo presente.

No crepúsculo das imagens-ídolos afirma-se a potência do mundo e a si mesmo como diferença pura. As crianças não precisariam, assim, escolher entre policial ou bandido como se estes encerrassem em si mesmos a representação da lei e de sua degenerescência, como se fossem boas ou más cópias de ideais, de modelos, de personagens da História. Quando a brincadeira não representa a realidade, ela mesma se torna realidade. Quando as palavras se tornam brincadeira, elas também se tornam realidade e podem construir simulacros além e/ou aquém de modelos ideais e representações.

---

<sup>8</sup> Outrar: transgressão linguageira que aponta, como verbo, para uma ação de alternância, alteridade, estranhamento, estrangeiramento do próprio Ser. Tornar-se outros. (SIMONI; MOSCHEN, 2012).

### 3.6 UMA CENA DA PATIFARIA

- Eae?
- Em dias como o de hoje saio com um sentimento de frustração, impotência...
- Sim, parece que só apagamos incêndio, não houve trabalho clínico.
- Pior... Ficamos só apartando brigas das crianças, não conseguimos brincar com elas.
- Éramos três cataventeiros<sup>9</sup> frente a dezesseis crianças. E ainda que limitamos a entrada para no máximo dezesseis! E mesmo assim um de nós precisava ficar no portão o tempo todo gerenciando as entradas, as saídas e as negociações com as crianças que ficaram de fora.
- A aposta na palavra nos mantinha ali insistindo, mas as crianças, hoje, assim como nos últimos turnos, pareciam surdas, não escutavam nada que a gente falava. Isso, em um movimento coletivo de surdez e sabotagem.
- Só patifaria!
- E não foi o caso do Iurildo, ou o Gabrielzito, ou a Emiliana, foi geral!
- Pois é! Parece que mesmo aquelas crianças com quem temos um bom vínculo, com o qual sempre pudemos negociar e combinar através da palavra: hoje não rolou!
- Preciso voltar a ler a Psicologia das Massas do Freud!
- Sim! Uma análise dos movimentos individuais não dará um suporte teórico que satisfaça suficientemente essa surdez coletiva, essa patifaria geral.
- Neste semestre, estou lendo textos sobre dispositivos coletivos e chegamos à conclusão na turma que esse tipo de análise, dos movimentos coletivos, foi subjugada às análises individuais da subjetividade. O capitalismo pegou forte na psicologia também, imprimiu a marca do individualismo na maior parte das teorias psicológicas, em sua grande maioria. O que temos de teoria de grupos e coletivos é muito pouco e nos apercebemos que historicamente faltou investimento na leitura desses movimentos pela psicologia.
- Sim...
- Éramos só três... isso não funciona, já havíamos discutido em equipe na última reunião.
- O que é mais importante? Manter o turno, ficar de plantão<sup>10</sup>, custe o que custar? Ou manter uma qualidade de clínica? ao menos uma cara de clínica.... Pois o que experimentamos hoje não foi clínico nem terapêutico, vide nossa frustração, nosso cansaço.
- Me sinto incapaz...
- Não se sinta assim, não foi você que falhou: foi o dispositivo que falhou.
- Não dá pra sustentar um trabalho como esse entre três. Quando tu tá separando um briga vê outra rolando ao mesmo tempo e não aparta uma nem a outra porque não consegue conversar com as crianças, com tempo para mediar...
- O que dirá sentar com elas pra elogiar seus desenhos! Contar até trinta no balanço, ouvir suas histórias, seus dramas, brincar de polícia, etc., enfim, dar uma atenção.
- Ali, de plantão, nossa atenção pareceu mais um mecanismo de defesa (frente ao caos).
- kkkkkk!
- kkkkkk!
- kkkkkk!
- Ah, lembrei de um momento feliz! Ao final do turno, encerrado antes por impossibilidade de continuar, estávamos ali organizando o espaço, recolhendo os brinquedos enquanto as crianças nos desafiavam desorganizando o espaço, espalhando brinquedos, indignados com os limites e com nossa ineficácia, provavelmente. No meio disso, uma menina chama minha já cansada atenção; e quando a vejo ela me oferece um lápis que estava perdido no pátio. Aqueles olhinhos ternos, o gesto afetivo. Sim! Uma flor irrompeu no asfalto! (Citação do diário de campo, outubro de 2017).

Com o relato desta cena, de uma conversa após o turno de brincadeiras com os colegas da Casa dos Cata-Ventos, enunciam-se algumas questões para uma análise dos dispositivos coletivos.

<sup>9</sup> Cataventeiro, diz-se da pessoa que faz parte da equipe da Casa dos Cata-Ventos.

<sup>10</sup> Plantão é o nome dado ao turno de brincadeiras realizado na Casa dos Cata-Ventos. A terminologia vem da Casa da Árvore, mas vem sendo questionada há algum tempo. A proposta da equipe é chamar esse tempo de 'turno'.

Uma, diz respeito ao *brincar*, utilizado neste trabalho como ferramenta clínica. Aposta-se, fundamentados nas teorias de Winnicott (1975) e Dolto (1988), que a apropriação da realidade e a elaboração de experiências pelas crianças acontecem, principalmente, por meio de brincadeiras, jogos e atuações. Quando o brincar se dá de modo coletivo há, ao que parece, uma apropriação coletiva da realidade que implica em uma elaboração de algo compartilhado; coletiviza-se, de certo modo, a realidade. Então, pensando a realidade como uma construção de si-no-mundo, ou melhor, de nós-no-mundo, não haveria uma tendência a equívocos quando as análises clínicas individualizam questões relativas a um brincar coletivo? Como reconhecer e analisar os signos que vêm de um dispositivo coletivo? O sentido construído numa brincadeira coletiva diz mais desse coletivo do que de uma criança em particular, pode dizer até mesmo de algo que atravessa e extrapola um coletivo. E, ainda, com isso há o perigo dessas análises negarem a individualidade que a criança, enquanto sujeito, constrói para si. O desafio é como construir um ferramental teórico que possa auxiliar na leitura do que se passa com essas crianças e que leve em conta os movimentos coletivos e individuais sem os dicotomizar.

A Maison Verte e a Casa da Árvore, casas que serviram de inspiração a este projeto, foram também uma aposta em processos coletivos, com várias crianças e pais em um mesmo espaço. A equipe da Casa da Árvore mantém supervisões semanais desde sua fundação, em 2003, e um tema recorrente é o uso de regras em um espaço coletivo. Afirma-se a coletividade do espaço da Casa como um espaço de convivência em que as regras precisam ser construídas conjuntamente. No entanto, a compreensão da equipe do que é a vida no coletivo, como e com quais referências se situar, também exige um espaço coletivo, o espaço das supervisões.

Algumas considerações têm sido levantadas a partir de nossas dificuldades: percebemos que esse jamais será um assunto facilmente esclarecido, pois é justamente através do processo de discussão, escuta e reflexão que avançaremos na compreensão do que é a vida no coletivo: sempre diversa, peculiar, única. A própria noção de democracia pressupõe um espaço em que se permite romper com os limites, estando as próprias leis sujeitas à transformação a partir da atuação dos cidadãos. Fica mais claro para nós que vale apostar na nossa escuta e discernimento, facultando-nos a possibilidade de descobrirmos outras formas de atuação em conjunto com os demais atores do processo vital que ora estamos construindo. Se os sentidos só ocorrem no coletivo, como estabelecê-los a priori, com rigidez e inflexibilidade?

Essa percepção nos leva a afirmar a potência do espaço de supervisão. Reunimo-nos semanalmente, há 14 anos, para falar do que vivemos em campo, para ler textos, para estudar temas relevantes. O trabalho não está pronto a priori, ele se movimenta de forma viva e criativa. A apresentação dos limites às crianças e a construção das leis que regem o laço social não podem ser descoladas de sentido e devem incluir a contribuição da própria criança no processo. (MILMAN; CAVALCANTI, 2016).

Uma outra questão lança sombras ao funcionamento do dispositivo observado. A inspiração da Casa dos Cata-Ventos nas estruturas parisienses da Françoise Dolto e na carioca

Casa da Árvore não justifica um ideal de reprodutibilidade de algum modelo. Pelo contrário, há uma nítida posição em construir algo novo a partir de uma outra experimentação na capital gaúcha. O projeto porto-alegrense mescla tecnologias diversas na promoção de um espaço de brincar e de uma escuta presente, como a contação de histórias, um turno de capoeira, o grupo de adolescentes e outras experiências coletivas com a comunidade.

Pode-se observar que o dispositivo experimentado na Vila São Pedro já apresenta contornos bem singulares, e uma singularidade da Casa dos Cata-Ventos que chama a atenção em relação às Casas que inspiraram sua fundação é o frequente alto número de crianças nos turnos, particularidade que pode ser tomada como um dado, um analisador do processo institucional da Casa (BARROS; BARROS, 2013). Como analisador, conforme o relato da cena apresentado anteriormente, essa desmedida parece interferir na qualidade da atenção e da clínica operadas no encontro entre os cataventeiros e as crianças. A análise das cenas do brincar, operada nas reuniões de equipe, comporta o questionamento da qualidade de sua clínica frente à necessidade institucional de manter os turnos na Casa? Como os estagiários, enquanto grupo principiante e sustentáculo do trabalho na Casa, podem questionar o dispositivo com a equipe que fundou e coordena a Casa? Qual a abertura?

Por ora, interessa encontrar autores que dialoguem com as questões levantadas. O analisador colocado em questão, que implica na qualidade da clínica operada por três cataventeiros frente a um grupo grande de crianças, abre para várias possibilidades de análise e faz voltar à primeira questão, do brincar coletivo e suas possibilidades de sentido. Uma primeira e simplória interpretação da dita patifaria diria que as crianças agem irracionalmente quando em grupo (as multidões de Le Bon), mas essa não interessa a esta problematização. Uma segunda análise, a partir de Jean Oury (2009), hesita entre compreender os movimentos coletivos e preservar as singularidades de cada criança, e considera o movimento coletivo como uma caixa preta de onde só se podem observar seus efeitos. Assim, o dispositivo coletivo pode ser visto como máquina abstrata a tratar a alienação, ou seja, uma terapêutica instalada em um espaço-tempo que aposta nos bons encontros (OURY, 2009).

Por este prisma analítico, a qualidade de uma terapêutica em um dispositivo coletivo seria observada por alguns efeitos positivos desejados, tais como disponibilidade, vigilância, gentilezas (OURY, 2009). Assim, pode-se inferir, num primeiro momento, que esses efeitos não foram observados durante o turno relatado e, considerando a retórica do ditado popular “A regra só existe se houver exceção”, pode-se lembrar de que em meio ao aparente caos, grupalidade desmedida,

alienação, ineficácia do dispositivo, no meio daquela patifaria<sup>11</sup>, houve um gesto desviante: daquela menina que oferece um lápis perdido.

Esse gesto é como uma linha de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995) e são elas que delimitam um território, são elas que evidenciam os contornos, as regularidades, os estratos. Como diz o ditado popular: são as exceções que fazem a regra. Só na exceção, do que aconteceu naquela tarde, foi observada uma gentileza, um efeito positivo esperado de um coletivo, um gesto de abertura à alteridade, uma disponibilidade ao fazer coletivo – de resto, foi só patifaria!

A patifaria, vista de outra perspectiva, pode ser um produto do dispositivo, conforme aponta Despret (2011b), e não uma qualidade inerente dos sujeitos e dos coletivos. Assim como a pesquisadora problematiza a condescendência dos sujeitos nas pesquisas experimentais, o enquadre clínico da Casa dos Cata-Ventos e a assimetria entre as crianças e os cataventeiros podem nos levar a pensar que a patifaria seria efeito do próprio dispositivo. A patifaria, vista desta forma, seria como uma brincadeira coletiva com o dispositivo, cuja montagem aposta no brincar, na palavra e na coletividade. Ou seja, as crianças brincam, exploram o enquadre clínico, as expectativas em jogo e as relações assimétricas em um movimento coletivo de experimentar a eficácia do dispositivo.

Essas práticas experimentais encontram seus limites como o fazem todas as práticas que interrogam os vivos dotados de intenção, vivos animados pela questão “o que ele quer de mim?”, vivos que não cessam de interpretar as proposições que lhes são feitas: os saberes dela derivados, as alterações propostas tomam o seu significado e valor no interior de um dispositivo, elas estão ligadas às condições de sua emergência, o que torna mais complicado o processo de generalização e reduz o seu alcance. (DESPRET, 2011b, p. 7).

Um dispositivo seria como máquinas de fazer ver e de fazer falar, tal como são analisadas por Michel Foucault (1998). Não iluminando nem dizendo de objetos preexistentes, mas uma visibilidade e dizibilidade de figuras variáveis e inseparáveis da própria máquina. Deleuze aponta para uma composição heterogênea de dispositivos, além destas funções apontadas por Foucault, pois haveria linhas de força (saber-poder) e linhas de fissura, ruptura ou fuga. Como consequência de uma filosofia dos dispositivos, haveria, assim, uma recusa aos universais e uma reorientação do eterno para buscar o que é novo nos regimes de enunciação. E, se pertencemos a certos dispositivos e neles agimos, o que importa é distinguir entre o que deixamos de ser e o que iremos nos tornar, nossos devires (DELEUZE, 1996).

A partir de Gilles Deleuze (2005), pode-se traçar algumas linhas deste dispositivo. Estas estão compostas em um plano, que oscila, na prática, entre em dois polos: Plano de Organização e

---

<sup>11</sup> Patifaria é um nome utilizado pelas crianças para dizer de atitudes e comportamentos desrespeitosos e despudorados. Com a convivência, a equipe da Casa dos Cata-Ventos passa a utilizar este termo também.

Plano de Consistência. O primeiro, na análise do campo pesquisado, refere-se ao que há de instituído na Casa dos Cata-Ventos. Ao que está dado também como processo de organização na relação com as crianças e com a comunidade da Vila São Pedro, como o horário dos turnos, o que se pode e que não se pode fazer ali, as regras, a aposta na palavra como diretriz clínica, a arquitetura local etc.

Já o Plano de Consistência, de imanência ou composição constitui-se naquilo que o grupo pode, sua potência de agir, aquilo que ele é capaz de suportar. E essa constituição é feita peça por peça, localmente, sem preexistência, sem desenvolvimento. O que se pode cartografar oscila entre uma longitude e uma latitude. Sendo que, na longitude, acompanham-se relações de movimento e repouso; e, na latitude, delinea-se o poder de afetar e ser afetado (DELEUZE, 2005).

As linhas que compõem o Plano de Consistência podem ser duras, flexíveis ou de fissura em suas segmentariedades. A dureza destas estaria, assim, em binaridades, como por exemplo, individual-coletivo, dentro-fora, sujeito-objeto. Já as linhas de segmentariedades flexíveis ou finas são linhas mais sutis, linhas de fissura, de segmentariedade molecular, nas quais podemos cartografar fluxos descodificados, desterritorializados, aqueles que ainda não foram capturados e registrados na superfície. São os devires em estado puro, minoritários, diferença pura, partículas loucas. Trata-se daquilo que escapa às palavras, à linguagem, aquilo que difere antes do Ser, ao mesmo tempo em que o possibilita (DELEUZE, 2005).

No entanto, Deleuze (2005) complexifica ainda mais o mapeamento destas linhas com uma nova questão. Haveria, então, no Plano de Consistência, uma figura distinta por sua ambiguidade, pela oscilação entre linhas duras e flexíveis: o clandestino. É um terceiro tipo de linha, a linha de fuga, como uma terceira margem do rio, o clandestino incomoda por sua ambiguidade, por sua oscilação. Pode-se dizer que o clandestino está exposto e ainda está imperceptível, é um devir-imperceptível. Ele equivale, talvez, à figura do analisador na análise institucional, aquilo que denuncia os enunciados inconfessáveis, os não-ditos que operam na construção de uma realidade (DELEUZE, 2005).

Ainda, Despret (2011b) diz que ter um corpo é aprender a ser afetado, e sua produção pode se dar por uma disponibilidade em relação ao dispositivo. O corpo das crianças na Casa dos Cata-Ventos e o corpo dos cataventeiros são produzidos, a partir desse entendimento, numa disponibilidade de ser afetado pelo dispositivo em questão. E essa disponibilidade, segundo Deleuze, seria justamente a latitude cartográfica do Plano de Consistência. Seria a abertura intensiva dos corpos em relação ao dispositivo. Não bastaria, neste sentido, cartografar a patifaria na Casa dos Cata-Ventos sem levar em conta a abertura da equipe e das crianças numa coprodução da realidade e de si com o dispositivo coletivo.

### 3.7 UM MODO DE CLINICAR EM EQUIPE, SEM DELIBERAÇÃO

Cartografar é habitar um território existencial, de tal modo que o ato de pesquisar e intervir produz tanto o conhecimento como a realidade encarnados com o mundo. Não se trata de representar uma realidade já dada, mas de compartilhar um território existencial singular (ALVAREZ; PASSOS, 2009).

No compartilhamento existencial do território desta cartografia, algo chamou a atenção, sempre à espreita, no que diz respeito ao funcionamento da equipe da Casa dos Cata-Ventos em suas reuniões semanais. Aquilo que foi um estranhamento no início, às vezes um incômodo, com o passar da experiência se tornou um analisador de uma expressão do processo de trabalho da equipe. E, mais adiante, este modo de funcionar que coemerge com seu território, pode ser visto como uma potência do coletivo e restituído à equipe como tal.

O motivo ou as forças de expressão não são mais explicados pelos personagens e pela cena de suas ações, mas, ao contrário, são esses que surgem através dos motivos e expressões. O território não se constitui como um domínio de ações e funções, mas sim como um *ethos*, que é ao mesmo tempo morada e estilo. (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 134).

O modo como um grupo ou um coletivo age no mundo pode ser apreendido a partir dos agenciamentos políticos que dão forma e qualidade às suas ações, o plano das formas, ou plano de organização, no qual o que está instituído estabelece a representação de uma realidade fixa. Entretanto, ao tentar apreender algo, conhecer o que quer que seja, não se pode ficar restringido a descrever os contornos dados. É necessário, no processo de aprendizagem, também, a partir dos efeitos do encontro do plano das formas com um outro plano, o plano de forças, ou plano de consistência, o movimento que anima e produz suas formas, seu território. Assim, é possível acessar o que é próprio do movimento instituinte, aquilo que está numa dimensão pré-individual, os processos de individuação, de subjetivação. A realidade, sob esta perspectiva cartográfica, não para de se transformar e é efeito da relação entre esses dois planos, organização e consistência, coengendrados (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009).

As formas de um grupo, de indivíduos, de ações, de objetos, resultam desse singular jogo de forças, no qual estão imbricadas várias relações, como as hierarquias, processos grupais e valorações do coletivo. A forma de funcionar de um dado grupo de trabalho, por exemplo, pode ser resultado de suas escolhas teóricas e metodológicas, suas relações de parceria com outros grupos e instituições, condicionantes institucionais, códigos de ética, escolhas estéticas, entre



outras. Isso tudo, compreendido como efeitos dessas formas no encontro com o plano de forças, pode produzir um conhecimento novo na experiência de habitar um território existencial com este grupo de trabalho. E, assim, partindo desse plano de experiência, serão imprescindíveis para compreender os modos de produzir realidade da Casa dos Cata-Ventos os seus modos de pactuar e fazer acordos, as transversalidades presentes ou não na divisão do trabalho, entre outras pistas.

Durante esta pesquisa-intervenção, cartografando as ações da equipe, pode-se traçar algumas pistas de como ela age no mundo a partir do seu modo de operar suas reuniões de discussão clínica. No plano das formas, sua composição heterogênea compreende uma equipe fixa (assim chamada) e uma outra parcela, composta por estagiários de psicologia, bolsistas de extensão, psicólogas formadas, pesquisadores e residentes de saúde mental coletiva. Na busca por sustentabilidade do projeto, a equipe fixa realiza reuniões administrativas à parte do grande grupo, buscando parcerias e incentivos econômicos para um negócio social. As ações da equipe como um todo, além do trabalho na comunidade da Vila São Pedro, contempla espaços de formação como as supervisões e as reuniões de equipe semanais. Então, pode-se inferir que a Casa dos Cata-Ventos é um projeto de extensão universitária que, como tal, executa ações na comunidade e proporciona uma formação específica de profissionais na atenção à infância e à adolescência.

A discussão clínica das cenas do brincar, nas reuniões semanais, tem um funcionamento tal que se configurou em um analisador. Em geral, nestas reuniões da equipe quase não há encaminhamentos e deliberações. A discussão entre as pessoas abre mais as questões trazidas do que as fecha. São acrescentadas outras perspectivas à questão levantada em reunião, são citados conceitos, teorias e autores que podem sustentar outros olhares, são pensadas coletivamente outras possíveis resoluções do conflito ou do problema até quase esgotá-lo. Por fim, após um tempo de discussão há um leque ampliado de possíveis desfechos, possíveis leituras, possibilidades variadas, tanto de situar a questão como de posicionar-se clinicamente em relação a ela.

Discutiu-se em equipe casos clínicos e, por mais de uma hora, um evento ocorrido na terça-feira anterior, quando uma criança deixou suas moedas com a Helena para pegar no fim do plantão. As moedas sumiram e foi preciso juntar os 1,80 reais para ressarcir-la. Os distintos comentários não foram sistematizados nem geraram um encaminhamento. Em conversa posterior, na orientação, me dei conta do modo de funcionar característico dos psicanalistas. A questão clínica é aberta em várias possibilidades de resolução, mas não há síntese nem encaminhamento deliberativo para orientar as próximas ocorrências do dilema. Este funcionamento exige tempo para pensar, e no caso da Casa dos Cata-Ventos, pensar no coletivo. Bom seria se sempre tivéssemos esse tempo para reflexão... (Trecho extraído do Diário de campo, 03/04/2017).

Foi percebido, habitando esse território, o desconforto que tal funcionamento traz a quem está chegando, como foi o caso de algumas estagiárias novas. Elas manifestaram o incômodo pela

abertura das questões, que não são resolvidas, ficam sem respostas e não se estabelecem diretrizes metodológicas. Essas expressões, tomadas como efeitos do campo de forças, colocam em análise esta recusa de deliberações nas reuniões. O traço deste efeito singular aponta para um *ethos*, motivos e expressões de um território. Não se trata de estudar qual sua função, dizer para que serve ou que lhe falta algo. Tampouco, de representá-lo com uma identidade signatária dizendo que se trata de um traço de matriz psicanalítica, por exemplo.

Não é raro que, na duração cronológica de uma reunião, aconteça de não se esgotar determinado assunto, sem que se chegue a uma conclusão satisfatória. Nessas situações, destacamos essa pauta para que ela seja novamente discutida em reunião ou até que a questão se esgote.

Em relação a isso, cabe ressaltar que um dos pontos que privilegia esse modo de se relacionar com o tempo se deve ao não-lugar que a Casa dos Cata-Ventos ocupa na rede de atenção sócio-assistencial, no entre, no não se colar a uma determinada política pública. Essa distensão do tempo é permitida ao se poder evitar a exigência de prazos e metas, de exigência e de fazeres, que tantas vezes oblitera a escuta do sujeito. A própria intervenção, ancorada na ética psicanalítica, pressupõe esse tempo do não saber, a partir do entendimento de que algumas significações virão em um só-depois. (KESSLER, 2017).

Esta singularidade da Casa dos Cata-Ventos produz estranhamentos a quem está esperando respostas, sínteses, deliberações e outras formas diretivas e prescritivas. E essa expectativa, de que ao fim de uma discussão se obtenha um resolução única ou, no mínimo, uma síntese, remete a linhas duras de matrizes modernas, como o método cartesiano e a filosofia hegeliana. Esse ideal de produção pode ser remetido também a forças econômicas do pensamento liberal, que otimiza processos e ajusta-os às metas e objetivos pré-estabelecidos. São forças muito presentes na experiência do trabalho contemporâneo, desde o fordismo e o taylorismo, quando se desenvolveu uma administração do trabalho que estabelece minuciosamente os tempos e os movimentos necessários ao rendimento de cada tarefa. É prescrita, assim, uma maneira correta e única de executar o trabalho, cuja maximização dos resultados é cobrada aos trabalhadores. Tal exigência transformou a relação do homem com aquilo que produz, com os outros e consigo mesmo. Com isso, é importante perceber que essas lógicas produtivas conformam não apenas os modos de trabalhar, mas também instituem formas de racionalização, privilegiam um modo de vida marcado pela disciplina e estendem-se da fábrica às famílias, à escola e a outras instituições. No limite, a vida é tomada como uma empresa a ser gerida, fixada em objetivos, avaliada e rentabilizada (MORO; AMADOR, 2015).

Nas reuniões da Casa dos Cata-Ventos, quando se discute sem chegar a uma resolução única, uma deliberação sintática, há com isso, ao que parece, um aumento da capacidade de agir de quem trabalha com as crianças e adolescentes. Este modo de fazer funcionar o trabalho não

institui limites rígidos nem muros intransponíveis, a palavra mantém sua magnitude, tanto dentro da Casa como dentro da equipe. As possibilidades de resposta a uma situação problemática com as crianças, cujo drama pode voltar a se repetir no cotidiano do trabalho, são multiplicadas a cada reunião de discussão clínica das cenas do brincar. Multiplicam-se os possíveis para o mundo futuro. Dilata-se a questão para que possa haver mais diferença na intervenção clínica e que esta potencialize seu caráter de *clinâmen*, de produtor de desvios.

Por fim, em uma das últimas reuniões com a equipe foi possível, enquanto pesquisador, fazer uma restituição breve sobre esta singularidade, o modo como as discussões clínicas não são deliberativas. Ao compartilhar este analisador e afirmar a potência desta expressão coletiva, deslocou-se um entendimento capturado pela falta, cuja análise reclamava mais organização e objetividade nas discussões das cenas do brincar. O que era desorganização, falta de objetividade, tornou-se potência clínica, singularidade, expressão própria do território Casa dos Cata-Ventos.

### 3.8 MUITAS MÃES, UMA MÃE

Na primeira conversa com a coordenação da equipe da Casa dos Cata-Ventos sobre esta pesquisa, foi feita uma encomenda, que nessa pesquisa houvesse um olhar mais atento para as famílias das crianças que frequentam os plantões, em especial suas mães. Considerando a disponibilidade do pesquisador para transitar pela Vila e conversar com as pessoas, a coordenação fez a encomenda de um trabalho focado nas mães, com vistas a ampliar os efeitos desejados pelo trabalho realizado com as crianças na Casa.

Do início ao fim do percurso no campo desta pesquisa-intervenção, esta encomenda foi posta em análise e decomposta em linhas de problematização ética, metodológica, política e outros estratos. Como o som de um grilo na noite, a análise da encomenda insistia na produção de sentidos possíveis, sustentando paradoxos e dilemas do próprio pesquisar. Este som sofria interferências no encontro com o campo, outras demandas surgiam pelo caminho (um trabalho com a creche, com a escola, tecer a rede intersetorial etc.) e, até mesmo, outras encomendas explícitas, como o AT com a Jéssica. Entre essa encomenda da coordenação e as demandas produzidas no encontro com o campo, como se situar?

A partir da análise institucional, tem-se o entendimento de que toda encomenda não é natural nem espontânea nem universal, mas sim é produzida, gerada a partir da oferta. A encomenda é produzida pela oferta e, raramente, a encomenda coincide com a demanda, logo, a partir disso seria preciso desenvolver uma análise de implicação: qual é o compromisso social-ético-político-libidinal com o grupo demandante? Qual a implicação do pesquisador com a equipe

e com a comunidade da Vila? Faz-se necessária uma análise da demanda: o que é realmente demandado? Quem demanda? Como se situar em relação à equipe da Casa e em relação à comunidade? Que trabalho as mães demandam? Como escutá-las?

No percurso desta pesquisa, durante as reuniões semanais, a partir das discussões de algumas cenas do brincar, chegava-se cada vez mais à compreensão de todos e todas de que era preciso que a equipe investisse mais no diálogo com as mães. Uma cena, por exemplo, na qual uma mãe briga com os plantonistas por sua filha ter se machucado brincando na Casa. A queixa chega explosiva e parece denunciar, por vezes, uma fragilidade na relação da Casa dos Cata-Ventos com a comunidade. Ou, parece que há desconfiança ou ignorância quanto à eficácia do dispositivo, quando mães dizem que não sabem “o que fazem com nossos filhos e filhas”. Por várias vezes, desde a fundação do projeto, a equipe tem chamado as famílias para conversar e explicar como é o trabalho com as crianças e que o portão da Casa está aberto para elas também. Basta lembrar que desde os primeiros experimentos da Maison Verte, a Françoise Dolto trabalhava com a presença das mães e pais das crianças na Casa. No entanto, na realidade brasileira encontrada pela Casa da Árvore e pela Casa dos Cata-Ventos, a presença dos familiares é rara durante os plantões.

A partir disso, a equipe decide investir mais uma vez, no ano de 2017, retomar a conversa por meio da promoção de encontros com as mães das crianças que frequentam a Casa. Após o carnaval, houve uma reorganização da equipe quanto ao funcionamento de suas reuniões semanais. Com isso, a equipe fixa discute as questões administrativas à parte da equipe de plantonistas, em outro horário; e as reuniões semanais com toda a equipe passam a ter como objeto a discussão clínica das cenas do brincar. Também organizam-se comissões para tratar de assuntos específicos em microequipes (educação, família, eventos etc.). Para conversar com as mães, haveria agora, então, uma comissão especial para tratar do assunto, pensar estratégias e táticas de aproximação com elas.

A Comissão das Famílias, formada por um pequeno grupo, encontrou-se presencialmente poucas vezes no ano e sua comunicação se deu por um grupo de *WhatsApp*. A encomenda inicial da coordenação para esta pesquisa-intervenção implicou na vinculação do pesquisador a esta comissão; e as demandas construídas nos encontros com o campo implicaram sua vinculação também a outra comissão, a de educação. Após alguns meses, já se experimentava um desconforto quanto à baixa atividade dessas comissões.

Quanto ao trabalho específico com as mães, foi possível realizar dois encontros com elas durante o ano. Na Comissão das Famílias, pensou-se em chamar as mães para uma roda de chimarrão, no intuito de abrir um fluxo de diálogo. Seria, então, um primeiro momento (neste ano)

para uma (re)aproximação com elas. Foi tomado o cuidado de agendar em um sábado à tarde, visto que a maior parte delas trabalha fora da Vila durante a semana. Nesse primeiro encontro foram notáveis algumas dificuldades na relação com a Casa:

A roda de conversa com as famílias aconteceu sábado com apenas duas mães, Renata e Daiane. Percorremos a Vila para avisar do encontro e recebemos alguns não como resposta, ou o aviso de que viriam depois, o que não ocorreu. É um trabalho a ser construído, sem dúvida. [...]

Trouxeram algumas falas sobre a Casa e seu funcionamento, lembraram o início e relacionaram com as idades das filhas. Falaram sobre como acham que as pessoas da Vila veem a Casa: como um ‘cuida-se’ e por isso não se envolvem. Elas percebem a Casa de outra maneira. Daiane fala que para ela a Casa é um espaço intermediário antes de chegar na escola, e atribui parte do retorno positivo da escola sobre Emanuele a sua frequência na Casa, espera que o mesmo ocorra com Elvira. Renata fala que gosta de acompanhar as suas filhas e vê na Casa um lugar onde ela pode fazer isso. (Trechos de relato compartilhado na equipe, em 27/08/2017).

A partir desse encontro com as mães, percebeu-se uma delegação do cuidado das crianças, quando elas estão na Casa, para os plantonistas. Isso sugere tanto uma confiança no trabalho realizado há anos na comunidade, como também uma desimplicação das mães no cuidado compartilhado com os plantonistas da Casa. Contudo, atenta-se para a necessidade de se construir esse espaço de diálogo com as famílias de modo contínuo e insistente.

Por outro lado, nota-se na fala dessas mães a compreensão do lugar da Casa na vida das crianças, esse “espaço intermediário”, oferecido desde as primeiras experimentações da Françoise Dolto, entre a saída do meio familiar e o ingresso na escola.

Algum tempo depois, outros episódios deram pistas da importância em se manter um diálogo com as mães das crianças. A questão foi levada à reunião geral da equipe e a demanda levou a equipe a agendar mais uma reunião com elas, indo ao encontro de um intuito de sustentar uma certa periodicidade de rodas de conversa. Esta segunda reunião contou com o mesmo empenho da equipe na reunião anterior, a saber, a divulgação não foi tarefa exclusiva da comissão e toda equipe se mobilizou no trabalho de divulgar a roda de chimarrão no próximo sábado, distribuindo convites pelas crianças, cartazes em pontos estratégicos e diretamente com algumas mães mais influentes. No dia, indo de casa em casa, com a ajuda de algumas crianças, fez-se um reforço do convite para as mães. No entanto, apesar de todo empenho e desejo, somente uma mãe se fez presente, a Jéssica. Acredita-se que sua presença veio muito pela aproximação da equipe no cuidado de suas filhas e também pelo seu acompanhamento terapêutico (na época em andamento).

[Jéssica] Nos fala de sua semelhança com Eva. Sua evasão escolar na mesma idade. Seu medo delas escolherem mal seus parceiros, de trabalharem duro como ela. Quer outro futuro para suas filhas.

Crianças ficam tentando entrar e escutar o que falamos. Clarice entra e fica muito tempo ali, circulando. Lu, Ricardo e Renata sustentam que ali não era o momento das crianças e sim das mães. Era necessário sair. Cena se prolonga e por fim, ela sai. Pudemos falar da nossa intervenção pela palavra. Ela fala da dificuldade de falar com suas filhas e sustentar com elas suas decisões. Diz que Michele é impossível de escutar. Passa mais um tempo e a cena se repete com Michele. Intervindo, falamos, ela cede e Jéssica ri. (Trecho do relato compartilhado na equipe, dia 02/12/2018).

Desta vez, outras análises se fazem importantes, como, por exemplo, a dificuldade de compartilhar o espaço conquistado pelas crianças com suas mães. Isso parece reproduzir a mesma dificuldade que houve na instauração do grupo de adolescentes; e, ainda, deflagrou-se uma dificuldade de sustentar um espaço de sigilo ali, pois a grupalidade idealizada pela equipe contava com a constituição de uma privacidade com contornos protegidos. A questão se desloca das dificuldades de relacionar-se com as mães para, agora, uma dificuldade de deixar de se relacionar com as crianças.

Nas duas cenas em que houve uma repetição, da retomada do espaço por uma criança, foi possível contornar as situações com o uso da palavra, conforme é a proposta da Casa dos Cata-Ventos; e as cenas se desenrolam na presença da Jéssica que, assistindo ao que se passava em ato, pode compreender melhor o que se buscava, de algum modo e entre outras intenções, explicar às mães. Isso soa como uma pista de como se podem agenciar essas reuniões com as famílias. Mais uma vez, retornando à fonte e lembrando as estruturas Dolto, o trabalho com as crianças contava com a presença de seus familiares, e vice-versa.

Outro ponto importante [na Maison Verte] era a relação que se estabelecia entre os adultos acompanhantes. Vendo os diferentes comportamentos de seus pares com relação aos seus filhos, falando entre si, partilhando situações – muitas vezes como mãe de um pequeno agressor ou de um agredido – vivendo ali o seu ciúme, a sua inveja, o adulto redimensiona seu lugar de responsável, enriquecendo-o, dando-lhe novos contornos. (MILMAN, 2005, p. 51).

Então, com essa segunda roda de conversa, a pertinência do grupo de mães como ferramenta se mostra duvidosa. Acresce-se a essa problemática o elemento cultural, que traça rivalidades, discórdias e intrigas entre as mulheres desta comunidade. Cláudia Fonseca (2000), no seu estudo sobre as famílias na Vila São Pedro, constatou o exercício do poder e os códigos de honra entre os homens por meio de testes de bravura e coragem, enquanto as mulheres se afrontavam pela fofoca. Diz-se que a fofoca tem seu perigo acometendo tanto a quem se destina como a quem não sabe manipulá-la adequadamente.

As mulheres falam mal umas das outras, constantemente acusando-se de serem negligentes (“é uma mãe que não presta, o filho dela anda sempre doente”, etc.). Elas dirão dos homens, mesmo de seus maridos, que eles nunca dão nada para os filhos. Este

tipo de crítica pode ser repetido cem vezes sem provocar reações, mas um dia, devido a uma mudança de contexto [...] desata a violência e a ruptura social. (FONSECA, 2000, p. 47).

Com essa particularidade cultural e uma dificuldade metodológica de acessar as mães das crianças, questiona-se o método e a necessidade de acessar tantas mulheres. E, com isso, também se problematiza a encomenda feita a esta pesquisa-intervenção. A viabilidade de um trabalho com as mães vai diminuindo na mesma proporção que cresce em potência o trabalho de acompanhamento terapêutico realizado com uma mãe, a Jéssica. Este trabalho proporcionou, além dos benefícios desta pessoa com a psicoterapia, um terreno fértil para a construção de dados nesta cartografia. Com este AT, acompanhou-se de perto os modos desta família viver a vida e, com isso, alargou-se a compreensão de algumas cenas pela equipe da Casa e por pessoas da rede de assistência. Isso, porque durante a realização do AT algumas conversas se fizeram necessárias, como reuniões com o CIAPS, com a Escola, com o Posto de Saúde e com o CREAS. O modo como a equipe da Casa dos Cata-Ventos via a Jéssica mudou consideravelmente com este AT, pois o compartilhamento de relatos com a equipe, de algum modo, contagiou o olhar sobre ela. E, disso, pode-se até mesmo supor que esse acompanhamento tenha influenciado o modo como são vistas outras mães da Vila pela equipe.

Durante o traçado desta pesquisa, acompanhar uma mãe e sua singularidade pode ter sido mais interessante, talvez, do que ter atendido a encomenda inicial. O que se tem a dizer dessa experiência é que por este caminho, do AT com uma mãe, a equipe da Casa dos Cata-Ventos pode também acompanhar este trabalho e transformarmo-nos juntos. Aprendemos sobre as possibilidades e impossibilidades de trabalhos que incidam nos modos de viver a maternidade na Vila, os modos de ser mulher, os modos de confiar, os modos de amar; enfim, como inventar uma relação de parceria com as mães que confiam seus filhos e filhas aos cuidados da equipe da Casa dos Cata-Ventos.

### 3.9 ESTRUTURAS DOLTO NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA CIDADÃ

Um recorte específico percebido no modo de trabalhar da Casa dos Cata-Ventos, em Porto Alegre, e da Casa da Árvore, no Rio de Janeiro, diz respeito à necessidade de fazer rede com outros serviços e movimentos sociais da cidade. Nas duas experiências inspiradas pela estrutura Dolto no Brasil, há uma compreensão de que a oferta de um espaço para crianças brincarem e conversarem não pode estar isolado do que é oferecido e pensado para as crianças da cidade. O limite de idade para frequentar a Casa, de onze anos, implica na consideração de outras

instituições responsáveis por elas. Pode-se elencar, além da escola regular, também os Conselhos Tutelares, CAPSi, Unidades de Básicas de Saúde, órgãos da justiça, serviços de apoio socioeducativo, entre outros.

As estruturas Dolto, modelo de Casas que correspondem à experiência da Maison Verte em Paris, foram estruturadas para acolher familiares e crianças em idade pré-escolar. A proposta é de um espaço intermediário entre a saída do núcleo familiar e a entrada em um espaço institucional, no qual um grupo de psicanalistas introduz a palavra para a expressão de sentidos e elaboração de conflitos. Nota-se a substituição de um *setting* analítico fechado e individual por um espaço de convívio social. Neste, os psicanalistas podem falar, expressar suas opiniões, com seu lugar e suas palavras relativizados pelas pessoas que estão ali, são “psicanalistas da cidade” (MILMAN, 2005).

A população dos bairros nos quais se instalaram a Casa da Árvore e a Casa dos Cata-Ventos tem baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), baixa renda e baixo consumo, pouco acesso a serviços públicos, invisibilidade e exclusão social. Esses bairros marginalizados de cidades como o Rio de Janeiro e Porto Alegre escancaram, com suas precariedades, toda uma história de privação de cidadania. É o resultado de processos de urbanização desorganizada, remoções do centro urbano, exclusão racial, violências de Estado e negação de direitos. É uma nítida confusão entre cidadão e consumidor que, na aliança perversa do Estado com o Mercado, faz com que direitos sociais sejam confundidos como conquista de bens pessoais. Na expressão “direito à cidade”:

[...] o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão. (SANTOS, 2012, p. 210).

Como se vê, a constituição do sujeito não coincide com a constituição do cidadão. Uma clínica posta a operar na cidade, como a Casa dos Cata-Ventos, não pode se abster de participar dessa luta por direitos enquanto encargo da sociedade. As crianças e adolescentes que frequentam a Casa demandam a palavra como mediadora de seus conflitos, não apenas como aquisição de um bem pessoal, mas como um direito de cidadão e um meio para sua formação. E por isso, esse tipo de clínica necessita transpor as paredes da Casa e adentrar em espaços de decisão política como Conselhos de saúde, Reuniões de rede, Conferências municipais, entre outros. É compondo a luta com outros parceiros que se fará uma real defesa dos direitos desses cidadãos. É na aliança com as políticas públicas e outros setores envolvidos com a defesa da cidadania que a palavra pode alcançar uma amplitude realmente social.



No Brasil, a política pública de saúde mental da criança e do adolescente (SMCA) foi tardiamente inserida na agenda da saúde pública brasileira. No entanto, o projeto dos Centros de Atenção Psicossocial infantil (CAPSi) constitui um programa vanguardista, ao responsabilizar politicamente diversos serviços e setores públicos em um nível comunitário. A complexidade das questões de saúde mental infantil compeliu essa política pública a buscar a superação da fragmentação histórica da atenção a essas crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. Os CAPSi deveriam, de acordo com essa política, exercer a função de ordenadores da demanda em SMCA no seu território de referência com:

[...] o exercício do duplo mandato – terapêutico e gestor – representa a principal inovação na oferta de CAPSi pelo SUS por incorporar em um único dispositivo ações terapêuticas e gestoras das demandas territoriais, implicando de modo indissociável o território, a intersetorialidade e a rede como montagens articuladas e colaborativas para realizar o desafio de expandir o acesso e qualificar o cuidado. (COUTO; DELGADO, 2015, p. 35).

Desde então, outras políticas compreenderam a importância de ações articuladas e integradas com o território e entre si. A promoção da cidadania tem estrita relação com a defesa dos direitos civis, políticos e humanos. A questão do método de uma política incide sobre seu coeficiente de transversalidade, ou seja, sua capacidade de superação de uma pura verticalidade e de uma simples horizontalidade, constituindo-se em um vetor de circulação, comunicação e agenciamentos enquanto produtor de outros modos de ser, de sentir e atuar. Coeficiente de transversalidade, em um sentido socioanalítico, de atravessamento, são funções que atravessam variadas organizações e instituições, propondo com esse conceito um contraponto ao centralismo democrático (AGUIAR; ROCHA, 2007).

Então, conforme dado modo de operar uma política, dado seu coeficiente de transversalidade, cabe perguntar dos efeitos dessa maneira de fazer política. Como estamos produzindo sujeitos de direito, cidadãos, no modo como agimos enquanto agentes de políticas públicas? Como produzimos cidadãos em vez de clientes?

Com projetos de extensão universitária como o da Casa dos Cata-Ventos, a problemática não pode ser diferente, visto que fazem parte das ações de uma universidade pública. A necessidade de integrar suas ações com outras ações de políticas públicas se faz providencial. O perigo de trabalhar sob uma égide de assistencialismo e do clientelismo é corrente. Vale lembrar que tanto o projeto porto-alegrense como o carioca iniciaram com pressupostos psicanalíticos de preservação do espaço privado. Instituiu-se um *setting* aberto ao convívio social e ao mesmo tempo protegido. Das crianças que frequentavam o espaço da Casa não lhe era cobrado o nome completo, apenas o primeiro nome. Não importava à equipe onde elas residiam, em que escola

estudavam, como estava seu rendimento escolar, a não ser que a criança mesma trouxesse essas informações como elementos importantes para suas próprias elaborações. Com o passar do tempo, a experiência em campo trouxe reflexões que fizeram mudar o modo de fazer operar essa clínica para crianças e adolescentes, visto que a proteção sigilosa do espaço protegido não favorecia a constituição de sujeitos de direitos, cidadãos. Foi-se compreendendo a importância de representar esses cidadãos em formação nos espaços de decisão política como conselhos, conferências e reuniões de rede; e também defender seus direitos na cidade e à cidade, cidadania, acessos a bens e serviços públicos. Como quando se sai da casa dos pais, foi preciso sair de Casa para ganhar o mundo, ao menos, a cidade.



## 4 ÓCULOS DE PAPEL

*Como se, aliás, o desenho só estivesse ali – precisamente porque não diz nada, porque parece se calar – para provocar o discurso, para fazer falar e para trazer à superfície do desenho as palavras ou os nomes, os nomes próprios, às vezes que ele mesmo cala, ou aterra, ou enterra, ou mantém em reserva. (DERRIDA, 2012, p. 169).*

Após o processo de escrita dos traçados, desenhos e recortes desta cartografia, é chegado o momento de se fazer uma colagem, uma costura, ainda que provisória e parcial. Não se pretende fazer considerações finais, porque a finitude deste dissertar não coincide com o final da escrita. A própria finitude fica problemática quando se está imerso na linguagem, em devir. Há de se fazer considerações parciais, considerações impessoais, reconsiderações, desconsiderações. Conquanto não se perca a lógica do sentido, de alguma maneira, não se feche ou circunscreva o desenho e seus recortes a algum significado ou função absoluta. A proposta desta produção de conhecimento, *a priori*, vide todos os preâmbulos que antecederam o desenho, é um desvio intencional do senso comum e do bom senso como sentidos únicos.

Então, com declarado veto à unidade (n-1) do texto e do conhecimento, sustenta-se aqui uma fragmentação, ou melhor, uma multiplicidade. Compreende-se bem que desde os primeiros traçados já havia esse caráter múltiplo quanto aos sentidos possíveis. Isso escapa, isso traça, isso ‘alumia’, isso diz, isso é próprio da linguagem, os poetas também compreendem bem. Traçar é dar a ver, mesmo que o próprio traço desapareça. Como a criança que aponta e dá sentidos às suas garatujas com a palavra. O traço e o desenho não contêm em si um sentido dado, intrínseco, pois é na linguagem, com a palavra, que algum sentido pode insistir. O sentido não existe, ele pode insistir. No encontro dos corpos, o olho, o lápis, o papel, a luz, a sombra, a palavra, no espaço entre eles, não há sentido único, apenas sentidos possíveis, singularidades impessoais, multiplicidades, devires. Compreende-se isso a partir da Filosofia da Diferença, que considera e afirma as forças nômades que expressam um mundo diferente daquele representado pela razão sedentária, soberana e estatizante (SCHÖPKE, 2004).

Visto que criar não é representar, uma produção de conhecimento que se pretende criadora não pode somente reconhecer e reproduzir. O ato de conhecer busca decifrar e criar novos sentidos. O pensador (e o artista) nômade não se preocupa em criar palavras novas, mas sim sentidos novos. Há, na Filosofia da Diferença, a pressuposição de um Plano de imanência, ou Plano de consistência, que é anterior à invenção dos conceitos, como um pano de fundo, um lugar, uma mesa, uma folha de papel (SCHÖPKE, 2004). E assim, imaginando o Plano de consistência

como uma folha de papel, a metáfora dessa cartografia parece apropriada com seus traços, desenhos e recortes fundando novos sentidos na superfície. Como dito no início do primeiro capítulo, para se fazer um desenho são necessários: uma superfície, uma ferramenta e um gesto. Sendo a superfície, um plano de consistência; a ferramenta, o conceito; o gesto, essa disposição para inventar.

Uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Não tem nada a ver com o significante. Deve ser útil. Tem de funcionar. E não para si mesma. Se ninguém usa, a começar pelo próprio teórico (que então deixa de ser um teórico), então a teoria é inútil ou o momento é inadequado. (FOUCAULT, 2010, p. 39).<sup>12</sup>

Cabe, quanto à superfície desta cartografia analisar que “o problema da consistência concerne efetivamente à maneira pela qual os componentes de um agenciamento territorial se mantêm juntos” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 138). Se o conceito, como componente, é como um raio que corta o céu, este não é o céu e nem existe fora dele. Do mesmo modo, um conceito não pode ser completamente entendido fora do plano que lhe dá consistência. Um plano de imanência é um corte no caos, o qual possibilita à filosofia adquirir consistência; é o meio fluido onde os conceitos são construídos (SCHÖPKE, 2004).

Alguns componentes desta cartografia dão pistas de seu plano de consistência: Esquizoanálise, Análise institucional, Acompanhamento terapêutico, Genealogia. Em linhas gerais, o agenciamento filosófico se articula com uma organização institucional, um trabalho social com crianças, uma clínica cartográfica e uma pesquisa acadêmica. A complexidade de uma pesquisa-intervenção como essa beira o caos. O corte se fez necessário e houve vários recortes. De outro modo, seria inviável, ou mesmo inconsistente, pretender uma unidade complementar entre teoria-pesquisador-campo.

O método cartográfico sustentou uma errância, um flunar no campo. Como um dispositivo específico de cognição, de aprendizagem, o próprio processo de pesquisar faz de acontecimentos o seu material de análise. A imprevisibilidade deste modo de pesquisar e intervir denota uma qualidade da experimentação. Porquanto, não seria possível qualquer desenho antes da imersão no campo de pesquisa: foi no próprio andar que alguns traços se tornaram possíveis. Como quando se brinca junto, a direção que será tomada não é sabida de início e não há meta que não seja passível de mudar no processo. Nesta pesquisa, tanto o ato de pesquisar como o de trabalhar comungaram deste modo brincante, cujo fazer coletivo foi a sua grande alegria. Quando pesquisar e trabalhar é brincar junto, a produção é uma alegria não pelo resultado final, mas pelo processo de fazer junto.

---

<sup>12</sup> Esta citação do livro *Microfísica do Poder*, de Michel Foucault, na verdade, é a transcrição de uma fala de Gilles Deleuze em conversa com o Michel Foucault em 2 de março de 1972.

Os traçados iniciais se deram ao mesmo tempo em que ferramentas conceituais e uma disposição para inventar se conectaram para desenhar. O resultado dos primeiros traços foi um desenho. O desenho que se fez no Capítulo 2 ampliou, sem querer esgotar, algumas linhas duras e outras flexíveis que estiveram presentes no campo: infância, rede de assistência, acompanhamento terapêutico, território e, entre tantas linhas, o próprio pesquisador. Com uma tecnologia atencional à espreita, pode-se divagar e entrecruzar por diversos elementos no desenho, sobrepondo cores e linhas em um jogo de fazer ver e fazer saber. Isso, aliado a um movimento cruel de reconduzir o desenho ao traço toda vez que uma figura significasse um sentido único, uma finalidade, intentou-se escapar da representação (DERRIDA, 2012). Reconduziu-se a outras e diferentes formas de ver e de saber o que acontece em um trabalho como o da Casa dos Cata-Ventos. E, a partir dessa perspectiva, ver o que uma pesquisa-intervenção como esta pode inventar nessa composição com o campo, com a convivência. Com efeito, inventou-se um par de óculos de papel.

Com estes óculos de papel, através de suas lentes, polidas espinosamente, pode-se ver alguns detalhes potentes dos encontros no processo de pesquisar e intervir, aquilo que aumenta a potência de ser e agir, de fazer e saber. A saber, algumas escolhas foram necessárias durante a pesquisa e determinaram certos caminhos metodológicos. Com o desenrolar da escrita desta dissertação, escolhas linguísticas, temáticas, metodológicas, chamaram a atenção (aquela sempre à espreita). Elas dizem de uma certa liberdade, algo sobre o gesto de desenhar nesta cartografia. Os porquês a seguir aludem a essas escolhas:

- Por que não houve um tema geral na pesquisa, que pudesse ser desenvolvido em profundidade, e preferiu-se o caráter múltiplo dos recortes?
- Por que desses recortes apenas dois deles tematizam diretamente o trabalho com as crianças, as brincadeiras e a infância?
- Por que as crianças não comoveram tanto o pesquisador a dissertar sobre a infância como tema principal?
- Por que o AT ganha tanto espaço nessa pesquisa?
- Por que o modo de trabalhar dessa equipe gerou tanta curiosidade?
- Por que as orações dos textos dessa dissertação são, na maior parte, com sujeito indeterminado?

Por exemplo, sobre a conjugação dos verbos: evitou-se a primeira pessoa do plural para não confundir o leitor quanto à amplitude do sujeito das orações. Uma confusão poderia advir ao não diferenciar as ações da equipe do recurso linguístico. Este, comum em textos argumentativos e persuasivos, quando ‘utilizamos’ os verbos na primeira pessoa do plural para chamar o leitor para junto de quem escreve. Nesta pesquisa, a pluralidade de sujeitos no campo clamou por diferenciação. Um equívoco possível, nesta conjugação, seria o de considerar ações pessoais do pesquisador como ações da equipe da Casa dos Cata-Ventos, e vice-versa.

Ainda que a cartografia tenha tido, em grande parte, seu processo coletivizado, as análises desta pesquisa foram feitas a partir de leituras e dos registros em diário de campo não compartilhados com o restante da equipe. Por isso, o recurso linguístico mais utilizado nesta escrita foi o de orações com sujeito indeterminado, mantendo-se um caráter impessoal ao que foi relatado e analisado.

Também se evitou, ao máximo, o uso de verbos em primeira pessoa do singular, visto o perigo de cair em um intimismo ou pedantismo egocêntrico. A impessoalidade de ‘dizer-se’ não tem intenção de neutralidade científica; serve apenas como um recurso linguístico a evitar algumas confusões e leituras infames do que foi produzido na pesquisa.

Para Deleuze, o discurso indefinido não carece de nada, pois ele é a determinação da impessoalidade, sua própria potência, cuja expressão não é a de uma generalidade. Atinge-se uma singularidade no mais alto grau, um devir no qual já não se distingue o autor do que ele fala. A linguagem pode alcançar desvios femininos, negros, moleculares. Escrever não é relembrar, narrar suas andanças, seus apaixonamentos – pois o excesso de realidade se iguala ao excesso de imaginação, são excessos. A sintaxe se apresenta como a potência desviante que se faz necessária para dar vida às coisas. A literatura tem como condição a destituição do ‘eu’ neutro a partir de uma terceira pessoa e a invenção de um povo. Os personagens literários são assim completamente individuados, e não podem ser acusados de generalidade ou imprecisão. São os seus traços individuais que os elevam ao indefinido e a uma produção intensiva no instantâneo do tempo (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Pode-se inferir, ainda, uma vizinhança entre o personagem literário e o personagem conceitual, ou filosófico. Este, explicita a necessidade dos filósofos em utilizarem intercessores, personagens literários, recursos sintáticos, fictícios ou narrativos para exporem suas ideias. O território habitado pelo personagem conceitual é composto por conceitos e um plano de consistência. E é desse campo fértil que se pode atribuir algo novo aos seres e aos conceitos. Como não existe filósofo separado de seu modo de vida, não há como escrever uma dissertação deixando de considerar a escolha conceitual e sua experiência no campo (PIMENTEL FILHO, 2010).

Outro fator linguístico analisado no processo de escrita dessa dissertação foi a flexão de gênero ao longo do texto. O lugar de fala masculino, ainda que sabidamente hegemônico nos discursos da sociedade, coincide com o gênero do pesquisador. Essa sobreposição fatídica não prescinde de análise e problematização, pelo contrário, exige um cuidado tal para que não haja um uso do prestígio social. Corre-se o risco de ser acusado de haver nessa escrita um oportunismo machista que tire vantagem de pronomes pessoais masculinos e possessivos, da concordância

nominal e de outras adequações à norma hegemônica patriarcal.

Agora, em relação ao trabalho com o AT, este teve um destaque, na medida em que se produziram dados sobre o campo, a Vila São Pedro e a Casa dos Cata-Ventos, e também sobre outras relações destes com os atravessamentos institucionais, as linhas de subjetivação, aspectos do dispositivo clínico e a implicação do pesquisador. Quanto a esta última, pode-se inferir um apaixonamento cartográfico, um interesse pela produção social e cultural da diferença. A alteridade experimentada na casa da Jéssica, nas conversas e na confiança de segredos seduziu, de alguma forma, o olhar e a escuta no ato de pesquisar. A multiplicidade encontrada durante nesses encontros foi de uma amplitude intensiva tal que merece seu compartilhamento neste texto. A seguir, é apresentado o relato do último AT, realizado em abril de 2018:

Neste último encontro terapêutico se produziu como naqueles minutos que antecedem o final de uma sessão de análise. Isso me surpreendeu. Pensava que seria mais uma despedida, falar como foi esse tempo de acompanhamento: lá se foi um ano, como produzimos uma relação terapêutica, né, nossa cumplicidade frente à vida que não para de tirar caixinhas das surpresas etc. e tal.

Chego à porta: - Ô de casa! Entra, não arrepara na bagunça! A Jéssica foi tirando roupas de cima do sofá para abrir espaço, mas nesse movimento arreparo nela mesma que estava de banho arrecém tomado, roupa nova, colorida. Ela estava esperando eu chegar. Disse: "- Tu acha que eu esqueceria?", fazendo referência à nossa agenda.

Sentei no sofá, a Michele e a Eva estavam deitadas no quarto. A Jéssica me mostra sua mão machucada, foi a Michele que bateu com uma pazinha de metal. O dedão muito inchado, parece osso quebrado. No dia seguinte ao acontecido foi no posto de saúde, deram apenas um antibiótico(!), não encaminharam para um exame de raio X. Quanto à Michele, ela ri quando fala disso. Comentei que talvez seja um riso nervoso, ela não queria machucar sua mãe. Mas machucou, a Jéssica estava ressentida com isso e falou dessa dor materna.

De repente, ela diz que quer aproveitar nosso último encontro e me convida a caminhar. Lá fomos, já conversando nas ruas da Vila mesmo, utilizando signos e significantes que faziam sentido apenas para nós dois, quem escutasse não entenderia. É engraçado como podemos falar de assuntos íntimos no meio da rua sem expor nada.

Ela falou que seu irmão caiu de novo pros homi, faltavam dois meses para ele sair da condicional e agora não será fácil escapar dessa. A família ainda não sabe para qual presídio ele foi encaminhado, os do município estão lotados. Mas neste sem-saber vem inevitavelmente um pensamento mágico, talvez a vida coloque seu irmão próximo, na mesma cela onde se encontra o homem de sua paixão virtual. Esta relação tem oscilado quanto à frequência, às vezes se falam todo dia, às vezes ficam quinze dias sem se falar. A Jéssica segue resistindo aos convites insistentes para fazer a carteirinha e ir visitá-lo, pois fica reticente quando percebe seu modo autoritário e ameaçador.

Atravessando a ponte do arroio cruzamos pela Vida voltando da escola. Comentei que ela estava linda, sim, é a filha que deu certo, está indo bem na escola, já as outras... Fomos sem combinar o trajeto, sem conversar sobre qual caminho, seguimos pelo predileto-automático, fomos caminhar na ESEF e demos a volta contornando o terreno todo pela primeira vez. Nesse andar, outra vez, sou testemunha de segredos dela que não cabem neste relato. E eu que pensava que seria só uma despedida...

A Jéssica aproveitou muito nosso último encontro, no sentido de compartilhar vivências suas que nunca tiveram possibilidade de serem escutadas, por impossibilidades morais da família e da sociedade em geral. Ela narrou uma parte de sua história que nunca havia sido contada a ninguém.

A aposta, agora, é que ela consiga confiar no grupo da terapia comunitária para que possa elaborar seus dilemas e tornar-se o que sente ser no seu íntimo. A difícil tarefa de se tornar aquilo que se é, sabendo a dor e a delícia.



Ela já foi no grupo de terapia comunitária, semana retrasada, não havia ninguém da Vila ali (ponto positivo) e preferiu participar calada, só escutando. Como ela disse, ela não se abre fácil: "tu sabe, né, Ricardo!", demora.

Um efeito dessa participação foi perceber que há gente que sofre de dilemas maiores que o seu. Esse efeito eu já havia percebido em grupos terapêuticos, quando indivíduos saem de um 'umbiguismo' ao escutar tragédias e dramas de outras existências.

Por fim, falamos de como ela precisa enfrentar sua família toda vez que faz uma escolha, toda vez que toma uma decisão. Suas escolhas são menosprezadas, deslegitimadas, desrespeitadas. E de tanto se retrair, de tanto acatar, vai se mantendo numa posição passiva na vida. Seria preciso, então, mudar a postura, bancar suas decisões, bancar frente à família quem ela gostaria de ser.

Ultimamente, ela e a irmã mais próxima afetivamente se desentenderam, não se falam mais. Isso, desde que uma irmã mais nova veio morar (ou voltou) na Vila. A mãe segue apoiando a Jéssica no que pode, mas agora no final do mês não tem dinheiro nem para ela mesma. Acabou o gás e será preciso esperar o próximo salário da mãe.

Desde que fora demitida sua autoestima está baixa, não consegue forças para sair em busca de um emprego. Nem fazer o documento de identidade ela fez, sendo que o CREAS lhe dá todo apoio para isso. Conversamos sobre essa dificuldade sob um olhar processual, avaliamos este último ano, reconhecemos o melhor cuidado com as filhas, a maternidade melhor assumida, talvez como nunca fora antes. Também, reconhecer sua implicação no processo terapêutico deste AT, seu investimento libidinal no cuidado de si. Nessa perspectiva, perceber que há vontade de potência, que há vida nessa existência e que ela pede expansão. Viva, Jéssica, viva muito!

Sustenta-se, nessas produções, a força que conserva e expande a Vida; a imanência exigida por uma vida. O AT com a Jéssica e suas filhas produziu tanto deslocamentos na vida delas como no pesquisador e na equipe da Casa dos Cata-Ventos. Como já foi dito nos recortes 3.1 e 3.2, o estilhaçamento da imagem que a equipe tinha da Jéssica e sua maternidade foi um efeito importante para a compreensão de algumas cenas e a invenção de outras estratégias de aproximação com as mães das crianças que frequentam a Casa. Ou, também, o deslocamento do lugar da Eva em relação à equipe foi mais um efeito notável ao questionar, com o trabalho de AT, a comoção com que seu caso era tomado. E, ainda, o reconhecimento do pesquisador de um uso oportunista do lugar de fala (3.1), que sutilmente pode ter silenciado discursos minoritários. Os óculos de papel permitiram ver melhor algumas tramas da relação familiar e da relação profissional da equipe da Casa com esta família e com o pesquisador.

Com esses óculos, pode-se ver particularidades da implicação do pesquisador na modulação de sua atenção em campo. A preferência por alguns temas em detrimento de outros dá pistas de quais elementos do campo chamaram mais a atenção. Como se percebeu que, em geral, no trabalho com a Casa dos Cata-Ventos houve uma maior inclinação desta pesquisa a estudar os processos clínicos e institucionais da Casa e do AT do que o multiverso lúdico das brincadeiras com as crianças. Parece que houve um desencantamento, no processo da pesquisa, ao encontrar discursos que direta ou indiretamente enalteciam a infância como promessa de futuro, objeto privilegiado de afeição e investimento, projeção de carências e comoção. Esse desencanto com o tema da infância se transformou em uma recusa a colonizá-la, pois a criança é que deveria dizer da

infância, interrogá-la, questioná-la. Do mesmo modo que houve uma recusa nesta cartografia em situar a infância no universalismo de Philippe Ariès (1978), de nada adiantaria descrever como são as crianças da Vila São Pedro, quais seus dilemas, quais suas potencialidades, em que se diferenciam e no que são semelhantes. Com isso, esta pesquisa seria identitária, não estaria provocando desvios àqueles que na sua vontade de saber as enclausurariam em um desenho com um perfil bem definido.

O que vimos nas pesquisas, muitas vezes, é um decalque do dispositivo infância, essa construção histórica, filosófica e europeia que coage as crianças à reprodução de um funcionamento de sociedade a partir da subalternização e do seu aprisionamento em ideais. Esse decalque, essa representação da criança, é feita pelo adulto. Uma pesquisa descolonizada com crianças precisaria enfrentar alguns desafios, três no mínimo: 1) as exigências institucionais da pesquisa acadêmica calcadas por uma lógica neoliberal produtivista, que na pressa da concorrência não permite um tempo para brincar e criar; 2) os desejos de prescrição, de ditar o melhor modo de lidar com as crianças; 3) como lidar com as diferenças raciais, étnicas, sexuais quando é a própria linguagem escrita que subalterniza a oralidade, é a própria linguagem que impõe identidades e obriga-nos a ocupar certos lugares de fala (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014).

A experiência desta pesquisa-intervenção permitiu o entrecruzamento de dados construídos no campo com os conhecimentos científicos e filosóficos utilizados pelo paradigma da Psicologia Social e Institucional. As análises do material produzido com a Casa dos Cata-Ventos ampliaram muito as questões em relação à infância, às políticas públicas, à cidadania, ao trabalho clínico, à coletividade, dentre outros temas que emergiram no encontro com o campo de pesquisa e intervenção. Esta dissertação, como um livro, foi escrita para outros e visa a um alcance coletivo:

[...] dizendo respeito a uma prática coletiva, um modo de pensar que extrapola o sujeito individual e se endereça à experiência daqueles que o leem ou o utilizam. É isso, em última análise, o que Foucault chama de um livro-experiência, por oposição a um livro-verdade ou livro-demonstração. (PELBART, 2016, p. 234).

Também como na escrita de um livro, essa escrita excede o próprio sujeito que escreve, pois é na experiência da comunicação que se pode outrar. O próprio Foucault afirmava:

Tenho absoluta consciência de me deslocar sempre, ao mesmo tempo, em relação às coisas pelas quais me interesso e em relação ao que já pensei. Não penso jamais a mesma coisa pela razão de que meus livros são, para mim, experiências, em um sentido que gostaria o mais pleno possível. Uma experiência é qualquer coisa de que se sai transformado. Se eu tivesse de escrever um livro para comunicar o que já penso, antes de começar a escrevê-lo não teria jamais a coragem de empreendê-lo. Só o escrevo porque não sei, ainda, exatamente, o que pensar sobre essa coisa em que tanto gostaria de pensar. De modo que o livro transforma o que eu pensava e transforma o que penso [...]. Sou um

experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes. (FOUCAULT, 2010, p. 289-290).

A cartografia realizada com a equipe da Casa dos Cata-Ventos e também com as crianças da Vila São Pedro, enquanto experiência coletiva, deixou evidente a importância da generosidade e da amizade em relação aos processos de pesquisa e intervenção. Este empreendimento não seria possível sem a confiança da coordenação do projeto e sem a confiança da equipe e das crianças. Tudo indica que uma produção de conhecimento que não coloca seus parceiros como objetos de pesquisa, mas como parceiros realmente, compartilha da mesma dignidade ontológica com que lida com eles. Um sentimento de gratidão acompanha a satisfação desta produção de conhecimento. Os óculos de papel fazem rir, não pela sua inutilidade, mas pela alegria de sua construção coletiva. Ao compartilhar um tempo trabalhando e pesquisando entre amigos brincantes, entrou-se em contato com aquilo que os óculos fizeram ver: uma visão comungante e oblíqua das coisas.



Fonte: Mariana Collazo da Silva (2018).

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461-474, abr.-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a07.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: Referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007001200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200007)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/USU/Amais, p. 171-220, 1995.

ARAÚJO, Fábio. **Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à política da amizade**. Niterói, RJ: Editoração eletrônica, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução de: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. 5. ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guattari, 2002.

BARROS, Letícia; BARROS, Maria Elizabeth. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, UFF, v. 25, n. 2, p. 373-390, maio/ago. 2013.

BARROS, Manoel de. **Livro das ignoranças**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1993.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2013.

BENEVIDES DE BARROS, Regina; PASSOS, Eduardo. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. **Revista de Psicologia Clínica PUC/SP**, v. 13, n. 1, p. 89-100, 2001.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BERTOLETTI, Roberta. **Uma contribuição da arquitetura para a reforma psiquiátrica: estudo no residencial terapêutico morada São Pedro em Porto Alegre**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2011.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CABRAL, Károl Veiga; BELLOC, Márcio Mariath. O acompanhamento terapêutico como dispositivo da Reforma Psiquiátrica: duas experiências em saúde mental coletiva. In: PALOMBINI, A. L. et al. **Acompanhamento terapêutico na rede pública**: a clínica em movimento. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CARDOZO, José Carlos da Silva. A influência da Belle Époque brasileira na criança porto-alegrense por meio dos processos de tutela do Juizado de Órfãos. **Revista de História**, p. 39-52, 2009. Disponível em: <[http://www.revistahistoria.ufba.br/2009\\_2/a03.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a03.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

CARVALHO, Júlia Dutra de. **Cadernos Negros**: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e formação em psicologia. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2018.

CECCIM, Ricardo Burg; PALOMBINI, Analice de Lima. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 301-312, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a03v21n3.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 17-40, jul. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010356652015000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652015000100017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

CRONICAMENTE Inviável. Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Sérgio Bianchi, Gustavo Steinberg e Alvarina Souza e Silva. São Paulo: Agravo Produções, 2000. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8tKLS144twI&t=14s>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

DELEUZE, Gilles. Clase XVII Elementos para una cartografía. Longitud e latitud de un cuerpo. In: \_\_\_\_\_. **Derrames**: entre capitalismo y la esquizofrenia. 1. ed. Buenos Aires: Cactus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Crítica e clínica**. Tradução de: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lógica do sentido**. Tradução de: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? In: \_\_\_\_\_. **O mistério de Ariana**: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze. Tradução e Prefácio: Edmundo Cordeiro. Lisboa: Ed. Vega - Passagens, p. 83-96, 1996.

\_\_\_\_\_. Os Intercessores. In: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Tradução de: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 151-168.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Tradução de: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Tradução de: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 2. reimp. São Paulo: Ed. 34, 2004.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 4. Tradução de: Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELIGNY, Fernand. **O Aracniano e outros textos**. São Paulo: N-1 edições, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Pensar em não ver** - escritos sobre as artes do visível (1979-2004). Organização de Ginette Michaud, Joana Masó e Bassas Javier. Tradução de: Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

DESPRET, Vinciane. Leitura Etnopsicológica do segredo, Dossiê Despret. **Revista Fractal de Psicologia**, Rio de Janeiro, UFF, v. 23, n. 1 p. 5-28, jan./abr. 2011a. Tradução de: Carlos Alberto Marconi da Costa.

\_\_\_\_\_. Os dispositivos experimentais. **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, UFF, v. 23, n. 1, p. 43-58, 2011b. Tradução de: Carlos Alberto Marconi da Costa.

DOLTO, Françoise. **Dificuldade de viver**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

\_\_\_\_\_. **As etapas decisivas da infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Sílvia. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 92-108, 2009.

FEIX, Eneida. **Lazer e cidade na porto alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Colldem de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Tradução de: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Coleção Ditos & Escritos IV).

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de Frande (1978-1979). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias de si outros textos afins**. Barcelona: Paidós, 1990.

GAGEIRO, Ana Maria; TAVARES, Eda Estevanell; ALMEIDA, Renata Maria Conte de; TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian. Casa dos Cata-Ventos – uma estratégia clínica e política na atenção à infância. **Correio da APPOA**, n. 247, 2015. Disponível em: <[http://www.apoa.com.br/correio/edicao/247/casa\\_dos\\_cata\\_ventos\\_uma\\_estrategia\\_clinica\\_e\\_politica\\_na\\_atencao\\_a\\_infancia/226](http://www.apoa.com.br/correio/edicao/247/casa_dos_cata_ventos_uma_estrategia_clinica_e_politica_na_atencao_a_infancia/226)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GIRON, Loraine Slomp; RADUNZ, Radunz. Invisíveis: negros nas memórias dos brancos. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 7, 2012. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/126/124>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

GOMES, Luciano Costa. A reprodução da população escrava em Porto Alegre, na década de 1780. **ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**, 5., 2011, Porto Alegre/RS. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/gomes%20luciano%20costa.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 1995.

KESSLER, Helena Pillar. **O balanço e o tempo**: a escrita da experiência na Casa dos Cata-Ventos. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2017.

LIMA, Beatriz de Souza. Casa da árvore, um lugar para brincar e conversar: uma proposta de atendimento coletivo para crianças de zero a doze anos em comunidades carentes do Rio de Janeiro e Niterói. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 33, p. 33-48, jul. 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372010000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

LOBOSQUE, Ana Marta. **Clínica em movimento**: por uma sociedade sem manicômios. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LOURAU, René. **René Lourau na UERJ** – Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MARTINS, Clitia Helena Backx. Aspectos da pobreza e da desigualdade em Porto Alegre. **Carta de Conjuntura FEE**, ano 20, n. 11, 2011. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/aspectos-da-pobreza-e-da-desigualdade-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

MILMAN, Lulli. Casa da Árvore: a ética de Françoise Dolto nas favelas cariocas. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XVII, n. 18, p. 49-59, 2005. Disponível em: <[http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/181\\_06.pdf](http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/181_06.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

MILMAN, Júlia; CAVALCANTI, Lívia Franco. Limites e transgressões: uma breve reflexão sobre o estabelecimento de regras num espaço de palavras e brincadeiras no Rio de Janeiro. **Correio APPOA**, n. 257, 2016. Disponível em: <[http://www.apboa.com.br/correio/edicao/257/limites\\_e\\_transgressoes\\_uma\\_breve\\_reflexao\\_sobre\\_o\\_estabelecimento\\_de\\_regras\\_num\\_espaco\\_de\\_palavras\\_e\\_brincadeiras\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro/341](http://www.apboa.com.br/correio/edicao/257/limites_e_transgressoes_uma_breve_reflexao_sobre_o_estabelecimento_de_regras_num_espaco_de_palavras_e_brincadeiras_no_rio_de_janeiro/341)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

MORO, Cibele Vargas; AMADOR, Fernanda Spanier. O trabalho da gestão: notas sobre poder e subjetividade. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 201-211, 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572015000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572015000200009)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O Anticristo**: maldição ao cristianismo: Ditirambos de Dionísio. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação social e terceiro setor no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/9192/1/DISSERTACAO%20SIDNEY%20BENEDITO%20DE%20OLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

OURY, Jean. **O coletivo**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. (Trabalho original publicado em 1986).

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES DE BARROS, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PEDROSO, Anderson Beltrame. **A Casa dos Cata-Ventos**: variações sobre o futuro, a inutilidade e a sede. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2013.

PEDROSO, Anderson Beltrame; SOUZA, Edson Luis André de. A Casa dos Cata-Ventos: uma aposta na dimensão política do brincar. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 45-46, p. 122-134, jul. 2013/jun. 2014. Disponível em: [http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista\\_45\\_46\\_2.pdf](http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista_45_46_2.pdf). Acesso em: 6 jul. 2018.

PELBART, Peter. **O avesso do nihilismo**: cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2016.



PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

PERRONE, Claudia; GALLO DE MORAES, Eurema. Do trauma ao testemunho: caminho possível de subjetivação. In: **Clínica do Testemunho: reparação psíquica e construção de memória**. Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Porto Alegre: Criação Humana, 31-48, 2014.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 2. ed. Tradução de: Elzon Leonardon. São Paulo: Summus, 1932/1994.

PIMENTEL FILHO, José Eduardo. Personagem conceitual, o filósofo e seu duplo. **Cadernos da Graduação**, Campinas, n. 8, 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cadernosgraduacao/article/view/542/427>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

PORTO ALEGRE. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Porto\\_Alegre&oldid=52747655](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Porto_Alegre&oldid=52747655)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

PUSSETI, Chiara. O silêncio dos inocentes – os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. **Interface**, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 263-72, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n61/1414-3283-icse-21-61-0263.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

\_\_\_\_\_; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Dossiê: Vivenciar o sofrimento social: suas ambiguidades e articulações**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/etnografica/1036>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

RITTER, Deisi Carolina da Silva Prado. **A infância desvalida: abandono de crianças na Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre (1840-1880)**. 2011 Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2011.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, Amais Livraria e Editora, 1995.

\_\_\_\_\_; Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas Sociais em Transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 15, p. 125-141, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010440601999000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440601999000100011)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Contribuições da análise institucional para uma abordagem das práticas languageiras: a noção de implicação na pesquisa de campo. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras, linguística e suas interfaces**, n. 40, p. 47-73, 2010.

ROCHA, Marina Gregianin. **Contar histórias na Casa dos Cata-Ventos: leitura e escrita em cena.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação Psicanálise: Clínica e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2018.

RODRIGUES, Marina Rocha. Olhar, Rachar, Narrar: cenas de um pesquisar em encontros. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2017.

RODULFO, Ricardo. **Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROOS, Renata Amélia; MARASCHIN, Cleci; BEDIN DA COSTA, Luciano. A escritura como dispositivo clínico. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 39-61, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291044011003>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

SADE, Christian; FERRAZ, Gustavo Cruz; ROCHA, Jerusa Machado. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum.** Porto Alegre: Sulina, p. 66-91, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e a imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, G. F., SANTOS, J. A., CARNEIRO, L. C. C. (Orgs.). **RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Revista Scielo Brasil – Psicologia e Sociedade**, n. 26, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

SIMONI, A. C. R.; MOSCHEN, S. Outrar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário.** Porto Alegre: Sulina, 2012.

SOUSA, Edson Luiz André de. (A vida entre parênteses): o caso clínico como ficção. **Psicologia Clínica**, v. 12, n. 1, p. 11-19, 2000.

STOCK, Bianca Sordi. **A alegria é a prova dos nove**: o devir ameríndio no encontro com o urbano e a psicologia. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2010.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar & a realidade**. Tradução de: J. O. A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.